



ANALIS

REALIZAÇÃO

Controladoria-Geral
da União



APOIO

Embaixada do
Reino Unido
no Brasil



Embaixada Britânica



IFC Instituto de
Fiscalização e
Controle



RELATORIA E SISTEMATIZAÇÃO



ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE CONTROLE SOCIAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 - Brasília /DF
cgu@cgu.gov.br

JORGE HAGE SOBRINHO | Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União

LUIZ NAVARRO DE BRITTO FILHO | Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA | Secretário Federal de Controle Interno

ELIANA PINTO | Ouvidora-Geral da União

MARCELO NEVES DA ROCHA | Corregedor-Geral da União

MARCELO STOPANOVSKI RIBEIRO | Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL - CGU

:: Adenísio Álvaro Oliveira de Souza
:: Ângela Leite Meneses
:: Antonio José da Silva Barros
:: Fábio Félix Cunha da Silva (Coordenação Geral)
:: Felipe Dantas de Araújo
:: Flávia Maria Costa de Almeida Maia
:: Fúlvio Eduardo Fonseca
:: Izabela Moreira Corrêa
:: Leandro Arndt
:: Luciana da Costa Ferraz
:: Luís Carlos Domingues Pereira
:: Maíra Souza Rodrigues Póvoa
:: Petronio Bezerra Lima
:: Roberta Solis Ribeiro
:: Rodrigo King Lon Chia
:: Rogério Alves de Souza
:: Sonia Silva Santos Sousa
:: Vânia Lúcia Ribeiro Vieira

CONSULTORIA PARA RELATORIA E SISTEMATIZAÇÃO

:: Solar Consultoria em Gestão e Pesquisas Ltda.
www.solarconsultoria.com

Coordenação

:: Andréia da Silva Barbosa

Equipe de Plenário

:: Elizabeth Satie Henna
:: João de Jesus da Costa
:: José Rogério Tomaz Jr.

Equipe de Sistematização

:: Camila Chaves Ferreira
:: Kássia Canafístula Araújo
:: Maria do Socorro Guterres
:: Nádia Lígia Guterres dos Santos Rezende

Distribuição gratuita

Permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte.

Lista de Siglas

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Publicidade
ABRACCI	Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade
ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AMARRIBO	Amigos Associados de Ribeirão Bonito
AS	Assistência Social
ASAJAN	Associação dos Amigos de Januária
AUDITAR	União dos Auditores Federais de Controle Externo
BH	Belo Horizonte
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
CADÚNICO	Cadastro Único
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CMDCA's	Conselhos Municipais dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CME	Conselho Municipal de Educação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CT's	Conselhos Tutelares
DENASUS	Departamento Nacional de Auditoria do SUS
EaD	Educação a Distância
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FBO	Fórum Brasil do Orçamento
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOCCO	Fórum Paraibano de Combate à Corrupção
FSM	Fórum Social Mundial
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GCOPE	Gerência de Cobranças e Programas Especiais
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICF	Instituto de Cidadania Fiscal
IDC	Instituto Direito e Cidadania
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	Instituto Fiscalização e Controle
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IMP	Instituto dos Magistrados de Pernambuco
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
JK	Juscelino Kubitschek
LC	Lei Capiberibe
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MA	Maranhão
MARCCO	Movimento Articulado de Combate à Corrupção
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MS	Mato Grosso do Sul
MS	Ministério da Saúde
MT	Mato Grosso
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCA	Orçamento Criança e Adolescente
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSM	Observatório Social de Maringá
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PhD	Philosophy Doctor
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PL	Projeto de Lei
PLs	Projetos de Leis
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
PPA	Planejamento Plurianual
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAF	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SER	Sociedade Eticamente Responsável
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIM	Sistema de Informações Municipais
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE-CE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
TCEs	Tribunal de Contas dos Estados
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCU	Tribunal de Contas da União
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNASUS	União Nacional dos Servidores do SUS
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime

Sumário

	p.
Apresentação	6
Parte 1	
I – MESA DE ABERTURA	8
II – CONFERÊNCIA DE ABERTURA	
"Participação e efetividade dos Conselhos de Políticas Públicas"	15
Parte 2	
Painel 1 – Mobilização e capacitação para o controle social (1ª sessão).....	34
Painel 1 – Mobilização e capacitação para o controle social (2ª sessão)	60
Painel 2 – Transparência e acesso à informação como instrumentos do controle social (1ª sessão)	75
Painel 2 – Transparência e acesso à informação como instrumentos do controle social (2ª sessão)	84
Painel 3 – O controle social na área de saúde	92
Painel 4 – O controle social na área da educação	99
Painel 5 – O controle social do Bolsa Família	117
Painel 6 – O controle social dos gastos públicos	139
Parte 3	
Avaliação	150
ANEXOS	
• Anexo I – Programação	162
• Anexo II – Metodologia	163
• Anexo III - Formulário para perguntas	164
• Anexo IV - Manifesto de Criação da ABRACCI	165
• Anexo V - Formulário para avaliação	167
• Anexo VI - Carta aberta "Ameaça de extinção do DENASUS – órgão de controle do SUS"	168

Apresentação

Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2009, Brasília sediou o **I Seminário Nacional de Controle Social**, com os objetivos de apresentar boas práticas de participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública e de debater os limites e as possibilidades no exercício do controle social no Brasil.

O evento, realizado pela *Controladoria-Geral da União*, com o apoio da *Embaixada Britânica no Brasil* e das entidades *Amarribo*, *Avante* e *Instituto de Fiscalização e Controle*, tornou-se um marco para o debate e disseminação do tema, reunindo especialistas, conselheiros de políticas públicas, agentes públicos, ONGs e entidades que atuam no acompanhamento e controle da gestão pública. Além de ter reunido cidadãos que participam das instâncias de controle social no Brasil e contribuem para que os recursos públicos sejam empregados com mais efetividade, transparência e dentro dos parâmetros legais.

O presente documento expressa o resultado das palestras e debates realizados durante o evento. Tais processos se basearam nos seguintes eixos temáticos: *Conselhos de Políticas Públicas: atuação, representatividade e autonomia; Cultura Política e Participação; Os desafios da mobilização e capacitação de cidadãos para o controle social; A Importância da transparência pública e do acesso a informação para o exercício do controle social; O controle social das políticas de saúde, educação e Bolsa-Família; e O controle social dos gastos públicos.*

Com a realização do **I Seminário Nacional de Controle Social**, a CGU pretendeu contribuir para que os cidadãos, de forma individual ou em articulação com conselhos ou associações civis, sejam estimulados a exercer um papel de sujeitos nos processos de planejamento, gestão e controle das políticas públicas. Com esta publicação, espera-se colaborar com a disseminação de informação – necessária ao controle social. Neste sentido, deseja-se a cada cidadão e cidadã uma boa leitura e aproveitamento deste trabalho!

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



PARTE 1

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



I – MESA DE ABERTURA

A mesa de abertura do **I Seminário Nacional de Controle Social** foi composta pelos seguintes participantes: Jorge Hage Sobrinho – Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, José Jorge de Vasconcelos Lima – Ministro do Tribunal de Contas da União, Jonathan Michael Dunn – Primeiro Secretário para Assuntos Comerciais e Econômicos da Embaixada Britânica, Bo Mathiesen – representante do UNODC para o Brasil e Cone Sul, Gerson Luis de Almeida Silva - Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Lúcia Maria Modesto Pereira – Secretária Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Antonio Alves de Souza – Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.

Após todos comporem a mesa foi cantado o Hino Nacional Brasileiro.

:: *Jorge Hage Sobrinho*

Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União

O Ministro Jorge Hage Sobrinho cumprimenta a mesa, as organizações sociais parceiras da CGU, os membros dos conselhos, os professores, servidores públicos, cidadãos interessados no tema, estudantes, e a todos os presentes. Com muita alegria declara abertos os trabalhos deste seminário. Ressalta o significado extraordinário deste evento para a CGU que desde o primeiro momento da configuração atual, em 2003, colocou no controle social uma das suas maiores expectativas. O estímulo ao controle social e seu efetivo funcionamento, foi, desde o início, uma diretriz explícita e declarada nos planos de ação. Isso decorre da absoluta convicção da instituição, de que por mais que se aperfeiçoem os mecanismos oficiais de fiscalização e controle sobre a máquina pública, nada pode dispensar a importância da fiscalização direta da cidadania no acompanhamento das ações públicas. Esta crença que está inserida na carta política maior do Brasil, a Constituição de 88, é um instrumento essencial da

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



democracia direta. Desde então, o Brasil passou a dar alguns passos importantes na busca da implementação desse princípio programático - criação de conselhos comunitários e conselhos gestores, criação de diversas instâncias representativas do enlace entre o público e o privado - na busca da definição do espaço do público não estatal, na busca da criação de efetivos instrumentos de participação cidadã, desde a formulação das políticas públicas até o controle social.

Nesse sentido, a Controladoria enfatiza mais o aspecto da prevenção. Como primeiro passo dessa trilha, a CGU parte para a criação das condições de oferecimento da absoluta visibilidade e transparência dos gastos públicos através do Portal da Transparência do Governo Federal, referência mundial em iniciativas de transparência. Para a CGU esse instrumento é fundamental, pois a população precisa de informação em linguagem cidadã para exercer o controle social.

A segunda linha de atuação da Controladoria nessa área foi desenvolver um grande programa de orientação sobre como participar, daí o programa "Olho Vivo no dinheiro público" que realiza capacitações e seminários, oferece cursos a distância, distribui manuais sobre aplicação de recursos federais.

Mas, a CGU entendeu que falta avançar mais, e assim realiza este seminário que reflete outra diretriz da CGU, que é a busca da articulação interinstitucional nacional e internacional.

Este evento se constitui um marco efetivo, que possibilitará extrair ensinamentos na busca pela excelência na fiscalização e controle combinado entre os órgãos oficiais e a cidadania, para que o Brasil seja cada vez mais referência mundial na boa gestão e na correta aplicação dos recursos que vêm de todos os cidadãos.

:: Antonio Alves de Sousa

Secretário de Gestão Estratégica na Saúde

O secretário saúda a mesa, justifica a ausência do Ministro Jorge Temporão e parabeniza a iniciativa da CGU. Expressa suas expectativas positivas, enquanto representante do Ministério da Saúde. Ressalta que para o Ministério o controle social e a participação popular têm um significado especial porque conseguiu-se inserir na Constituição, no Artigo 198, da participação da comunidade como uma conquista na

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



implementação das políticas no campo da saúde e tem-se trabalhado para o fortalecimento da participação e controle. Para tanto, o governo Lula cria, em 2003, um órgão específico com esse objetivo no Ministério da Saúde.

O Ministério já vem trabalhando nessa perspectiva do fortalecimento e está implementando um programa de inclusão digital dos conselhos de saúde buscando levar aos conselheiros dos 5.564 conselhos municipais e 27 estaduais mais infraestrutura e cursos de qualificação para assegurar que este conselho e os conselheiros possam de fato exercer o controle social. O Conselho Nacional de Saúde é uma instância reconhecida nacionalmente pela sua contribuição no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Por fim, o secretário declara que acompanhar esta abertura e este evento para o Ministério da Saúde será de grande satisfação e solicita que posteriormente seja disponibilizado o material, como uma publicação, para ser distribuído aos conselhos de Saúde, colocando a Secretaria à disposição para colaborar.

:: *Lúcia Maria Modesto Pereira*

*Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome*

A Secretaria cumprimenta a todos e à mesa, agradece o convite em nome do Ministro, que não pôde estar presente. Relata o quanto esse tema é importante para o Ministério do Desenvolvimento Social, pois as políticas de desenvolvimento social vêm se consolidando e é extremamente importante a participação social e nos conselhos.

O tema das conferências de Assistência Social, este ano, é o controle social e a participação social, pelo entendimento que não é possível operacionalizar políticas públicas no ambiente democrático sem a participação social, principalmente nas políticas sociais, pois a responsabilidade do combate à pobreza e às desigualdades é uma responsabilidade de todos nós, governo e sociedade. A participação, a instrumentalização dos conselhos, a capacitação dos conselheiros são estratégias para que, de fato, se consiga efetivar as políticas públicas. O Programa Bolsa Família não chegaria onde chegou se não fosse o controle social nos municípios.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



O Ministério do Desenvolvimento Social está alinhado com a proposta de avançarmos juntos para a capacitação de conselheiros, pois só assim teremos a operacionalização de políticas descentralizadas que sejam efetivas, democráticas, transparentes e que garantam os resultados se pretendem.

A secretaria finaliza agradecendo o convite, parabeniza a CGU e todos que ajudaram a organizar o evento e aos participantes pela disponibilidade em discutir o tema.

:: Gerson Luis de Almeida Silva

*Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência
da República*

O Secretário deu bom dia a todas as pessoas, saudou a mesa e parabenizou a iniciativa pelo evento.

Gerson analisa o evento como resultado de um trabalho de muitos anos, desde o período pré-constituinte, de organização e mobilização da sociedade brasileira e de constituição de espaços de participação e diálogo com os governos, em todos os níveis. O controle social só é possível num modelo democrático e que não se restringe ao processo eleitoral.

O secretário cita alguns exemplos nos registros da Secretaria – que em 2003, por decisão do Presidente Lula, assumiu uma função institucional diferenciada para estimular a articulação interna do governo de formas de participação e diálogo com a sociedade – desde 1941, quando aconteceu a 1º Conferência de Saúde, foram realizadas 143 Conferências Nacionais. De 2003 pra cá foram realizadas 63 destas, e no segundo semestre deste ano ainda teremos mais oito conferências nacionais. Recentemente foi realizada a Conferência Nacional de Segurança Pública e Cidadania que foi uma experiência extraordinária por ter colocado policiais de todas as esferas, com as associações de moradores, com os sindicatos para discutir esse tema que é de grande importância para a segurança e paz da população. Grande empenho está sendo investido também na primeira Conferência Nacional de Comunicação, onde estão dialogando organizações da sociedade civil, empresas e governos para chegarmos a maiores pontos de identidade sobre o tema. A partir de 2003, 19 novos conselhos nacionais foram constituídos e nove foram reformulados, todos com uma diretriz

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



básica: aumentar a participação da sociedade civil e melhorar a sua representação. Os conselhos já estão num passo adiante que não é mais apenas demandar, mas de criar mecanismos mais eficazes para acompanhar as políticas públicas no conjunto do seu ciclo.

Concluindo, o secretário diz que este seminário se insere nessa reflexão que tem havido nas formas de participação social do país, que é o de acompanhar o conjunto do ciclo das políticas públicas. E a aplicação dos recursos é fator fundamental à sociedade brasileira, não para obstruir que o recurso público chegue a toda a sociedade, mas para garantir que cada centavo seja aplicado de forma digna e séria e para se inserir no esforço nacional para diminuição da desigualdade e todos e todas possam viver de forma digna e justa e que possam se beneficiar da riqueza que constrói. O fato de neste seminário estarem presentes conselhos nacionais, estaduais, municipais de diferentes políticas, organizações que atuam nesta área, vai estabelecer uma teia de relações que vai beneficiar não só as políticas de controle, mas todas as demais formas de produção e acompanhamento de políticas públicas.

:: Jonathan Michael Dunn

Primeiro Secretário para Assuntos Comerciais e Econômicos da Embaixada Britânica

O Secretário saudou a todos e a mesa e disse que é um prazer participar I Seminário de Controle Social realizado em grande parceria entre a Corregedoria e a embaixada britânica. Esta parceria foi de grande importância para a embaixada e para o Reino Unido também. Diziam que o Brasil seria sempre um o país do futuro, contudo, conforme a visão do embaixador, o Brasil tem uma posição central por conta da sua força econômica, sua resposta a crise econômica e a sua participação nas principais negociações globais do momento.

Numa relação de parceria tem-se a possibilidade de trocar experiências e aprender uns com os outros. Uma vez que o Brasil é referência internacional de controle dos gastos públicos, os especialistas do Reino Unido apreciam as experiências daqui uma vez que desejam seus orçamentos mais transparentes. O embaixador acredita que os brasileiros se beneficiarão também com a experiência do Reino Unido onde acontecem seminários dessa natureza e organizações não governamentais são

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



consultadas por agentes do governo e exercem um papel ativo na formulação de políticas públicas. Além do mais, quando um tema é discutido no parlamento, qualquer cidadão tem o direito de participar do ante-projeto antes do parlamento. Estas práticas são realizadas porque o envolvimento da população é parte fundamental da democracia e também porque garante o exercício de uma política melhor, mais efetiva e com menos desperdício.

O apoio à CGU para desenvolver uma postura de combate à fraude no país tem o propósito de ser parceiro e visa fortalecer os mecanismos de combate à corrupção no Brasil, dentre os quais o controle social é uma forma legítima de monitoramento do uso adequado dos recursos públicos pela população. Assim, os governos devem buscar modelos de gestão eficiente dos recursos públicos e a sociedade deve estar cada vez mais envolvida na fiscalização das ações da administração pública. Essa participação é fundamental para que o Estado melhore a qualidade, a relevância e a efetividade dos seus serviços.

O primeiro secretário ressaltou a importância da presença de todos os participantes, que são as pessoas que de fato exercem o controle social em seu cotidiano. É a população que conhece a realidade do Brasil e que pode contribuir para a superação dos desafios relacionados ao uso adequado dos recursos públicos. Deseja sucesso ao evento e que este seminário de controle social seja um marco importante no combate à corrupção no Brasil.

O ministro Jorge registra que o Ministro do Tribunal de Contas e o representante do UNOCD haviam retirado suas falas, mas eles resolvem rapidamente fazer o uso da palavra.

:: José Jorge de Vasconcelos Lima
Ministro do Tribunal de Contas da União

O ministro ressaltou um tema não representado na mesa que ele considera um elemento importante na evolução do controle social do Brasil e no mundo que foi a evolução da tecnologia. Para o ministro, para que o controle social se fortaleça, além da boa ação, da integração, precisa-se ter computadores mais baratos e internet mais barata e melhor.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



::Bo Mathiese

Representante do UNODC para o Brasil e Cone Sul

Bo Mathiese agradeceu a oportunidade de participação e iniciou dizendo que o escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes ajudou os estados membros a articularem a Convenção contra a Corrupção. Registra que o Brasil é um país protagonista e inovador na prevenção à corrupção lembrando que a participação do Brasil nos fóruns internacionais é importante e inspiradora a outros países. Em novembro, um evento vai reunir todos os estados participantes da Convenção contra a Corrupção, e nele o Ministro-chefe Jorge Hage vai exibir os avanços no Brasil - que são avanços na área de transparência e participação da sociedade no monitoramento dos gastos públicos. Muitos países ficam inspirados com estas atividades inovadoras e relevantes do dinheiro público bem gasto, pois sabe-se que o orçamento público também tem limites. Parabeniza o trabalho que será desenvolvido no seminário e agradece mais uma vez a oportunidade de poder dizer algumas coisas.

O ministro Jorge Hage Sobrinho agradeceu a participação do ministro José Jorge que ressaltou a importância estratégica da tecnologia. Disse que o Brasil tem a maior gratidão e reconhecimento pelo apoio que o Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes tem dado ao esforço brasileiro, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Para encerrar, agradeceu a presença de todos na mesa que representam essa parceria, as organizações não-governamentais que auxiliaram na organização e desenvolvimento do seminário- Amaribo, IFC e Avante-, aos colegas de trabalho da Controladoria-Geral da União, em especial à Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas na pessoa do secretário Dr. Marcelo Stopanovski e de todos os demais setores da CGU. Por fim, creditou aos profissionais das equipes de trabalho o mérito pelo sucesso dos trabalhos da CGU e desejou bom seminário a todos, com a certeza que dele será possível tirar os melhores resultados para o avanço e o progresso do controle social no Brasil.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



II – CONFERÊNCIA DE ABERTURA

*Mediator: Petrônio Bezerra Lima
Analista de finanças e controle da CGU*

"Participação e efetividade dos Conselhos de Políticas Públicas"

*Prof.Dr. Leonardo Avritzer
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG*

O professor Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), iniciou sua conferência enaltecendo o evento e agradecendo o convite feito pela CGU.

Disse que considera a ação da CGU decisiva para o avanço do controle social e a melhoria da administração pública.

Informou que sua conferência seria dividida basicamente em duas partes: a primeira com uma abordagem mais conceitual e histórica; a segunda se destinaria à apresentação de resultados de uma pesquisa do seu grupo de trabalho na UFMG, realizada em trinta e seis das setenta e duas maiores cidades do Brasil, acerca do funcionamento de conselhos e das administrações públicas em geral.

Avritzer iniciou a parte conceitual afirmando que o “controle” é uma característica fundamental das democracias.

Na sua visão, existem dois tipos de controles principais:

- o controle público-administrativo, horizontal, realizado por agência no interior do Estado.
- e controle social-público – a chamada “accountability societária”.

O Estado, por si só, não pode realizar o conjunto do controle, uma parte deve ser realizada pela sociedade civil, ou pelo conjunto de organismos públicos com participação da sociedade civil. Na literatura das ciências sociais é muito estudado o conceito de “accountability societária”.

De modo simplificado, esse tipo de controle é feito por comissões, organizações, ONGs, redes da sociedade civil que se organizam e se mobilizam de maneira vertical em relação ao Estado.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Não é um controle de iguais (entre sociedade e Estado). Surge na base da sociedade e exerce enorme papel na maneira como a sociedade se relaciona com o governo.

O grande problema deste tipo de controle é a falta da sanção. A sociedade se organiza, se expressa, mas em última análise a sociedade não tem capacidade de sanção sobre o Estado. As entidades envolvidas criam um sentimento público, geral, mas não aparece a sanção.

No Brasil, há uma forma muito particular, quase que existente somente aqui, diferente daquilo que existe no resto do mundo. Atores da sociedade e do Estado partilham espaços de poder e possuem capacidade deliberativa. Essa efetividade existe porque há a institucionalidade dos conselhos.

Alguns conselhos no Brasil têm capacidade de sanção. O Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, assina prestações de contas de transferência de recursos, entre outras atribuições, ou seja, há efetividade desse controle.

Os atores, de fato, podem impedir a execução de determinadas políticas, o mau uso de recursos e têm alguma capacidade de sanção.

O Brasil realizou uma inovação no controle. Atores da sociedade civil têm algum controle sobre as ações dos estados.

Em relação à origem dos conselhos, eles possuem longuíssima presença – já existiam no próprio Brasil colonial.

Avritzer cita a criação do Conselho do Patrimônio Histórico, no governo Vargas (1936), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 1951, como exemplos.

A Constituição de 1988 fez uma grande inovação. Estabeleceu um processo de eleição e indicação na sociedade civil da sua representação. Cria relação muito mais horizontal entre Estado e sociedade civil.

Hoje existem mais de 10 mil conselhos (mais de 5 mil na Saúde e outros milhares na Assistência Social).

Os conselhos, muitas vezes, entram em conflito com as administrações.

Apoio:



Realização:



Avritzer citou exemplo do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (SP), que se colocou contra o prefeito Paulo Maluf, na implantação das cooperativas de saúde (considerada uma forma pouco republicana de promover a saúde).

Em relação aos dados e padrões verificados na pesquisa, Avritzer destaca que os conselhos têm dificuldade de funcionar, principalmente nas pequenas cidades.

Além disso, o sistema político (prefeitos) tendem a tentar controlar os conselhos e em muitos casos conseguem. Alguns funcionam muito fortemente apenas no papel.

A pesquisa da UFMG analisou conselhos de Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

De maneira geral, a pesquisa apontou que a administração pública é mais organizada e eficiente onde a sociedade civil é mais organizada.

Verificou-se que há uma certa homogeneização de formas organizativas na estrutura adotada pelos conselhos. E que nas cidades onde a participação social funciona bem os resultados nas políticas sociais e na administração pública em geral são melhores.

Avritzer faz uma ressalva acerca do termo “controle social”: ele vem de uma tradição francesa e de países de tradição latina e significa o controle do Estado sobre a sociedade.

Com o tempo esse termo foi mudando de configuração, no Brasil graças ao movimento sanitário e de assistência social, além de outras áreas, passando a significar o controle da sociedade sobre o Estado. No Brasil, é mais adotado o “controle público”, mas significando também uma forma de opinião ou incidência sobre alguma ação do Estado. A Constituição Federal possui 14 diferentes formas de participação social e da gestão pública.

Avritzer citou algumas: iniciativa popular de lei, plebiscitos e referendos, apresentação de propostas no campo do legislativo e até mesmo do judiciário, além dos conselhos e conferências.

Avritzer informou que na pesquisa o seu grupo tentou criar procedimentos para avaliar o funcionamento dos conselhos nas cidades. “Observando casos bem sucedidos, em cidades como Porto Alegre, Belo Horizonte, Chapecó, Vitória da

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Conquista, seria possível generalizar o funcionamento destes conselhos para outras cidades?", questiona.

O trabalho inicialmente buscou colher dados em quarenta e duas cidades, mas conseguiu-se apenas de trinta e seis.

Em geral, os conselhos foram implantados nos anos 90 em grandes capitais do Sul e Sudeste, criados por legislações municipais e tendo a presidência atribuída aos secretários municipais das respectivas áreas. Normalmente eles possuem comissões temáticas.

Algumas perguntas da pesquisa: essa forma conseguiu se estender para as grandes cidades ou continua haver uma diferenciação na estrutura? A estrutura organizativa que surgiu em algumas capitais se generalizou em todas as grandes cidades brasileiras?

Em termos de estrutura, buscou-se verificar se existe plenário, se existe mesa diretora, secretaria executiva. Também foi pesquisado se ocorrem conferências municipais.

A pesquisa apontou que há uma tendência hoje no Brasil: em cidades com mais de 1 milhão de habitantes houve uma generalização no padrão de funcionamento dos conselhos.

Foi verificado que onde não há comissões temáticas, a sociedade civil não consegue acompanhar decisões mais técnicas e os membros dos conselhos vão tender a corroborar estas decisões. Também verificou-se que quem está nos conselhos normalmente obedece os ciclos (mandatos) da gestão pública.

Na opinião de Avritzer, a importância da conferência é romper esse ciclo, fazer discussões mais estratégicas, de médio prazo.

O esforço hoje busca alcançar uma certa consolidação dos conselhos.

Avritzer declarou que se fala muito sobre efetividade dos conselhos, mas questionou: "Os conselhos são efetivos? As pessoas têm capacidade de falar? O que o Estado propõe é corroborado ou não?". Responder estas perguntas foram preocupação da pesquisa.

A pesquisa também analisou os regimentos e atas de reuniões dos conselhos. Mais de 1.788 atas de reuniões de conselhos municipais de diferentes áreas foram

Apoio:



Realização:



analisadas, buscando apurar: "Quem fala nas reuniões? Quando é feita uma proposta, ela é debatida? As propostas são de que área?"

Os dados estão bem detalhados nos slides da apresentação do professor Avritzer, mas verificou-se que nas cidades menores, em geral, o grande segmento que fala é o usuário, enquanto nas capitais o governo fala um pouco mais.

Verificou-se também que onde os conselhos funcionam muito bem ocorre a participação externa aos atores do governo, o que possibilita discussões mais sérias sobre políticas públicas com seriedade.

Dentre os aspectos analisados e categorias utilizadas na pesquisa, o professor Avritzer listou: Efetividade deliberativa; Participação e vocalização dos conselheiros, segundo o segmento representado; Diversidade (variações em métodos e área); Durabilidade (formas que duram mais de uma gestão); Capacidade deliberativa das instituições participativas; e Divisão das cidades entre alta/média/baixa intensidade participativa.

Sobre os municípios analisados, foi criado um Índice Municipal de Participação (IMP), que apresentou uma seguinte classificação:

- Alta: Belo Horizonte, Poro Alegre, Chapecó, Blumenau, Juiz de Fora, São Leopoldo e Poços de Caldas
- Média: Belém, Campinas, Goiânia, Volta Redonda, São Paulo, Petrópolis e Anápolis

A arrecadação tributária não influiu nos resultados desta categoria, lembrou o professor, que também enfatizou que o trabalho é parcial e que o grupo pretende estender a pesquisa.

A pesquisa utilizou também uma metodologia que o Banco Mundial e universidades dos EUA também trabalham, chamada "Pares de Cidades", que relaciona cidades muito parecidas entre si em termos econômicos/popacionais, mas com disparidade na participação social.

Como exemplo, citou os pares Vitória da Conquista/Ilhéus, Juiz de Fora/Sorocaba, São Leopoldo/Novo Hamburgo.

Em cidades participativas o orçamento evolui mais rápido; observam-se no próprio município reformas tributárias locais; administrações comprometidas passam

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



a depender menos de transferências federais e o aumento de funcionários públicos vem da própria melhoria das finanças municipais.

O professor apontou que a pesquisa indica três grandes conclusões:

- Há evidências para mostrar que onde os conselhos funcionam bem, eles possuem papel democratizante (usuários falam, se expressam mais) nos municípios com mais de 100 mil habitantes.
- O controle permite melhor distribuição nas políticas sociais.
- Maior eficiência administrativa implica aumento da receita, aumento dos funcionários públicos, assim como existe uma proporção inadequada entre os funcionários na burocracia e nas áreas fins das políticas sociais.

:::::::

:: DEBATE

[Pelo volume de perguntas, estas foram agrupadas por temas em blocos]

BLOCO 1

Pergunta 1 – Ariadyne Luz, da Rede de Controle Social “Nós da Rede”, Paracuru, Ceará.

Pararucu, litoral do Ceará, com 31.000 habitantes, com resquícios de coronelismo possui 7 conselhos que não são efetivos. Visando à efetividade destes, 06 instituições atuam como rede social, denominada “Nós da Rede” que atua nos conselhos com pessoas condecoradoras das políticas e com capacitações aos demais conselheiros da sociedade civil. Acredito que a atuação em rede sociais seria uma alternativa para a efetivação dos conselhos das cidades pequenas. Qual sua análise?

Pergunta 2 – Diana Batalha Jardim, Maranhão.

Como o senhor vê a “parceria” do Estado com as organizações do terceiro setor. O senhor acredita ser esse o papel essencial desse tipo de organização? A “parceria” esvazia o papel do terceiro setor no controle social?

Pergunta 3 – Celso Duarte, Núcleo de Apoio à Prevenção, CGU/Roraima

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



20

Existe uma interposição, exclusão ou tangenciamento entre a “responsabilidade social” (conceito definido pela Indústria, Comércio e Agricultura) e o “controle social”? Pode-se afirmar que os detentores do poder econômico disseminam os conceitos de cidadania, democracia, legitimidade, por meio dos Entes S (SEBRAE, SESI, SENAI, SESC, SENAR etc), junto aos cidadãos, com um viés manipulatório, diferentemente da emancipação apregoada pelos teóricos do “controle social’?

Respostas:

Em relação às pequenas cidades a gente não tem estudado muito, estamos até com um projeto de pesquisa para incluir e fazer alguns estudos sobre pequenas cidades. Mas a gente tem algumas observações. Se a gente pensar, no caso brasileiro, na organização da sociedade civil, tudo parece indicar, também não tem pesquisa muito ampla sobre isso, mas tudo parece indicar que o tamanho da cidade talvez seja o principal indicador em relação ao tipo de organização da sociedade civil. Ou seja, as grandes cidades, capitais, cidades com mais de cem mil habitantes, geralmente são cidades que tem sociedade civil organizada, mas quando a gente passa, no Brasil, dessas grandes cidades para cidades menores, em geral a gente vai encontrar a sociedade civil menos organizada, existem evidentemente, exceções, eu conheço algumas, quase todas ligadas à igreja católica e à rede de organização dela no Brasil. Mas essa rede ainda não consegue reverter esse fenômeno - pequenas cidades tem sociedade civil muito pouco organizada. Quando a gente pensa na organização dos conselhos, o tamanho da sociedade civil em pequenas cidades tem impacto nessa organização. Frequentemente a gente ouve pessoas, prefeitos, representantes de organizações fazendo essa observação: “Ah, mas a gente não tem pessoas pra fazer a representação da sociedade civil no conselho de saúde, da assistência, da criança e do adolescente”. Ao mesmo tempo, frequentemente isto gera repetição ou são as mesmas pessoas que acabam sendo indicada por prefeito ou pessoas do sistema político. Então acho que esse é um problema real que existe no Brasil para o qual precisam ser pensadas diferentes soluções. Eu não entendi exatamente o sentido de redes sociais na pergunta, mas uma possível solução para esse problema, não sei se é isso que a pessoa que formulou a pergunta pensa, seria na verdade você ter um conselho na área de

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



políticas sociais, por exemplo, em cidades muito pequenas, que tivesse essa representação, vamos dizer, mais global, ao invés de ter uma representação repetitiva. Porque a representação repetitiva não é muito bom. A pessoa tem que ir a muitas reuniões, ela se especializa, frequentemente, depois de um tempo, essa representação pode adquirir traços que não são os mais desejáveis, de uma profissionalização dessa representação. Nada disso é muito bom, seja do ponto de vista do controle, seja da democracia. Então eu, pessoalmente, não tenho muito idéia de como fazer isso, do ponto de vista legal, mas eu acho que seria mais interessante trabalhar de forma consorciada. Mesmo porque, nestas pequenas cidades, frequentemente, pode ser que os conselhos não precisem reunir tanto, com tanta frequência, não tenha tanta pauta, então você pode fazer um conselho, às vezes de melhor qualidade, tendo potencializada a representação da sociedade civil.

Sobre o problema das ONGs, essa também é uma questão que eu penso muito e que me preocupa muito. A grande questão é que a palavra ONG não quer dizer muita coisa hoje no Brasil, varia muito quando você fala sobre ONGs, do quê que você está falando. Existem ONGs muito bem organizadas, com excelentes contribuições a muitas das áreas. Por exemplo, a área de meio ambiente tem ONGs com alta capacidade técnica, isso é extremamente importante. Uma vez a gente fez uma pesquisa sobre escolaridade dos representantes de conselho da sociedade civil em diferentes áreas. No meio ambiente, os representantes da sociedade civil tem pelo menos, mestrado, frequentemente, doutorado, pós-graduação completa, mas essa é uma característica específica da área de meio ambiente, não dá pra gente esperar do Brasil que a representação da sociedade civil em outras áreas, usuários no conselho de saúde ou no conselho de assistência social, seja PhD. É completamente fora da realidade do país e na verdade o que a gente tem que pensar são diferentes soluções para os contextos específicos nos quais a representação da sociedade civil ocorre. Então a primeira coisa que eu diria é: ONGs podem ter fortes contribuições em algumas áreas e contribuições não tão fortes em outras. Quando chega no problema da execução da política, aí eu acho que é uma outra questão e aí a pergunta é: a política deve ser executada por uma ONG? Ou a política deve ser sempre uma política estatal? Mais uma vez, depende da área, da capacidade do governo. Ainda que se o governo puder executar a sua política,

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



eu acho que é sempre melhor que ele execute, mas se governo, de fato, não tiver capacidade de executar a sua política não vai fazer muito sentido ele assumir isso. Então mais uma vez eu tendo a dizer que o problema não é do esvaziamento, mas entender que os Conselhos variam fortemente, de acordo com os contextos. Representação da sociedade civil não é a mesma em diferentes contextos, falar em representação da sociedade civil no meio ambiente, na assistência social, na saúde ou na criança e adolescente, são coisas muito diferentes e aí a gente tem que pensar em como potencializar a capacidade de controle, de democratização em cada uma dessas áreas. E as respostas aí, não podem ser as mesmas, a resposta do meio ambiente pra saúde ou assistência social, porque a realidade é muito diferente.

Na pergunta sobre responsabilidade social, eu faria até um adendo nela, que é pensar a responsabilidade fiscal, a responsabilidade social e o controle social. Minha impressão é que as três coisas não coincidem. É preciso pensar um pouco melhor como elaborá-las. Eu sei, num trabalho da Confederação Nacional dos Municípios, que mostra o ranking das cem principais cidades brasileiras na área da responsabilidade fiscal. E aí é interessante que essas não são as melhores cidades na área do desempenho do controle social ou de indicadores sociais. O próprio presidente Lula está falando, e eu acho que é uma idéia interessante, em estabelecer ao final do governo dele uma Lei, que eu acho que ele está chamando de Lei de Responsabilidade Social, ou uma integração de todas as obrigações sociais dos municípios e de uma lei que consolide essas políticas. Eu acho que isso seria tão importante quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque já existem evidências que alguns municípios vêm tentando se enquadrar muito fortemente na lei de responsabilidade fiscal e deixam de lado suas responsabilidades sociais. Eu acho que isso aí não é desejável, não acho também que esse é o objetivo de quem fez a lei, mas eu acho que a lei precisa ser complementada. O Estado não tem só responsabilidades fiscais, ele tem responsabilidades sociais em relação à cidadania e as duas têm de ser combinadas de alguma forma. Quando a gente fala em responsabilidade social, e isso tem sido uma coisa mais em relação à empresas, aí eu acho que a gente entra num mundo completamente diferente e que vale a pena pensar melhor o impacto da responsabilidade social sobre as políticas sociais em geral. Eu conheço casos

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



interessantes e conheço casos muito pouco interessantes, diga-se de passagem, a própria Petrobrás gasta mais em propaganda sobre os gastos dela em responsabilidade social do que com a própria atividade. O que mostra que existe aí uma distorção. E eu não estou dizendo aqui Petrobrás, poderia dizer várias outras empresas privadas, frequentemente as pessoas fazem responsabilidade social e o papel da propaganda em relação à isso é maior do que o papel da atividade fim, a gente tem diferentes exemplos sobre isso. Não tenho outros dados no setor privado, mas com certeza nós encontrariamos. A gente vê com frequência empresas fazendo responsabilidade social onde quase tudo é para os funcionários dela, isso também me parece uma coisa complicada que eu acho que teria que conseguir diferenciar isso de uma forma melhor, eu acho que o que vem da responsabilidade social tem que ter algum nível de generalidade em relação à população de baixa renda do município onde a empresa atua. Em relação a programas que sejam cidadãos, existem poucos exemplos nessa direção. Um exemplo que eu pessoalmente gosto, mas nunca vi nenhuma pesquisa sobre seu estado, eu sei que o Banco Itaú tem apoiado conselhos da Criança e do Adolescente no estado de São Paulo e que isso tem feito um pouco de diferença na organização desses conselhos que tinham uma organização muito precária, mas também não existem dados mostrando exatamente quais são os resultados desse programa. Então eu acho que esta é uma discussão importante, o que é responsabilidade social, o que é controle social, o que é responsabilidade fiscal. Acho que estas questões não estão bem resolvidas na estrutura de políticas do governo brasileiro.

BLOCO 2

Pergunta 4 – Pedro Gabril, Conselho Federal de Contabilidade

Sou mestrando em ciências sociais na PUC-RS e tenho na sua obra, juntamente com as obras de Guillhermo O'donnell e Adam Przeworski, o eixo principal da base teórica. Gostaria de ouvir seu comentário sobre a evolução do controle social no Brasil, fora conselhos das políticas públicas. Podemos ser otimistas quanto ao "despertar" da sociedade e à derrubada da 'apatia' em relação aos "negócios públicos"?

Pergunta 5 – Não identificou-se.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Nos seus estudos há experiências das formas de participação e controle sociais das instituições jurídicas?

Pergunta 6 – Adriano Guerra, ONG Oficina de Imagens, BH/MG.

Existem estudos no Brasil (ou em outros países) que buscam aferir o impacto dos conselhos ao longo dos últimos anos, na melhoria dos indicadores sociais das diferentes áreas? Ou seja, é possível afirmar que onde há conselhos mais efetivos os resultados das políticas públicas são mais consistentes?

Respostas:

Eu falei muito mais sobre o controle e principalmente sobre conselhos. Não falei sobre outras formas de controle que são importantes, controle do orçamento, conjunto de atividades na área do controle público do orçamento são importantes. Podemos pensar em outros tipos de monitoramento de ações do governo, monitoramento sobre questões ligadas a violência, a atuação de polícias, são diferentes áreas do controle. Eu acho que o controle no Brasil está muito mais fortemente consolidado na área de políticas sociais do que nessas outras áreas. Existem algumas ONGs importantes que trabalham na área do controle do orçamento entre as quais eu gostaria de mencionar o INESC, mas me parece que estas atividades ainda não estão muito desenvolvidas. Vale a pena mencionar também a Transparéncia Internacional, ainda que eu, pessoalmente sou da opinião de que esse índice comparativo de corrupção da transparéncia internacional é um índice muito mal feito e que certamente não reflete a posição dos países que fazem o combate à corrupção. Eu, pessoalmente, já observei que países com fortes limitações à liberdade de imprensa se saem muito bem no índice da Transparéncia Internacional, que é na verdade um índice de percepção. Então se ninguém pode noticiar a corrupção, as pessoas acham que ela não existe, por exemplo, o conjunto dos países do Oriente Médio com forte controle à liberdade de imprensa estão melhores que o Brasil e Argentina no índice da Transparéncia Internacional. Provavelmente, o problema é do índice e o próprio Claudio Abramo aqui no Brasil é fortemente crítico ao índice de Transparéncia Internacional, ele percebe isso e também existe uma certa relação entre bons negócios de empresas americanas em resposta a essas grandes multinacionais. Mas ainda assim, eu acho que a existência de uma ONG

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



na área do controle do orçamento é importante. Eu acho que o controle do orçamento no Brasil tem que ser aprimorado, tem que ser mais público, a execução dele tem que ficar mais clara para a sociedade. Eu, pessoalmente, sou absolutamente contra a idéia de contingenciamento do orçamento, acho que o orçamento tem que ser um só. Não tem que existir influência política de nenhum tipo na liberação do orçamento, chamo atenção que o êxito de algumas formas de orçamento participativo no Brasil são ligadas justamente à isso, porque não existe contingenciamento, a população sabe qual é o orçamento e elimina-se essa forma de intermediação, intervenção que tem consequências muito perversas no Brasil. Eu não falei muito sobre isso, acho que essa ainda é uma área muito fraca, também é uma área que eu não conheço muito bem, mas acho que é uma área que certamente tem que ser reforçada no Brasil.

Em relação ao Judiciário, eu diria a mesma coisa. O Brasil vive um acentuado processo de judicialização, passou muito tempo desde aquela famosa frase do Floriano Peixoto que algumas pessoas pediram habeas corpus em relação à revolta do Rio de Janeiro, o Floriano falou “mas, se derem esse habeas corpus eu não sei quem vai dar o habeas corpus para os membros do Supremo”. Essa foi uma frase do presidente do Brasil na última década do século XIX, passamos um longo tempo, percorremos um grande caminho em relação à isso e hoje nós temos um Supremo muito ativo. Isso significa também uma maior influência dele na área de políticas públicas e no conjunto de áreas. Não necessariamente essa influência é positiva, vou dar um exemplo aqui de um estudo que eu estou querendo começar a fazer porque eu não vejo problemas, o Judiciário hoje é o segundo ordenador de despesas de saúde no Brasil, depois do governo federal, ordena mais despesas que o governo do Estado de São Paulo com liminares de todos os tipos. Liminares que na verdade, frequentemente, distorcem o sentido de políticas públicas, como conceder uma liminar para comprar um remédio que custa trezentos mil reais por mês e a prefeitura, que paga isso, fica sem dinheiro para o programa de vacinação. Então não necessariamente a atuação do Judiciário é positiva. Acho que faltam estudos no Brasil sobre o sentido da atuação do Judiciário na área de políticas públicas e no conjunto de outras áreas, mas o que eu acho é: na medida em que a atuação do Judiciário é cada vez mais relevante no Brasil, o controle dele também deve ser feito. E esse controle, eu acho que é feito de forma precária.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Acho que algumas iniciativas do Conselho Nacional de Justiça são importantes, mas ainda existem poucos dados sobre um conjunto de questões. Para dar alguns exemplos, eu fui a uma reunião do Tribunal Regional de Trabalho de Minas Gerais e eu fiz uma pergunta de resposta objetivamente óbvia, as cidades que não tem postos do Tribunal no Estado de Minas Gerais, qual a participação delas em relação ao conjunto de ações, e a resposta era muito baixa. Então, o acesso a Justiça no Brasil melhorou, o acesso ao Judiciário melhorou, mas ainda é desigual e parece que varia, mais uma vez, de acordo com o tamanho da cidade, com o IDH da cidade, portanto o acesso à Justiça é menor naqueles lugares do país onde existem grandes desigualdades. Existe o desafio de aumentar o acesso à Justiça nesses lugares e para isso precisa também da ação da sociedade civil, o controle sobre o Judiciário, ONGs ligadas ao problema do acesso à Justiça, tudo isso é importante.

Com relação à políticas sociais, eu acho que essa terceira pergunta é um pouco o que eu falei, acho que existem evidências nas cidades com mais de cem mil habitantes que em algumas áreas a existência dos conselhos melhoram a execução das políticas, mas a gente não tem a evidência no conjunto do país.

BLOCO 3

Pergunta 7 – Hélio Herique Camilo (Presidente do Conselho de AS, São Gonçalo/Rio de Janeiro

Intersetorializar! O que você acha desta integração dos Conselhos? Que os municípios criem Fóruns permanentes para juntos discutirem políticas públicas?

Pergunta 8 – Priscila Pyrrho

Em sua pesquisa, foi possível relacionar a organização social, a participação do usuário/efetividade de conselhos e a ativação do poder legislativo local? A propósito, cito o Programa Interlegis, do Senado Federal que tem contribuído para fortalecer as Assembléias Legislativas (estrutura e produção de leis) que, ao meu ver, ainda que indiretamente, contribuem para melhoria da participação social em políticas públicas e no controle legislativo/social delas.

Pergunta 8 – Marcus Braga

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



O senhor acha que um estatuto dos conselheiros, na forma de uma lei federal contribuiria para a efetividade dos conselhos?

Respostas:

Sobre a integração dos conselhos, o que eu acho e tenho falado um pouco sobre isso é que o Estado brasileiro é muito setorializado. Isso é um problema histórico, se a gente pensar Juscelino Kubitschek quando quis fazer um plano de desenvolvimento, ele enfrentou já o problema de não conseguir constituir e implementar suas políticas porque a estrutura ministerial era muito setorializada, ele criou os chamados grupos de estudos integrados, que depois foram analisados pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, que foram maneiras de integrar as ações dos ministérios às áreas de políticas de desenvolvimento. As áreas de políticas sociais do Brasil não deram ainda, na minha opinião, um passo semelhante a esse que o governo brasileiro deu ainda no governo JK anos 50. A gente sabe que políticas sociais têm que ser integradas, frequentemente eu viajo, entrevisto, converso com as pessoas e elas me falam "ah eu fiz uma pavimentação numa obra do orçamento participativo em Porto Alegre, mas na verdade aumentou a violência na cidade e a gente não tem assistência social para os adolescentes", que é uma questão, assim vamos dizer, típica na área de políticas públicas. Você não consegue com uma política só, frequentemente fazer a política social mais adequada para o local. Frequentemente legaliza-se um bairro, mas não tem boas políticas de saúde ali, não tem boas políticas de assistência social no local. Os postos de saúde são fortemente afetados pela violência do crime organizado no conjunto de lugares. No Brasil não existe uma política de segurança muito integrada com a política de saúde em quase todas as capitais. Então a gente vê que o ideal seria políticas muito mais integradas. Falta ainda, vamos dizer, o estado brasileiro avançou fortemente na idéia de gerentes de grupos interministeriais, mas eu acho que esse avanço não é ainda suficiente, especialmente no nível local em relação às políticas sociais. Há uns anos atrás na cidade de São Paulo eu vi uma coisa um pouco complicada em relação a isso que era uma briga do setor de saúde do orçamento participativo com o conselho municipal de saúde e aí a prefeitura fez uma vez uma divisão que o conselho de saúde trabalhava mais com postos, orçamento participativo

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



trabalhava mais com leitos em hospitais, parece uma coisa completamente inadequada. Você imagina duas políticas participativas e você tem dois lugares diferentes para decidir sobre ela e você não consegue ter um bom nível de articulação entre as políticas. Então, eu acho que os conselhos de políticas públicas têm que atuar muito mais conjuntamente. Acho que em nível federal, isso teve importantes avanços, o Conselho da Assistência Social e da Criança e Adolescente atuam fortemente em conjunto em algumas áreas e isso é muito bom. Mas eu acho que nos lugares onde existe forte incidência da pobreza e o governo vai agir fortemente nesses lugares, as políticas sociais têm que ser fortemente integradas e as formas de participação para essas políticas também tem que ser fortemente integradas. Como se faz isso? Algumas idéias: os conselhos têm que se articular, tem que conseguir ter agenda mínima social interconselhos, pode ser uma idéia interessante, e essa agenda passa a ser prioridade de todos independente das ações setoriais. Eu acho que isso poderia ser importante.

A pergunta sobre legislativos. Essa é uma questão interessante e muito complicada. Na verdade, hoje já existe jurisprudência que considera todas essas formas de participação nos conselhos como formas de participação no poder executivo, tenho a impressão que tem até uma decisão do Supremo num caso mencionando isso. Eu acho um pouco complicado porque como você tem coisas sobre as quais os conselhos decidem que incidem fortemente sobre atribuições do poder legislativo, eu acho muito complicado que o próprio poder legislativo não se veja um pouco mais contemplado nessa estrutura de participação. Acontece frequentemente que o conselho decide alguma coisa, o vereador pode sentir tendo suas prerrogativas diminuídas pela atuação desse tipo de política. O que fazer nesse caso? Eu sempre gosto de quando vou numa reunião do orçamento participativo, do conselho de saúde, do conselho de assistência social e eu vejo vereadores lá, ainda que participando com direito à voz, eu acho isso muito importante. Mas a verdade é que a maior parte dos membros do poder legislativo não vai a estas instituições. Aí eu acho que de fato existe um problema, o legislativo está muito excluído dessas formas de participação, existe um problema geral em relação ao poder legislativo no Brasil que ele não consegue se afirmar na redemocratização brasileira, voltar a ter suas prerrogativas plenas, os dois poderes que se fortalecem pós 88 são o Executivo e o Judiciário e eu acho que isso não é

necessariamente bom para a democracia. Sem nenhuma defesa aí, claro, a tudo o que acontece no Legislativo que evidentemente é muito lamentável, mas o Brasil precisa fazer um Legislativo forte que é parte da estrutura de uma sociedade democrática e também no caso da participação parece ser problemático.

Eu acho a idéia de um estatuto dos conselheiros interessante, ainda que, nunca pensei muito nesse assunto, mas tem algumas coisas que eu acho que esse estatuto de conselheiros pode regular que podem ser importantes, tanto para os conselheiros, quanto para a própria administração local democrática. Exemplo: eu acho que o estatuto dos conselheiros deve criar impedimentos no sentido da profissionalização ou do conselheiro que fica 10, 15 anos no conselho, acho que precisa de renovação; acho que os conselhos são partes de uma estrutura do Estado que interage com uma estrutura da sociedade civil, então essa estrutura da sociedade civil frequentemente, nas pequenas cidades, é pobre, o tecido é pobre, e estar em conselhos, o revezamento, os procedimentos, aprender mais sobre a política é importante e para isso é preciso revezamento. Então eu acho que isso, certamente, deve ser uma questão colocada para os conselheiros, mas eu acho também que os conselheiros devem ter direitos em relação ao estado e ao lugar que eles possam acionar caso o Estado sonegue, principalmente informação. Exemplo: na nossa pesquisa de 42 cidades, nós não conseguimos informação em Niterói, Angra dos Reis e Ilhéus, não fomos recebidos. Acho até que isso é um indicador de falta de transparência, nesse caso, das administrações. Depois eu soube que houve de fato uma fiscalização do Tribunal de Contas da Bahia sobre a cidade de Ilhéus, parece que houve também fiscalização sobre Angra dos Reis. Então, a sonegação do dado já é uma evidência de que frequentemente existe alguma coisa problemática em algumas cidades. Eu acho que esse pode ser um papel de alerta de fiscalização feito pelo próprio conselheiro, claro que o conselheiro sabe que existe um problema na administração municipal bem antes do governo do estado, da CGU, da polícia federal, etc. Então seria interessante se ele pudesse dar essa sinalização de alguma medida e eu acho que isso pode ser um direito do conselheiro de conseguir o acesso aos dados, quando esses dados não são publicizados como deveriam ser pelo próprio poder municipal.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



BLOCO 4

Pergunta 9 - Ediram (Valparaíso de Goiás)

Em Valparaíso, a prefeita municipal convocou, deflagrou e conduziu o processo eleitoral do Conselho Municipal de saúde, nomeando para o órgão pessoas da sua base. O que fazer nesse caso?

Resposta:

Essa é uma ótima pergunta, eu já mencionei isso anteriormente. O que eu acho mais importante aqui, é, em primeiro lugar, a organização da sociedade. Se existe uma boa associação na área da assistência, da criança e adolescente, do meio ambiente, da saúde, quando a prefeitura faz isso, alguém reage contra isso. No entanto é preciso haver também uma normatividade em relação a isso, eu acho que o quê pode acontecer frequentemente é não existir regra nenhuma em relação a quem pode ser indicado. E como não existe norma nenhuma, é claro que o prefeito consegue eleger alguém da sua preferência mesmo quando existe um outro candidato de uma associação que pode fazer um papel muito melhor. Então eu acho que a gente tem que de alguma maneira procurar uma normatividade que impeça isso. A gente sabe, outro dia, um estudante falou em Belo Horizonte "ah eu fui numa cidade no interior de Minas e o prefeito me chamou e falou assim: quem indica os conselheiros de saúde aqui sou eu." E ele me perguntou: o quê que eu faço? Tem que de alguma maneira ficar claro que essa não pode ser uma atitude do prefeito, isso tem que ser publicizado e etc e tal. Eu acho que precisa ser normatizado também no sentido de melhorar o tecido, a densidade da sociedade civil, esse é o grande desafio nas pequenas cidades. Se as pequenas cidades tiverem uma sociedade civil organizada, isso não vai acontecer. Isso já não acontece nas grandes cidades independentemente do partido político que está administrando. E o motivo pelo qual isso não acontece nas grandes cidades é porque a sociedade é mais organizada. Então a resposta disso é uma organização de base melhor e uma normativização que diga que uma associação criada da noite pro dia, que existe a setenta e duas horas, há dez dias, ela não pode ter representação no conselho porque isso impede pelo menos atitudes do tipo ad hoc. E isso eu acho que é

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



possível ser feito e pode de alguma maneira melhorar essa representação ou impedir esse tipo de atos.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



PARTE 2

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 1 – Mobilização e capacitação para o controle social (1ª sessão)

Mediador: Felipe Dantas de Araújo – CGU

Secretário: Petrônio Bezerra Lima – CGU

"Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: a Experiência da CGU no Estímulo ao Controle Social"

Fábio Félix Cunha da Silva

Gerente da Diretoria de Prevenção da Corrupção CGU

Nesta mesa, foi apresentada a experiência da CGU de estímulo ao controle social através do programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”. Iniciou-se apresentando o organograma simplificado da Controladoria-Geral da União. O Programa é gerenciado pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e executado pelas unidades da CGU em cada estado.

O objetivo do Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” é estimular o controle social, por meio da sensibilização e da capacitação dos cidadãos. Utiliza como estratégias a mobilização e capacitação técnica e tem como público-alvo: membros de conselhos municipais de políticas, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos, cidadãos em geral.

São diretrizes e ações do Programa: Educação presencial – capacitações que a CGU realiza nos municípios; Educação a distância – permite atingir um público maior; elaboração e distribuição de material didático; Educação para ética e cidadania (ações nas escolas); e a Cooperação Institucional (PNEF, TCU, TCEs, MP, Ministérios Gestores, entre outros).

Num vídeo foi exibido a metodologia de trabalho do Programa “Olho Vivo” e da Educação presencial. Os eventos de capacitação são realizados em caráter de oficina. Os temas são trabalhados numa metodologia baseada na educação de adultos, no construtivismo e na educação continuada. Vantagens dessa metodologia: Aprendizagem de forma coletiva e continuada; Reconhecimento e valorização da experiência dos cidadãos e agentes públicos; Permanente adaptação dos conteúdos à realidade dos Municípios brasileiros; Incentivo à permanente atualização através de mecanismos complementares de informação e orientação.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Fazem parte do rol da ação de educação a distância, o curso de "Controle social e cidadania", que já capacitou mais de sete mil pessoas, e o curso de controle social do Fundeb, em parceria com o FNDE.

Na estratégia de elaboração e distribuição de materiais didáticos já foram distribuídas mais de 1,8 milhão de exemplares da Cartilha "Olho Vivo no Dinheiro Público" e 28.841 cartilhas de controle social e cidadania.

A meta de 2007 de ampliar a participação de professores e alunos foi atingida através de um concurso de desenho e redação que já está na sua terceira edição. No primeiro ano do concurso os professores foram mobilizados, receberam material e desenvolveram ações nas escolas trabalhando esses temas em sala de aula através de redações e desenhos. O mais interessante desse trabalho foi o modo como as crianças assimilaram e representaram o conteúdo. Vários desenhos premiados foram exibidos.

Outra estratégia para atingir o público infantil e os professores foi o site infantil "Criança cidadã" que está passando por uma reformulação para cativar ainda mais as crianças e para que elas possam refletir sobre o tema. Outra iniciativa foi a assinatura de parceria entre a CGU e o Instituto Maurício de Souza com o projeto "Um por todos e todos por um" dividido em três etapas: auto-estima, a aceitação do outro, e a coletividade. A parceria gerou várias peças como cartazes, jogos, livros para alunos e professores, histórias em quadrinhos.

O programa "Olho vivo no dinheiro público" já teve como resultados: 145 eventos, 26.850 cidadãos capacitados/mobilizados, 7.913 cidadãos capacitados nos cursos de EaD, 477 mil estudantes sensibilizados no concurso de desenho e redação, 16 mil professores sensibilizados no concurso de desenho e redação.

Agora, na segunda etapa tem-se como objetivo medir a efetividade do programa e verificar que tipo de capital social o programa está gerando no comportamento das pessoas. Foi assinado um acordo com a UFPE para realizar uma pesquisa medindo a efetividade do programa na sociedade brasileira.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



"Iniciativas e experiências de controle social da Rede Cáritas"

Gilseli Barreto
Cáritas

Gilseli Barreto parabenizou a Controladoria-Geral da União (CGU) pelo momento, reconhecendo o debate de controle social de Políticas Públicas como uma possibilidade de aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Na palestra ministrada, ela explicou como se dá a organização desta rede e de que forma suas iniciativas e experiências têm contribuído para pensar de forma cada vez mais conjunta a relação entre políticas públicas e movimentos sociais.

Expôs que a Cáritas é uma organização sem fins lucrativos cuja estrutura está ligada e acompanha as ações da Igreja Católica, sendo ao mesmo tempo um organismo pastoral e uma organização da sociedade civil.

Sua estrutura organizativa, que recebe o nome de Rede Cáritas, conta com uma secretaria nacional, sediada em Brasília, doze regionais espalhadas pelo país e 171 entidades membros que agregam muitos municípios, o que demonstra sua capilaridade.

As ações da Rede Cáritas têm origem nesta estrutura organizacional e objetivam a atuação junto ao público genericamente denominado de excluídas e excluídos, e visam a promoção de Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável Solidário.

Dentre as ações e grupos envolvidos, destaca-se a atuação nas seguintes linhas: convivência com o semi-árido, que agrupa os estados do nordeste e o estado de Minas Gerais; segurança alimentar e nutricional; economia popular e solidária; infância, adolescência e juventude; catadoras e catadores de materiais recicláveis; emergência; dentre outras.

Segundo Gilseli Barreto, esta diversidade é representativa da capilaridade que a Cáritas conseguiu construir no país ao longo dos 52 anos de atuação junto às mobilizações sociais, base para a construção das Políticas Públicas. Ao longo desses anos fala-se da importância do processo constituinte, da regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Com a Constituição de 88, a Cáritas tem como desafio pensar uma estratégia nacional de atuação, uma vez que, a partir de então, os direitos passam a ser garantidos via Políticas Públicas.

Em 2001 a Rede Cáritas organizou, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconómicos (Inesc) de Brasília, referência em controle social, o monitoramento de recursos públicos sobre um projeto piloto realizado no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Na ocasião, a discussão não se limitou pura e simplesmente à questão do orçamento, mas envolveu também o trabalho de formação sobre controle social.

Com essa experiência, iniciou-se a mobilização dos chamados "agentes Cáritas" envolvidos nas ações da Rede pelo país. Este trabalho teve incidência no Executivo, via Conselho, e no Legislativo, sobre a questão do orçamento público.

Em 2002 foi realizado, em parceria com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), um mapeamento sobre a prática do controle, com foco no Conselho. A pesquisa, que envolveu os estados de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, deu origem à publicação "Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios". Uma importante questão ressaltada nesta atividade foi a retirada do foco na questão do Controle Social e a participação do Conselho do Desenvolvimento Rural.

Segundo Barreto, tais experiências permitiram relacionar ainda mais as Políticas Públicas aos movimentos sociais, deixando à Cáritas a perspectiva de que iniciativas como esta contribuem para ampliar e fortalecer a mobilização social.

Para a palestrante, se a atuação do Conselho ocorre por si só, se não está ligada a um processo de mobilização social, ela é inexistente e afirma: "é nesta perspectiva de atuação no conselho, no orçamento ou no próprio Judiciário, aliada às mobilizações sociais, que a Cáritas tenta construí-la".

Neste sentido de atuação aliada às mobilizações sociais são destacadas as experiências presentes no caderno Cáritas. Entre elas, ganha destaque uma que foge à linha de Conselhos, a experiência com Comunicação Popular no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Tanto o público juvenil, quanto a sociedade de uma forma geral foram envolvidos por meio das rádios comunitárias e do boletim "*Fique de olho*", com

informações que mostram como fazer a atuação no controle das Políticas Públicas via orçamento e via Conselhos de direito.

Outro caso ocorrido após a publicação foi o concurso "Direito de participar". Realizado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef) e a Caixa Econômica Federal, tal concurso, realizado na linha da infância, adolescência e juventude, envolveu cerca de 10 estados. Neste processo, os agentes Cáritas das entidades membro faziam a mobilização e o incentivo para que, nas escolas, os alunos fizessem o controle da merenda escolar.

Mais uma experiência nesta linha é o Orçamento Criança Adolescente (OCA). A experiência foi iniciada em 1999 em parceria com o Inesc, que na época desenvolvia trabalho referente à metodologia do orçamento em algumas cidades brasileiras, dentre as quais, Fortaleza. Em 2005, a ação foi estendida aos municípios do interior e em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), foi realizado em Ibicutinga.

Tal atividade envolveu um grupo de jovens e adolescentes do município em torno da temática do orçamento público. O grupo fez estudo do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual e a partir de então propôs emendas ao orçamento do município. O resultado foi o grau de mobilização dos atores sociais, uma vez que ultrapassou o grupo e envolveu a sociedade. Embora, durante as análises os parlamentares tenham alterado valores nos processos que seguiram, a avaliação que se faz desta experiência é bastante positiva.

Para Barreto, estas vivências permitiram confirmar que o controle de Políticas Públicas está relacionado às mobilizações cidadãs, não podendo se dar por si só. Para a Cáritas ficou também o aprendizado de que, por melhor que fosse o trabalho, as articulações para sua realização se fazem necessárias.

As articulações se dão em sentidos diversos, como no técnico, metodológico, político e/ou acadêmico. Percebeu-se que as experiências precisavam envolver um número maior de parceiros, organizações e movimentos. Deste modo, a Cáritas não se vê como autora, mas parte de um processo que precisa se dar de forma organizada, articulada e ampliada envolvendo outras organizações.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Na Bahia, por exemplo, foi desenvolvida a campanha “quem não deve, não teme”, em parceria com a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e outras organizações. A ação visava cobrar do Poder Público e seus gestores a publicização dos orçamentos, além de atuar junto ao Ministério Público propondo representação nos casos em que se descobrissem irregularidades. Nesta linha de atuação, destaque para a Cáritas de Rui Barbosa.

No Maranhão, organizou-se a Rede de Políticas Públicas, que agrupa várias organizações. Esta rede surgiu do processo formativo realizado no estado em 2001, citado anteriormente, e hoje conta com a presença de vários grupos de comitês de cidadania.

Outra questão refletida – além da interface das mobilizações sociais – era sobre a necessidade de vincular a discussão sobre Políticas Públicas à discussão sobre a garantia e promoção de Direitos, o que pode parecer uma questão óbvia, mas quando trabalhada nacionalmente, pontuar que tais políticas concretizam direitos, qualificam o debate do ponto de vista teórico e da atuação política.

Para Barreto, a reflexão permitiu perceber que a atuação da Cáritas estava muito na linha dos Conselhos e quando se avançava mais se ia para a linha do orçamento. Na avaliação do final do ano passado viu-se a necessidade de pensar, também o Judiciário, que tem sido pouco pautado pela sociedade civil.

No Maranhão, estado que segundo Barreto, tem institucionalidade bastante precária, a experiência em curso que precisa ser destacada é a do “Tribunal Popular do Judiciário”. Iniciado no final do semestre passado, esta atividade funciona com caravanas que percorrem as regiões do estado com o intuito de receber denúncias. Após recebidas, objetiva-se a realização de um Grande Tribunal para que sejam encaminhadas, como aconteceu em São Luís, quando denúncias sobre a vinculação do Judiciário com o poder público foram feitas.

Barreto afirmou que é um desafio para a sociedade brasileira controlar, também o Judiciário que costuma ser visto como acima de qualquer suspeita. Na Bahia, esta discussão tem sido feita com a campanha “Quem não deve, não teme”. Porém, após a realização de todo um estudo, agora esbarram na falta de proposição do Ministério Público ou no não julgamento do Judiciário.

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



A Cáritas trilha um caminho que reafirma que para que o controle social seja efetivo, torna-se necessário envolver os três poderes e as três esferas: o município, os estados e a esfera federal, a união.

Barreto finalizou a palestra afirmando que se alguém tiver interesse, ela pode focar alguma experiência, mas que a idéia de sua participação no espaço foi de mostrar a caminhada da Cáritas no que diz respeito ao controle social de Políticas Públicas.

Pontuou também as ações da Cáritas em nível nacional, como a dessa discussão sobre o controle nos três poderes, nas três esferas e aliado à mobilização social. Em Brasília a entidade participa também da campanha "Saia à rua", que surgiu em torno das discussões de Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal. E concluiu: "para a Cáritas, o controle social de Políticas Públicas não se resume a uma boa destinação ou não de recursos públicos, o que também é importante, mas se amplia na perspectiva da democracia".

.....

"A Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade - ABRACCI"

*Caio Magri
Instituto Ethos*

Caio Magri cumprimentou a todas e os todos presentes e antes de iniciar a apresentação da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI), falou da importância do evento que reuniu sociedade civil, agentes públicos e gestores, além de ter representado um importante momento na luta pelo controle social, combate à corrupção e construção de um estado democrático.

Para dar início à apresentação, Caio falou da importância de retomar o cenário apresentado pelo professor Leonardo Avritzer, reiterando informações e análises da conjuntura nacional. Entre os dados que ele manifestou interesse de acrescentar

Apoio:



Realização:



40

estava o que disse que atualmente existem em nível Federal cerca de 150 órgãos colegiados, com participação da sociedade civil, e 50 conselhos nacionais de Políticas Públicas. Destes, alguns têm papel de construção, proposição e acompanhamento de Políticas e outros são órgãos somente de consulta, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social.

Caio considera que o país está vivendo um processo de construção de intensa participação, uma vez que nos últimos sete anos tivemos quase a metade de todas as Conferências Nacionais. Este cenário dá ao Brasil uma capacidade única de mobilização, o que se evidencia nas permanentes visitas, conversas e diálogos, inclusive internacionais, na tentativa de entender este processo.

Lembrou que atualmente no Brasil existem cerca de dez mil Conselhos, responsáveis por estabelecer o diálogo entre Estado e sociedade, o que talvez não aconteça em nenhum outro, e que esta é uma das características que consolida um cenário e uma possibilidade de intensa participação popular em um país de democracia recente e com uma história de fragilidades.

Falou ainda da necessidade de considerar as novas iniciativas, tais como a criação dos observatórios, instituições dedicadas a levantar dados, fazer diagnósticos e oferecer ferramentas que possibilitem a atuação da sociedade; e a construção de diferentes e múltiplas redes sociais e fóruns permanentes, articulações nacionais, setoriais ou territoriais. Como exemplos, foram citados o Fórum da Amazônia Sustentável e o Fórum dos Direitos da Criança.

Caio apresentou a ABRACCI como uma organização que tem origem na percepção da necessidade de criação de um ambiente de atuação articulada entre as organizações atuantes na luta contra a corrupção e a impunidade no Brasil. Ressaltou que nesta articulação algumas organizações têm atuação setorial, como o Ethos que prioriza a Responsabilidade Social nas empresas que, segundo afirmou, tem um papel fundamental, sobretudo com a promoção da integridade e da prevenção de práticas de corrupção com a sociedade e o Estado.

Fazendo um resgate sobre a história da ABRACCI, Caio contou que em 2008 algumas organizações (apoias pelas Transparência Internacional, organização não-

Apoio:



Realização:



governamental que desempenha o importante papel de estimular estratégias de combate à corrupção nos países) despertaram para a necessidade de criar um ambiente que fosse mais amplo, articulado e nacional. Esta articulação foi concretizada durante a realização do Fórum Social Mundial, em Belém, quando cerca de vinte organizações lançaram, em uma atividade auto-gestionada, o manifesto de criação da ABRACCI (Anexo IV).

O Fórum Social Mundial, segundo avaliou, pela primeira vez tematizou de forma específica a questão do Combate à Corrupção, realizando ao final uma assembléia onde um grupo de organizações de diversos países, como Itália, França, Senegal, México, Argentina e Brasil se propuseram criar uma rede mundial de Combate à Corrupção. Embora não tenha havido, neste processo, avanços significativos, avaliou-se positivamente a iniciativa.

A ABRACCI tem como missão “*contribuir para a construção de uma cultura de não corrupção e combater a impunidade no Brasil, por meio do estímulo e da articulação de ações de instituições e iniciativas com vistas a uma sociedade justa, democrática e solidária.*”

Sobre a missão, Caio explicou que seu caráter amplo se dá de modo a possibilitar uma articulação multisetorial, suprapartidária, mas tendo como foco a construção de ações que possam chegar à raiz de questões em torno da corrupção, como elementos da cultura e da história do país, além de reiterar algumas bandeiras dos movimentos sociais em torno da democracia, da justiça social e da solidariedade.

Entre as áreas trabalhadas, Caio apontou como áreas estratégicas as seguintes linhas de atuação: Judiciário, setor privado, mídia, financiamento de processos políticos, acesso a recursos públicos, legislativo, imaginário social e cidadania; e em seguida as comentou.

Para falar do Judiciário, Caio retomou elementos da fala de Gilselli, como a necessidade de um controle externo da sociedade de modo a atuar de forma permanente no Controle Social sobre este poder, uma vez que ele é uma instância que tem decisões políticas.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Caio afirmou que entender o setor privado é fundamental, seja na promoção de integridade ou na promoção e nas atividades de combate à corrupção e que a ABRACI comprehende que é possível construir pontes de articulação com este setor para que as empresas consigam construir, junto à sociedade, ambientes mais íntegros e transparentes de negócio.

Caio falou da necessidade de fazer da mídia uma área de atuação da ABRACCI, uma vez que esta é uma instituição que constrói comportamentos e culturas, podendo, desta forma, atuar de modo positivo na construção de uma cultura contra a corrupção.

Quanto à questão do financiamento de processos políticos por empresas privadas, definiu-a como uma questão chave. Citou o fato recente envolvendo o governador do Mato Grosso do Sul e as declarações direcionadas ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Para Caio, ao ouvir as declarações era possível ter certeza que elas eram resultado de compromissos eleitorais com o setor sucro-alcooleiro. Citou também o escândalo das empresas construtoras o seu financiamento de 20 milhões de reais à campanhas eleitorais, finalizou sobre esta questão falando da necessidade de uma reforma eleitoral.

Atualmente, a ABRACCI discute com mais propriedade, o acesso público. As ações desempenhadas neste sentido visam construir mecanismos de combate à corrupção e acesso aos recursos públicos do ponto de vista da informação.

Sobre o Legislativo, Caio afirma que não há dúvidas sobre as necessidades de olhar para ele como uma instância que, assim como o Judiciário, precisa do Controle Social da sociedade. Para ele, se existe uma necessidade de ação política da sociedade pra mudar o patamar do marco regulatório em torno da questão do controle social, da transparência, do combate à corrupção, o Legislativo deve ser tratado como central.

Ainda neste ponto, falou da importância de fazer com que o Legislativo aprove o projeto de Lei da ficha limpa. Conta que foram coletadas um milhão e trezentas mil assinaturas e que o próximo passo é mobilizar ainda mais a sociedade para cobrar a aprovação para que ela já valha para as próximas eleições. Outras importantes leis citadas foram a Lei de acesso à informação e aquela referente ao que a imprensa

Apoio:



Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



chama de *lobby*, afirmando a necessidade de se ter regras claras sobre como fazer pressão sobre o Executivo, sobre o Legislativo, sobre o próprio Judiciário.

Por fim, Caio pontua o tema que considera um dos mais preciosos a essa articulação, a discussão sobre imaginário social da corrupção e sobre cidadania, trazendo a discussão sobre como estas questões preenchem as pessoas e constroem comportamentos. Citou a pesquisa de opinião divulgada na *Revista Época* onde se divulga que 70% dos brasileiros seriam capazes de cometer pequenos atos de corrupção se tiverem interesses pessoais em jogo.

Caio falou ainda da importância de reforçar os seguintes eixos: produção e divulgação de pesquisas e prêmios para incentivá-la; a comunicação com a sociedade; e as ações concretas que estão sendo desenvolvidas, tais como o mutirão nacional de luta contra a corrupção, da organização do “Dia Mundial Contra a Corrupção”, que será realizado em 9 de dezembro e da preparação do Seminário “Superando a cultura da corrupção”, nos dias 9 e 10 de dezembro, em Brasília.

.....

“Participação e controle social no SUAS”

*Márcia Maria Biondi
Conselho Nacional de Assistência Social*

Márcia Biondi iniciou cumprimentando a CGU e os demais companheiros da mesa e, assim como os demais o fizeram, ressaltou o significado do Seminário para o avanço da democracia no Brasil. Durante sua explicação, a palestrante apresentou o que pensa, faz e programa o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no âmbito da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O CNAS, junto com os conselhos estaduais e municipais de Assistência Social, disseram, ao público em geral e em especial à CGU, que querem continuar

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



aprofundando esse debate porque acreditam que é muito importante serem pró-ativos, devem conhecer cada um, suas funções específicas no controle social, em cada campo para que não sejam surpreendidos com ações e interpretações. Na verdade, existe um caminho comum na construção da transparência, na democracia e o CNAS quer estreitar esses laços, aprofundar seus temas para que possa haver uma ação conjunta. Márcia ressalta que o CNAS tem duas grandes ações: uma herdada de uma legislação do CNSS, uma instituição criada por Getúlio Vargas, que ao ser dissolvida deixou a função de certificação de entidades benéficas de assistência social; e recebeu da Constituição Federal e da sociedade a responsabilidade de ser o órgão de deliberação e a instância máxima de política de assistência social.

Esse é um grande momento para o CNAS, momento que está sendo instituído o SUAS que normatiza, fiscaliza as ações dessa política e organiza as ações do governo e da sociedade, submetendo-as ao controle social. Neste momento está sendo convocada a VII Conferencia Nacional de Assistência Social com o tema “Participação e Controle Social no SUAS” com o objetivo geral de avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), na perspectiva da participação e do controle social.

Márcia destacou também os objetivos específicos que são: discutir e avaliar a participação popular e o exercício do controle social no âmbito do SUAS; avaliar a dinâmica de efetivação dos dez direitos socioassistenciais definindo estratégias de fortalecimento da participação popular; discutir e avaliar a participação popular e o controle social em relação ao orçamento e ao co-financiamento, para a implementação do Plano Decenal nos três níveis de governo; debater a atuação do trabalhador da Assistência Social na perspectiva da articulação do protagonismo dos usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do controle social; discutir a gestão, instrumentos e processos de trabalho no âmbito do SUAS na perspectiva dos direitos dos trabalhadores; discutir e avaliar a representatividade, composição, dinâmica e processo de escolha dos membros dos Conselhos de Assistência Social, visando a democratização e efetivação do controle social e da participação popular; discutir a atuação das entidades de Assistência Social, sua co-responsabilidade no âmbito do SUAS, na execução da política e na perspectiva do fortalecimento do

Apoio:



Realização:



controle social em todos os níveis, da participação popular e da democratização de sua gestão interna; conhecer e debater experiências de implementação do SUAS, que envolvam a participação popular e o controle social.

A palestrante afirmou que várias questões trazidas pelo Prof. Leonardo durante a manhã, são problemas acumulados ao longo desses 16 anos de composição do CNAS, relacionadas à representação, representatividade, dinâmica e processos de escolhas. E que neste sentido o CNAS quer priorizar o usuário das políticas de Assistência Social para definir os rumos desta política. No plenário composto por representantes de vários Conselhos municipais que já passaram por esse processo, ressaltou a importância de dizer que no Brasil, 99% dos municípios possuem Conselhos de Assistência Social e, deste total, 98% realizaram conferências municipais na perspectiva da mobilização dos usuários. Na Conferência Nacional, que acontecerá no final de novembro, mais de mil delegados estarão participando, discutindo e traçando juntas perspectivas para o avanço da política.

Márcia retomou também a fala da Doutora Lúcia, feita pela manhã, quando se falou que atualmente estamos na fase das Conferências Estaduais, quando várias já foram realizadas. Até o final de outubro serão realizadas nos 26 estados da federação e no Distrito Federal que culminarão na realização da Conferência Nacional no final de novembro, com o debate dos mais de mil delegados resultantes dessas instâncias municipais e estaduais. Apresentou este como um importante movimento que levará a uma importante conclusão estabelecendo-se parcerias. Falou ainda da realização de debate com vários conselhos para escutar sobre questões relativas à sua formação, composição e eleição para que juntos sejam discutidos os problemas e traçadas as perspectivas de trabalhos coletivos que serão apresentados na Conferência Nacional em um Grupo de Trabalho (GT) criado pelo CNAS.

A palestrante citou ainda algumas questões que, segundo avalia, estão mudando a "cara" da Assistência Social, tais como os dois Projetos de Lei no Congresso Nacional. Falou da aprovação daquele que traz as inovações no SUAS à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Projeto de Lei que define o novo caminho para o certificado de entidades benfeiteiros da Assistência Social, que encaminha as áreas de saúde para serem examinadas pelo campo da saúde e as da educação pelo campo da

Apoio:



Realização:



46

educação, ficando para as entidades de Assistência Social aquelas do campo da Assistência Social. Márcia afirmou que este projeto está em tramitação desde 1991 quando a Lei 8.212 substituiu a isenção de impostos para as entidades de Assistência Social conforme colocava na Constituição. Com esta Lei, é colocado que entidades de educação e saúde também terão isenção, questão que interferiu não somente no CNAS, como nos estaduais e municipais. Considerou importante este avanço no campo da Assistência Social já que, com isso, se pode exercer em toda plenitude a função do Controle Social e da participação popular.

Falou-se da capacitação a nível nacional que estava sendo iniciada com os conselhos nacionais e estaduais em número de 420 conselheiros e que em 1º de outubro foi aberto o processo licitatório para a capacitação de 22.000 conselheiros municipais no país. Explicou que esta é uma grande luta do movimento de Assistência Social. Neste processo, foi construído o Conselho de Assistência Social; duas cartilhas que se encontram no *site* que tem todos os conceitos não só da participação popular, mas de como fazer participar em cada instância governamental.

Por fim, manifestou o desejo de dizer que o CNAS tem trabalhado nas diversas dimensões do controle social: na dimensão política, relacionando-se à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental e indicar prioridades; na dimensão técnica, que diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão dos recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau da receptividade desse trabalho na vida dos destinatários; e uma dimensão ética, trata da construção de novos valores, de novas referências, fundadas nos ideais de solidariedade, da soberania e da justiça social. Tal como dispõe a LOAS, esta dimensão está comprometida com a construção de uma sociedade voltada para o atendimento das necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica.

.....

Apoio:



Realização:



• Fábio Félix

Perguntas

1. *Falou-se do programa de capacitação da CGU na área de controle, porém quais são os custos e/ou despesas deste programa? (Joel Pereira)*
2. *Quais os procedimentos necessários para se fazer os cursos presenciais e a distância de "controle social da CGU"? (Wilton)*

Resposta

As ações são desenvolvidas pelas unidades regionais da CGU, estas podem ser contactadas para verificar a possibilidade de realizar a ação. A gente tem uma programação de todas as ações a serem realizadas nos estados, existe uma margem para que alguns eventos sejam demandados pelas entidades locais, pelos parceiros locais. Então, no final do material de vocês, nessa cartilha do "Olho Vivo", tanto a azul quanto a verde, tem os contatos das unidades regionais da CGU. Essas unidades podem ser contactadas e na medida das possibilidades de tempo e de servidor de cada regional essas ações poderão ser realizadas.

Com relação a custo, a gente sempre desenvolve ação com as entidades, com as prefeituras ou outros órgãos que nos procuram para realizar as ações, sempre tentando uma parceria. Se uma prefeitura pode ceder um espaço, um lugar para realizar o encontro, se determinada entidade pode colaborar com um coffee-break, com a alimentação dos participantes, isso é sempre bem vindo. A gente não cobra nada de nenhum participante nas nossas capacitações.

• Gilseli Barreto

Perguntas

1. *O que pode ser feito para se ter uma regional da Cáritas no estado onde não existe? (Gabriel Aragão)*
2. *Em que estados a Cáritas está estabelecida? Como é possível estabelecer parceria com a Cáritas para identificação de movimentos sociais atuantes nos*

municípios do país, especialmente no que se refere ao controle de gastos públicos? (Carlos José Cavalcanti de Lima)

Resposta

A Cáritas está nos estados do Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Recife, Maranhão. Não sei se deu os doze, mas enfim, mais detalhes eu peço que você dê uma olhada no nosso site www.caritas.org.br e o nosso telefone aqui em Brasília é o 32145400. E a gente tem essas informações mais do ponto de vista da institucionalidade e de como são esses critérios.

• Caio Magri

Pergunta

1. *Como explicar a contradição que existe entre o aumento da participação social, dos espaços de participação e a piora da qualidade da classe política e a sensação de aumento da impunidade de políticos? (Leonardo Valles Bento)*

Resposta

Bom, primeiro que não é sensação de aumento, não. A impunidade é algo absolutamente real, ou seja, nós estamos há mais ou menos oito anos, mais um pouco, eu acho, que nos últimos dois governos, tanto no de Fernando Henrique, como no do presidente Lula, eles foram eleitos com o compromisso de fazer reformas logo no primeiro ano de governo. E a reforma política poderia trazer de fato, e vai poder trazer, se a gente fizer/conseguir fazer algum dia uma forma diferenciada de construir a nossa representação política. Nós temos, ao mesmo tempo, conseguido conquistar e construir espaços de participação bastante significativos.

Já aproveito pra lembrar que a Renata do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) diz que isso é verdade nas políticas sociais, mas isso é muito pouco nas políticas econômicas, e isso é verdade! Quer dizer, há uma deficiência de participação e de organização da sociedade para discutir as questões que envolvem as políticas econômicas, de defesa do consumidor, etc. Precisamos aperfeiçoar isso.

Mas a contradição é um processo histórico que nós temos abandonado a bandeira da reforma política. Nós temos feito isso a cada momento, pelo menos nesses

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



últimos 16 anos. Precisamos retomar esta discussão. Não há possibilidade, eu não vejo e acho que nem é possível com esse Congresso ou com o próximo Congresso, fazer uma reforma política efetiva. Há muitas pessoas e lideranças propondo a criação de uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política no Brasil. Esse é um processo que pode ser diferente.

Agora a impunidade é algo que está inscrito nos nossos códigos, nas nossas regras. Nós precisamos mudar essas regras. Não é sensação de impunidade. Por exemplo, há uma questão muito séria com relação à corrupção e as empresas. As empresas não são responsabilizadas criminal e cívelmente por um ato de corrupção, elas continuam funcionando. A CGU tem hoje uma lista de mil empresas que chamamos de "a lista suja da corrupção". Está lá no site. Elas continuam funcionando, fazendo negócios. Então, a nossa legislação tem limitações com relação ao combate efetivo e ao combate à impunidade.

• **Márcia Biondi**

Pergunta

- 1. Senhora Márcia Biondi, a fragmentação da Assistência Social em subáreas – crianças e adolescentes, idosos, deficientes, segurança alimentar, entre outras – não fragiliza ou dificulta o Controle Social no seu âmbito? E em consequência, o que sobra aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, efetivamente? (Fernando Campos, Bahia)*

Resposta

A Assistência Social é a proteção social prevista na Seguridade Social ao povo brasileiro que mora nesse território. A proteção social atende diversos segmentos em situações de vulnerabilidade. Nós defendemos a perspectiva de integração dos Conselhos e das Políticas Públicas junto à política de Assistência Social. Nós temos feito diversos movimentos com os demais conselhos discutindo um Plano Nacional de Convivência Familiar Comunitária junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), trabalhado junto ao Ministério da Educação (MEC) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Então na verdade, a perspectiva da construção das interfaces e do que é devido a cada área dentro do

Apoio:



Realização:



campo e do manto da política de proteção social é uma tarefa e sobra muito para Assistência Social que será bem-vinda sempre, mudando o patamar de necessidades, a política de Assistência Social ainda se mantém.

• **Fábio Félix**

Perguntas

1. *Como a CGU poderá intervir no controle social indígena nas capacitações que são realizadas? (Acompanhamento e fiscalização do recurso público) visto que existem no Brasil 34 Conselhos Indígenas de saúde que estão fora dessa política de capacitação. (Edmilson Terena)*
2. *Proposta: como podemos articular para que possamos realizar a capacitação dos 34 conselhos indígenas de saúde com foco no controle e fiscalização de recurso público destinado para o atendimento de saúde das populações indígenas? (Edmilson Terena)*

Resposta

Bom, podem entrar em contato conosco por telefone ou por e-mail. Primeiro: podemos disponibilizar os materiais que a gente já tem, os materiais impressos sobre Controle Social. Mas a gente também pode desenvolver materiais específicos, como foi, por exemplo, a cartilha do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em que uma equipe da CGU contribuiu com os conhecimentos que tinha sobre o Controle Social. A equipe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação (MEC) contribuíram também por meio do programa. Pode-se articular também com as entidades como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério da Saúde, que têm programas voltados para os indígenas e produzir um material próprio, específico para a divulgação. Com relação à capacitação presencial, eles também podem procurar a CGU. Sempre que ela for realizar a capacitação no município, a gente também pode passar a orientação para que eles sempre procurem os conselhos de indígenas para que eles também possam participar dos eventos de educação presencial.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



• Gilselli Barreto

Perguntas

1. *Dentre todas as ações que a rede Cáritas participa, qual foi a que provocou maior participação da sociedade? (Judacy Ferreira Gonçalves)*
2. *Qual é a sua maior dificuldade na obtenção de informações nos órgãos públicos no que diz respeito ao Controle social? (José de Andrade Freitas)*

Resposta

Quanto às dificuldades, eu acho que é o acesso ao próprio orçamento. Então, quando a gente faz a discussão sobre Políticas Públicas transversaliza todas as nossas atuações. Recentemente eu tenho atuado em um projeto com catadores de materiais recicláveis e no diagnóstico nos municípios, a grande dificuldade que a gente tem tido é de ter acesso ao próprio orçamento, que é uma garantia. O Direito à Informação está na Constituição, nos instrumentos internacionais, mas a gente tem uma grande dificuldade de ter acesso a essas informações orçamentárias, até aquelas mais genéricas.

A experiência recente do Tribunal do Judiciário lá no Maranhão foi bem interessante. Acho que a gente conseguiu mobilizar mais de 600 pessoas no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lá no Maranhão. E acho que o Concurso Direito de Participar, que a gente chegou em mais ou menos dez estados.

• Caio Magri

Pergunta

1. *O senhor conhece iniciativas que vem sendo desenvolvidas como o FOCCO – Fórum Paraibano de Combate à Corrupção na PB e o MARCCO – Movimento Articulado de Combate à Corrupção do Rio Grande do Norte? Como esses movimentos podem participar dessa articulação (ABRACCI)? (Carlos José Cavalcanti de Lima)*

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Resposta

Sim. O FOCCO está em Alagoas. Eu acho que é isso que eu quis chamar atenção no começo. A oportunidade de estarmos aqui hoje, é uma oportunidade de construir uma articulação ampliada e criar um ambiente de diálogo entre essas iniciativas. E já estou convidando para fazer uma reunião na hora do almoço amanhã, no saguão, as entidades que já estão aqui a ABRACCI, Voto Consciente, a Força Tarefa, AMARRIBO, IFC, o Ethos e quem mais quiser estar presente, acho que se as articulações que estiverem aqui, tanto o FOCCO, como o MARCCO, a gente gostaria de conversar pra que a gente possa ter essa oportunidade que este evento construiu com mais saldo organizativo do que a gente tem até agora. Amanhã ao meio dia no saguão ali, pra que a gente possa se encontrar.

• **Márcia Biondi**

Pergunta

1. *Quero saber quais são os critérios que serão usados para participação desses 22.000 conselheiros municipais que você citou? (Heliana Alves)*

Resposta

Os conselhos municipais farão essa definição dos membros. Eu peço que você acesse o site do CNAS ou telefone para nós darmos essas informações. Eu queria aproveitar pra dizer que nós mandamos buscar aqui, no CNAS as cartilhas número 1 e 2 com orientações para o Controle Social e até o final do evento, se não chegar hoje, nós teremos número suficiente pra distribuição aqui nesse plenário.

• **Fábio Félix**

Pergunta

1. *Como a CGU interage com as Controladorias Estaduais no combate à corrupção? (Iara Coutinho)*

Resposta

Nós temos realizados alguns acordos de cooperação técnica para formalizar essa relação, a atuação integrada nas ações, nos eventos de educação presencial, nos

Apoio:



Realização:



eventos que a CGU realiza e nos eventos que as Controladorias Estaduais realizam. Mas essa atuação independe desse acordo celebrado. Nossas unidades no estados têm autonomia para buscar essas parcerias e isso tem acontecido normalmente em todas as nossas ações de prevenção: na cerimônia do Dia Internacional de Combate à Corrupção, nos nossos eventos do “Olho Vivo” e outros que temos realizado nos estados.

• **Gilseli Barreto**

Pergunta

1. *Podemos considerar a Cáritas uma entidade benéfica de AS de acordo com o decreto 6.308/2007? E inscrevê-la no Conselho Municipal de AS? Os municípios os seguem a mesma linha de ação da Cáritas Brasileira? (Savia Maria Gomes Ferreira Cezar)*

Resposta

A primeira pergunta é sim. Eu falei no começo que a gente era considerado entidade de Assistência Social e a gente participa de alguns Conselhos no Brasil e de Conselhos Estaduais em alguns estados, como o Rio Grande do Sul; e já participamos do Conselho Nacional de Assistência Social em gestões anteriores. E as duas outras perguntas sobre organização, eu destacaria a questão da Política de Comunicação que está dentro desse grupo.

Então, a questão da Política de Comunicação, não sei quem fez, mas a gente comprehende como uma Política de Comunicação pode contribuir aí. Pra Cáritas, Marcos Vinícius, a Política de Comunicação, a gente comprehende a comunicação como mobilização social, como um instrumento de mobilização social. Então a gente tem incentivado dentro da Rede a formação de rádios comunitárias, de que os próprios agentes, ou em contato com a comunidade produzam sua própria comunicação entendendo pra fazer uma contraposição. Então a gente tem uma rede de comunicadores e tem incentivado tanto a linha de rádios comunitárias, quanto dos boletins nessas ações. O boletim “Fique de Olho” lá no Vale do Jequitinhonha é uma dessas experiências.

Apoio:



Realização:



Tem duas outras perguntas nessa linha organizativa, que encerraria essa parte organizativa, é da participação no "Grito dos excluídos". Uma análise que a pessoa fez foi que houve uma diminuição do número de participantes do "Grito dos excluídos". Eu acho que isso é um contexto geral. Eu acho que hoje o campo social, o campo mais à esquerda, a gente tem uma dificuldade no geral de mobilizar. E acho que o "Grito" foi um sucesso, é a avaliação que é feita. A Cáritas faz essa avaliação interna do que se acha do "Grito", mas se quantitativamente houve uma diminuição, acho que ela se relaciona a esse contexto da gente, da sociedade brasileira, da gente conseguir manter as mobilizações.

E a última eu achei bem interessante que pergunta sobre o papel interno da Cáritas no sentido do controle dos religiosos. Eu só queria esclarecer que a Cáritas embora esteja ligada ao campo social ligado à Igreja, não é uma organização religiosa. A gente tem o ecumenismo, mas não é um critério para trabalhar na Cáritas ser católico. Então o ecumenismo perpassa, mas eu acho bem pertinente essa pergunta no sentido assim, eu acho que o campo da Igreja é um campo cheio de contradições, como também outros campos, e no campo da Cáritas ela tem uma função política dentro desse campo que é fortalecer o chamado campo social da igreja ligado aí às pastorais sociais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), atua com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras pastorais tentando fortalecer esse campo da Igreja que hoje ele tem bem decaído no Brasil pra o que foi em outros momentos. Então a gente faz nesse campo essa disputa e acho que o papel interno disso não é só com a questão dos religiosos, eu acho que é um desafio pra toda organização. Como a gente faz também esse controle externo, a gente fala muito isso pro Estado e internamente a gente esquece de trabalhar isso. Então nas ONGs as relações trabalhistas são bem precárias e por aí vai. Então acho que é um esforço, também interno da gente garantir essas estruturas democráticas, também.

- (intervenção na platéia)

De alguma forma eu respondi na pergunta anterior. Eu dizendo que lidamos com uma Rede com mais de doze estados e mais de 170 municípios. Então em nível nacional a gente tenta consolidar as políticas, agora isso não cai retinho assim. Aqui o que a gente trabalha é pra construção disso, pra que tenham ações assistenciais, ações

Apoio:



Realização:



que fortalecem o campo da Igreja que a gente discorda, tem. E a gente tem o trabalho da assessoria, o nosso trabalho é fazer essa disputa. Mas isso faz parte de qualquer Rede.

• **Caio Magri**

Perguntas

1. *Qual é a sua maior dificuldade na obtenção de informações nos órgãos públicos no que diz respeito ao Controle social? (José de Andrade Freitas)*
2. *Na estratégia da ABRACCI está incluído o excesso de propaganda que o executivo faz em torno das Estatais como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil? Excesso porque tem-se a impressão que a propaganda é maior do que os fatos. (José de Andrade Freitas)*

Resposta

Uma série de iniciativas da sociedade em torno da questão da corrupção, algumas delas, por exemplo, o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção nasceu na história bastante complexa e ainda não muito bem clara de como é que funcionavam as agências de publicidade da transmissão de recurso das campanhas políticas em 2004 e 2005. Lembrando que isso tem um histórico que é de 2002 que enfim, é muito mais antigo que é de 98, na campanha de 94. Então é necessário repensar sobre qual é o significado dado à propaganda governamental nos meios de comunicação.

Esse é o nosso modo de ver e a ABRACCI está aberta para esta discussão. Existe uma posição, mas eu acho que a gente tem que fazer essa discussão. Uma questão é a utilização dos meios de comunicação pra informação do cidadão sobre campanhas de utilidade pública. É absolutamente necessário ser rediscutido a questão da publicidade das empresas estatais, do Estado, do Executivo, às vezes inclusive do Judiciário e do Legislativo, o seu marco e o regulamento pra que isso possa ser de uso da sociedade.

Apoio:



Realização:



• Márcia Biondi

Pergunta

1. *Como é realizada a concessão, o acompanhamento/fiscalização das Fundações, ONGs que recebem certificado de filantropia, considerando que na operação sanguessuga foram identificadas fundações que operam com recursos públicos da Saúde para fins lucrativos e eleitoreiro se não praticam nenhum tipo de serviço assistencial? (Solimar Vieira da Silva Mendes – União Nacional dos Servidores do SUS - UNASUS)*

Resposta

Em princípio todas as ações são acompanhadas pelo Conselho Municipal do campo da saúde e do órgão gestor também municipal da saúde. Nós queremos avançar quando dissemos que quem tem que fazer não só a concessão, como controle de todas as ações é especificamente o campo da saúde e o campo da educação. Nós vimos que no Conselho de Assistência Social onde estavam os representantes da saúde e da educação, esse controle teria que ser mais profundo e por parte de pessoas que conhecem a gestão municipal porque é no município que se faz esse controle. As concessões que chegam ao Conselho Nacional passam pelas instâncias dos Conselhos Municipais. E nesse momento ele é discutido, o Conselho Municipal de Assistência Social discute e ouve o Conselho Municipal de Saúde é esse processo que nós estamos buscando aperfeiçoar.

:: CONSIDERAÇÕES FINAIS

• Fábio Félix

Eu agradeço a atenção de todos e pela palestra de todos os componentes da mesa e algo que também nos deixa muito satisfeitos é a proposição do Caio da reunião para amanhã meio dia. Um dos objetivos do Seminário mesmo era esse: fortalecer a articulação pra que a gente possa sair daqui com redes construídas e fortalecidas. Acho

Apoio:



Realização:



que a gente tem que aproveitar esse espaço também pra interagir mais e fortalecer a luta pelo Controle Social.

• **Gilseli Barreto**

Queria agradecer o convite, a possibilidade de partilhar essas experiências e reafirmar um pouco essa idéia. Acho que no começo da minha fala eu disse que a gente tinha 52 anos e que houve um crescente processo de politização ou discussão da participação. Acho que o desafio da sociedade brasileira é esse aperfeiçoamento da democracia e para gente também internamente na rede.

• **Caio Magri**

Bem, eu queria agradecer novamente e aproveitar pra pedir desculpas aos companheiros e companheiras de Alagoas. Eu sou neto de alagoano e usei de forma bastante, como um ato falho, mas que está no imaginário, de que o estado de Alagoas não está desenvolvendo nenhuma ação de combate à corrupção, eu peço desculpas. Obrigado.

• **Márcia Biondi**

Quero agradecer também o convite, a oportunidade de estar debatendo a questão da Participação Popular, nosso tema central esse ano, mas também deixar um recado à CGU que queremos ter uma atuação conjunta pra sermos proativos e não apenas reativos ao trabalho de controle do orçamento.

Os participantes reunidos no Seminário aprovaram por aclamação a elaboração de uma moção sobre a Conferência Nacional de Promoção da Transparência, Integridade e Controle Social que será encaminhada ao Ministro de Estado.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 1 – Mobilização e capacitação para o controle social (2ª sessão)

Mediador: Felipe Dantas de Araújo

Secretário: Petrônio Bezerra Lima – Analista de Finanças e Controle da CGU

“A Rede Brasileira por Cidades Justas Sustentáveis”

*Maurício Broinizi Pereira
Movimento Nossa São Paulo*

Esta mesa apresentou a “Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis” e o movimento “Nossa São Paulo”, seus objetivos e características.

A rede social é um desdobramento do movimento Nossa São Paulo. O movimento tem aproximadamente dois anos, conta com mais de 600 organizações e tem a missão de mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Para isso, a rede construiu alguns instrumentos que podem fortalecer e instrumentalizar os movimentos sociais para fazer o monitoramento do poder público, fiscalizar as políticas públicas, e desenvolver uma ação propositiva junto ao legislativo e ao executivo municipal.

Um desses instrumentos é o programa de indicadores e metas que, durante um ano, selecionou e organizou os principais indicadores de qualidade de vida para a região de cada subprefeitura e distrito. Esses dados estão disponíveis no Observatório Cidadão no site da rede. Este diagnóstico detalhado dos equipamentos públicos possibilita fazer a discussão orçamentária e visualizar as desigualdades de distribuição dos recursos entre os distritos, assim como as prioridades que devem ser investidos os recursos. Um exemplo dado de investimento público onde não é prioridade foi a mobilidade de São Paulo. Uma pesquisa realizada junto com o IBOPE demonstrou que as pessoas gastam em média duas horas e quarenta e três minutos no trânsito. Esse é um problema crônico que aumenta ano a ano, e que tem como única solução possível

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



o investimento em transporte público. Entretanto, muitos investimentos estão sendo feitos na cidade, como a ampliação de avenidas, construção de túneis e viadutos. Foram relatados como fatores acentuadores desse problema, o mau exercício do dinheiro público, corrupção, financiamento eleitoral, concepção atrasada e os interesses políticos.

Outro instrumento de ação da Rede é a realização de uma pesquisa Ibope, que já está na sua quinta edição, com o objetivo de checar os indicadores técnicos com a percepção da população sobre sua vivência na cidade.

A partir da experiência acumulada em São Paulo de construção de indicadores objetivos, indicadores de percepção e da mobilização da sociedade, foram organizados 20 grupos de trabalho, alguns acompanham as secretarias municipais, outros acompanham processos (orçamento, democracia participativa) e as instituições, como Câmara Municipal. Esta é uma forma de incrementar um ritmo de fiscalização, controle e acompanhamento com pressão política. Foi assim que foi aprovado a lei de metas em fevereiro de 2008 que obriga o prefeito a apresentar um programa de metas e prazos, em até 90 dias após a posse, para todas as áreas, a ser incluído no plano plurianual. O programa deve ser condizente com as propostas eleitorais apresentadas e garantir a participação social que vai acompanhar todas as metas estabelecidas.

A partir dessa experiência de São Paulo, vinte e cinco cidades também estão desenvolvendo experiências similares. A Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis fez seu primeiro encontro nacional em maio em Recife e definiu como um dos seus objetivos principais tentar constituir uma base mínima de indicadores para todas as cidades brasileiras que possam ser acompanhados em nível nacional, estabelecer parâmetros comparativos que signifiquem qualidade de vida para que estes indicadores sejam alcançados onde ainda não foram. A rede tem usado a metodologia de eleger como indicador de referência as próprias cidades brasileiras, à medida que elas atingem os indicadores.

A rede tem trocado experiências e realizado campanhas comuns, como exemplo as campanhas “ficha limpa” e a da “elaboração do plano plurianual”. A perspectiva para o próximo ano é acompanhar a discussão eleitoral e pautar estas questões que vem sendo acumuladas nas experiências nos diversos municípios,

Apoio:



Realização:



60

exemplos: Programa de Metas, Sustentabilidade das Políticas Públicas, Economia de baixo carbono.

.....

"A experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará no estímulo ao controle social"

*Ernesto Saboia
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará*

O palestrante inicia a fala apresentando alguns pontos do artigo "A origem da corrupção" de 1999 de Stephen Kanitz, onde o autor diz que o Brasil não é um país corrupto, é um país pouco fiscalizado. Para explicitar, cita as estatísticas em que Dinamarca e Nova Zelândia estão no topo do combate à corrupção com 9,3 de nota, numa escala que vai de 0 a 10, o Brasil tem 3,5 de nota, demonstrando a sua pouca fiscalização dos cofres públicos. Justifica-se essa nota pelo número de auditores. Na Dinamarca e Nova Zelândia são 100 auditores fiscais para cada 100 mil habitantes, já no Brasil, são 8 auditores para cada 100 mil. Conforme o autor, o Brasil tinha um déficit de 160 mil auditores. Outro dado apresentado seria que no Brasil somos corruptos porque fomos colonizados por "degradados" portugueses. Se fosse assim, a Austrália, que está entre os cinco melhores em transparência, seria muito pior, porque para lá iam presos, já que era uma colônia penal. Prova que o problema é a falta de fiscalização.

Como resolver? Contratar 160 mil auditores? Na opinião de Ernesto, isto é impossível. Porque na Dinamarca e Nova Zelândia eles já estão com os problemas da saúde, educação, assistência social resolvidos e podem se dar ao luxo de contratar auditores. Aqui não podemos, nossos orçamentos estão comprometidos.

A saída, portanto é o controle social comprometido através da tecnologia da informação, que alguns chamam de tecnologia da fofoca. Apesar de não ser fácil, esse processo é possível através de três processos: 1. capacitar a população para entender o orçamento público; 2. simplificar as prestações de contas; 3. fomentar a

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



participação, principalmente dos jovens, simplificando e adaptando à sua linguagem própria.

O TCM, tribunal de contas do município, tem desenvolvido as seguintes ações: capacitação presencial em todo o estado do Ceará para agentes públicos e cidadãos; criação de um link no site do TCM, o “Fale com o Presidente”, pelo qual as pessoas podem fazer denúncias.

Um problema sério é que as pessoas não entendiam de orçamento público e fiscalização de contas. Realizou-se então uma capacitação em massa através da distribuição de encartes do curso de fiscalização de contas durante 10 semanas num grande jornal de circulação. Como resultado, trinta e cinco mil pessoas fizeram o curso e não apenas do Ceará, nos locais onde o jornal não circulava, as pessoas puderam se inscrever na internet e receberam os fascículos pelo correio. Teve como resultado também o cadastro de uma rede de “Tecnologia da Fofoca”.

Uma atividade do TCM é a inspeção ordinária em todos os municípios do Ceará. Antes de ir aos municípios, o TCM anuncia na rádio a sua chegada e informa o canal de denúncia. Foram realizadas ainda duas ações culturais, o desenvolvimento do cordel “O Coroné Povo contra a Mardita da Corrupção” e uma peça de teatro de rua sobre o controle social. A idéia é criar uma caravana da cidadania para ser apresentada nos 184 municípios exibindo o teatro como forma de sensibilização das pessoas para a realização do controle social.

Foi lançado o Portal da Transparência com os dados de todos os municípios do Ceará e onde também estão dos dados do TCM.

As próximas propostas de ação são: a instituição de uma rede social na internet para combate à corrupção, uma espécie de Orkut contra a corrupção; o desenvolvimento, a partir da rede, de um tutorial para capacitação sobre fiscalização de contas; e o desenvolvimento de um gibi para crianças com o objetivo de conscientizá-las contra a corrupção.

Por fim, o palestrante lembra aos presentes que o único crime em que a Constituição autoriza fazer a justiça com as próprias mãos é corrupção, através do voto.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



:::::::

"A experiência da Rede de Controle Social da Administração Pública Municipal"

Jorge Sanchez

Amigos Associados de Ribeirão Bonito - AMARRIBO

A rede Amarribo surgiu em 1999, a partir de um grupo de amigos que tinha um objetivo singelo de reformar o único ponto turístico de Ribeirão Bonito e para isso resolveram se organizar e auxiliar o poder público. Com isso, a população, que estava com sua auto-estima e dignidade em baixa, começou a se mobilizar e realizar denúncias juntos a AMARRIBO. No cenário da cidade, na época, dos 13 vereadores, 11 estavam ao lado do prefeito e o poder judiciário era muito lento.

Como virar esse jogo? Consegue-se através da mobilização popular. Foram recolhidas provas das acusações e levadas a um ginásio municipal, onde foram reunidas mais de mil pessoas. Daí as pessoas começaram a fazer panelaços, que mexeu com os vereadores, que começaram a mudar de opinião, pois o povo tinha o poder de justiça com as próprias mãos, o voto. Foi instalada a comissão parlamentar de inquérito, depois o Ministério Público atuou também e este processo resultou na cassação do prefeito.

A partir desse fato, foi lançada, em 2003, a cartilha de combate a corrupção nas prefeituras do Brasil, um pequeno manual que traz alguns exemplos de fraudes, algumas formas de fiscalização, exemplos de como a população mais simples pode ir aos órgãos públicos para denunciar.

A partir do lançamento da cartilha e do site da AMARRIBO, começou-se a receber denúncias. Ao longo da comunicação de respostas aos e-mails e telefonemas de denúncias, foram surgindo as demais associações de fiscalização. Hoje, são 181 organizações que estão fazendo o trabalho de fiscalização na sua cidade.

AMARRIBO é uma entidade apartidária, voluntária, mantida com doações. Em Rio Bonito, após a cassação do prefeito, passou a haver uma melhora no exercício da

Apoio:



Realização:



63

cidadania, as pessoas passaram a freqüentar as sessões da câmara, as pessoas passaram a discutir e reivindicar. A rádio transmite as sessões da câmara e hoje a população está muito mais informada sobre o que pode e o que não pode exigir. Como alguns dos produtos desse processo, o morro foi reformado; surgiu a AMARRIBO Jr., fundada pelos filhos dos diretores da AMARRIBO; e passou-se a acreditar que é possível, desde que se deixe a covardia de lado e passe a se envolver. Para isso, é importante estar mobilizado numa entidade para evitar perseguição individual.

Dentre as atividades realizadas pela AMARRIBO, foram feitas cerca de 190 palestras contando essa história país afora; um curso para novos vereadores; distribuídos kits ONG para 2500 lideranças, destas 150 formaram ONGs; atendimentos a 1605 cidades; dois encontros de cidadania e controle social; parceria com o voto consciente; cassação de dois prefeitos e cinco vereadores; 178 organizações compondo a rede; 125 mil livros distribuídos.

Na mesa foram ainda apresentadas conquistas das organizações que compõem a rede em cada região do país. No Norte foram formadas 8 ONGs, distribuídos 5532 livros, realizadas 3 palestras, feito contato com 97 cidades e houve 09 cassações/condenações. No Nordeste foram formadas 41 ONGs, distribuídos 5283 livros, realizados 19 palestras, feito contato com 464 cidades e houve 42 cassações/condenações.

No Centro-Oeste foram formadas 10 ONGs, distribuídos 3017 livros, realizadas 12 palestras, feito contato com 120 cidades e houve 63 cassações/condenações. No Sul foram formadas 15 ONGs, distribuídos 2381 livros, realizadas 15 palestras, feito contato com 188 cidades e houve 11 cassações/condenações. No Sudeste foram formadas 104 ONGs, distribuídos 16.932 livros, realizadas 127 palestras, feito contato com 728 cidades e houve 125 cassações/condenações. A partir desses dados, constata-se que onde existem mais ONGs, tem-se também mais cassações.

Para finalizar, foi apresentado um vídeo das fotos de momentos de conquistas da AMARRIBO.

Apoio:



Realização:



.....

"O projeto Adote um Município e as Caravanas da Cidadania"

Henrique Moraes Ziller
Instituto de Fiscalização e Controle - IFC

Ziller iniciou sua fala afirmando que o trabalho do IFC está intimamente ligado à experiência da AMARRIBO. Informou que o IFC nasceu de um projeto chamado "Adote um município" que por sua vez surgiu do contato que o mesmo teve com a experiência da AMARRIDO no ano de 2003, acreditando que a idéia desse trabalho era uma grande possibilidade na luta contra corrupção.

Informou que foi criado um Projeto para visitar os municípios, "Caravana Todos Contra a Corrupção" que percorreu 47 cidades em vários Estados do país, realizando reuniões com as ONGs, com os prefeitos e que tem sido um trabalho interessante no sentido de mobilizar a população local pra que ela possa dar mais apoio à ONG, mostrando para o poder público que essa ONG faz parte de uma rede que tem o apoio de várias entidades e que é um trabalho que vem se constituindo cada vez com mais força e mais consistência em todo país sendo que a tendência é que esse crescimento seja exponencial.

Pontuou que o Sistema de controle no Brasil é muito confuso e complicado, exemplificando essa confusão citou um trabalho desenvolvido nos Correios onde a CGU também estava realizando uma auditoria, porém não era permitido que as entidades trocassem informações.

Afirmou que há dificuldade de comunicação e interação entre as entidades como, por exemplo, com o DENASUS. Para Ziller há dificuldades de se desenvolver um trabalho em conjunto dentro do controle oficial, pois há uma série de fatores que afetam esse trabalho como carência de pessoal, as influências políticas que existem em todos os órgãos públicos e notadamente nos órgãos de controle, entre outros.

Apoio:



Realização:



No âmbito do controle social têm-se muitas dificuldades, dentre as quais a sua falta de poder de sanção, limitando sua atuação. A sanção que pode ser feita é através do voto ou com uma pressão na Câmara por um impeachment, são possibilidades viáveis, mas não se tem opções como a medida cautelar em uma situação urgente. Quando se tem um Ministério Público pouco atuante a situação se complica mais ainda.

Apresentou alguns dados levantados através dessa experiência de visita aos municípios, tais como o aumento de arrecadação pública federal nos últimos dez anos, que resultou em um crescimento sustentável em longo prazo, ao mesmo tempo em que houve um aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização e arrecadação de tributos no país. Esse crescimento tem um reflexo dentro dos municípios, na medida em que grande parte dessa arrecadação é destinada aos municípios. Houve ainda aumento nos tributos de competência municipal que resultou em um aumento de receita municipal sem precedentes no Brasil que gira em torno de 30%. Porém, não se vê na mesma proporção uma melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados, com o agravante de que os municípios que recebem *royalties* de diversas fontes, especialmente do petróleo, tem receitas altas. Para se fazer essa comparação entre receita e retorno para a sociedade foi criado um índice que é a receita orçamentária *per capita* anual, então no Brasil a média era de R\$ 1.000,00 por ano para cada habitante por município. Comparando o índice da cidade de Paulínia e Diamantina, informou que o índice da primeira é trinta vezes mais que o de Diamantina, porém a realidade do município é bem parecida.

Informou que estão começando a por em prática um projeto de assessoria a prefeituras para fazer tanto o combate a corrupção quanto ajudar na melhoria da gestão pública. Pontuou que o Brasil irá continuar com o crescimento sustentável, com aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização, porém iremos continuar com o controle estatal deficiente, pois não existe uma perspectiva que esses órgãos terão uma melhora substancial. Então dependemos essencialmente desse movimento de controle social, pois a tentativa de interação entre o controle social com o controle oficial não acontece dentro do TCU e do CGU. Afirmou que essa integração não é fácil

Apoio:



Realização:



de realizar e que as dificuldades são naturais e que deve haver um trabalho para superá-las.

Finalizou sua fala fazendo um apelo a todos que ainda não estejam realizando alguma ação de controle social em seu município que comecem e, aqueles que são servidores da área de controle, associem-se a entidades como a IFC, pois entende que os servidores públicos têm a obrigação de ir além das atividades do dia-a-dia de seu trabalho.

:::::::

"A formação e qualificação de conselheiros de políticas públicas"

*Maria Celeste Pereira
Instituto Direito e Cidadania - IDC*

Maria Celeste iniciou sua fala fazendo alguns agradecimentos e agradecendo a oportunidade criada pela CGU com o evento de se discutir experiências positivas de controle social. Apresentou a missão do IDC que é "Organizar e fortalecer o Capital Social no Baixo Sul da Bahia, criando circunstâncias e oportunidades favoráveis para o exercício pleno da Cidadania" e afirmou que na área de controle social há uma deficiência de capacitação técnica.

Informou que o IDC tem duas linhas estratégicas de atuação que são a mediação de conflitos, que entendem como uma estratégia de fomentar o diálogo com a sociedade e a educação para a Cidadania, com o Programa de Qualificação dos Conselhos Municipais para o fortalecimento da democracia participativa e do controle social e a organização e empoderamento das organizações sociais e fortalecimento da rede Social de garantia de direitos.

Maria Celeste apresentou os cinco passos para realização do Programa de Profissionalização de Conselhos Municipais que são o diagnóstico dos Conselhos,

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



reestruturação, formação continuada, foco nas ações dos Conselhos Municipais de direito de Crianças e Adolescentes e Conselhos Tutelares e, por fim, a realização de Seminários Regionais de Fortalecimento da Rede Social de Garantia de Direitos. A base metodológica possui dimensões de atuação como vivencial, reflexiva, dialógica e metacognitiva e proativa.

Outra experiência apresentada foi o Portal da Cidadania que é um espaço de formação continuada da sociedade civil e dos conselheiros municipais, onde se trabalha as dimensões metodológicas supracitadas e há, ainda, um centro informatizado, pois há o entendimento de que a internet possibilita o acesso à informação de uma maneira mais ágil e eficiente. É desenvolvido também um Programa de Inclusão Digital para quem ainda tem dificuldade com essa tecnologia.

Destacou alguns conceitos e premissas chaves do trabalho do IDC como governança participativa, onde todos os atores sociais são envolvidos, formação e empoderamento de lideranças locais, citando crescimento da participação de conselheiros do Conselho Municipal dos direitos de Crianças e Adolescentes na elaboração do PPA de seus municípios.

Maria Celeste informou que, dentro dos projetos desenvolvidos, sempre é trabalhada a questão do protagonismo juvenil e comunitário, fortalecendo cada vez mais a participação dos jovens e que no baixo sul da Bahia é muito forte a participação dos mesmos.

A painelista finalizou sua participação apresentando um vídeo de 3 minutos e 48 segundos sobre as ações do IDC.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



- Ernesto Sabóia - TCM-CE

Pergunta

1. *Como são alimentados os dados do Portal da Transparéncia do Ceará? Qual a confiabilidade desses dados? (Rosemary)*

Resposta

Temos um sistema no Ceará que se chama SIM – Sistema de Informações Municipais, onde todos os municípios são obrigados a entregar as informações sobre seus empenhos, licitações que realizaram, enfim, toda a informação financeira, contábil e patrimonial do município. Pegamos esse dado bruto e jogamos na rede. Tem problema? Tem. Porque às vezes o dado vem inconsistente e temos que solicitar novamente. Estamos evoluindo para uma consistência plena, temos outra fonte que verifica informações de, por exemplo, licitações realizadas, mas não informadas. O portal é alimentado pelo próprio município.

- Jorge Sanchez - AMARRIBO - Amigos Associados de Ribeirão Bonito

Pergunta

1. *O crescimento da atuação de entidades compostas por voluntários não remunerados, não traduz a ineficiência do sistema atual de fiscalização oficial remunerado, notadamente em detrimento do legislativo a qual a Constituição confere o poder e a obrigação de fiscalizar os atos do executivo? (Luiz Orlando - MATRA-Marília Transparente)*

Resposta

Sem dúvida. A função precípua de fiscalizar os atos do Executivo é do Legislativo. Entretanto, via de regra, o Legislativo falha nessa função precípua de fiscalizar e deste modo, falha não só na fiscalização, mas na apresentação de projetos eficientes para a população. Então, é um vácuo que fica e precisa ser absorvido pela sociedade.

- Henrique Moraes Ziller - Instituto de Fiscalização e Controle - IFC

Pergunta

1. *Se uma das autoridades, no caso prefeitos, não se dispuser a se reunir com as Caravanas, como fica o trabalho? Ele não será levado adiante?*
(José Ricardo Q. Mattar)

Resposta

Isso não aconteceu ainda. Já aconteceram situações interessantes como a de um prefeito que pensou que estávamos lá para prendê-lo. Mas na verdade quando visitamos um prefeito, o principal objetivo é não priorizar a relação da ONG com o poder executivo municipal que sempre é tensa. Então, se o prefeito não nos recebe, não há problema. Fazemos outras atividades porque a Câmara sempre recebe, embora com poucos vereadores. E o foco mesmo é a audiência pública.

- **Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania – IDC**

Pergunta

1. *Qual o maior desafio do IDC no processo de qualificação de conselheiros? (Judacy Ferreira Gonçalves)*

Resposta

Acredito que nosso maior desafio é conscientizar a sociedade que conselho é lugar de fazer a política pública e não partidária. E, em muitos momentos o IDC é desafiado e cobrado a participar de discussões partidárias que envolvem interesses individuais, mas nossa postura sempre é suprapartidária e pautada na discussão de políticas públicas.

- **Ernesto Sabóia - TCM-CE**

Pergunta

1. *De que forma o controle social pode realizar uma ação de modo a conseguir modificar uma decisão dos Tribunais de Contas que a população não concorde? (Mariana Finimundy)*
2. *O que fazer para agilizar o trabalho dos Tribunais de Contas? (Ediram Valparaíso)*

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



70

Resposta

A decisão do Tribunal de Contas é discutível na forma, não no mérito, pelo poder Judiciário. No sistema sempre há um erro de forma que se pode aproveitar para derrubar uma decisão que não seja justa, como também a decisão da Câmara. A Câmara recebe o parecer prévio das contas do Prefeito para que seja confirmada ou não a decisão. Mas ainda assim, pode ser discutida no poder Judiciário.

O que fazer para agilizar? Pressão. Pressão da sociedade civil em tudo. Vocês estão autorizadas, são os patrões. Pagam nosso salário.

- **Jorge Sanchez - AMARRIBO - Amigos Associados de Ribeirão Bonito**

Pergunta

1. *De que forma você vê a participação da CGU para viabilizar, em breve tempo, a ampliação do número de ONG que compõem a AMARRIBO?*
(Carlos José Cavalcanti de Lima)

Resposta

Nós estávamos um pouco distantes da CGU por conta de situações que ocorreram no passado e agora estamos novamente aqui, participando do evento e a CGU pode entrar com ajuda de orientação, de material. Esse crescimento da rede tem sido quase uma consequência natural e nós, até então, tínhamos o patrocínio da Fundação AVINA que ajuda nas despesas de viagem, na realização de palestras. Estamos buscando novas fontes de participação financeira, principalmente para as despesas de locomoção. Então nesse sentido, a CGU pode nos ajudar e também divulgando o trabalho. Provavelmente iremos colocar no site um curso de conselheiros municipais. O Instituto Silvio Viana faz um trabalho bonito de capacitação de conselheiros municipais que é um ponto fundamental e importante na participação social.

A sustentabilidade nas organizações é sempre algo muito difícil e complicado e a AMARRIBO também tem dificuldade na sustentabilidade, muitas vezes para pagar as despesas mensais contamos com a ajuda de conselheiros, diretores e dos associados

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



voluntários. Mas nada é tão simples, mobilizar não é fácil, custear não é fácil, mas tem que ser feito. E temos que mudar o estado das coisas para deixar um país melhor para nossos filhos e netos e repito, não temos o direito de não participar. Estamos em uma camada social na qual não nos é permitido não participar. Como o Ziller disse, não somos privilegiados, temos que fazer algo, senão não tem graça passar por essa vida. Então, é nesse sentido que acredito que a CGU possa nos ajudar, mas isso não significa que não teremos independência e se, eventualmente, precisarmos trocar uma idéia um pouco mais ríspida com a CGU, nós trocaremos. Se a CGU enquanto órgão público não cumprir seu papel, iremos questionar sempre dentro do espírito democrático. Aliás, a AMARRIBO está à vontade para ser fiscalizada por vocês, nossas contas estão no site e nossos atos são todos divulgados. Já passamos momento difíceis em que tivemos de optar pela coerência, pela ética, pela transparência e felizmente isso foi enfrentado com serenidade e responsabilidade, com espírito democrático.

• **Henrique Moraes Ziller - Instituto de Fiscalização e Controle - IFC**

Pergunta

1. *Comente algo sobre a sua experiência com caravanas em município que têm muitos royalties de petróleo. (Jorge Melo - AMBSJ)*

Resposta

Isso é algo complicado, temos estudado isso há alguns anos. Particularmente, tenho lido a respeito para entender como funciona e quais as possibilidades de controle. No âmbito do controle oficial, tivemos uma situação que considero um retrocesso porque o STF decidiu que o TCU não tem competência sobre esse tipo de receita orçamentária. Então, isso nos deixa um pouco de mãos atadas nessa questão transferindo a responsabilidade para os TCE's e TCM's e, a verdade é que isso é uma caixa preta hoje. Mas, enfim, não dá para entrarmos a fundo nessa questão, pois não há uma sistemática de controle definida e eficiente para a distribuição de royalties.

Quanto a uma questão anterior, é preciso tirar o controle que é exercido nos conselhos pelos prefeitos, na medida em que quem constitui o conselho é o prefeito. Temos que conseguir levar esse controle para o Ministério Público, pois é preciso que haja um ente que esteja fiscalizando.

Apoio:



Realização:



- Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania – IDC

Pergunta

1. *Como intervir num conselho que não funciona? (Kátia Vivaldini)*

Resposta

É preciso saber por que ele não funciona, fazer um diagnóstico. É preciso reestruturar esse conselho. Então, quando há conselheiros que não querem estar lá é difícil fazer essa reestruturação. É preciso discutir com a sociedade civil e definir as entidades que melhor a represente. É um processo de reestruturação e quem sabe de substituição de alguns conselheiros.

:: CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Ernesto Sabóia - TCM-CE

Agradeço a CGU pelo convite. Não esperava que esse evento fosse dessa magnitude, com essa audiência participativa. Acredito que o controle social precisa seguir esse caminho porque o controle oficial precisa de ajuda.

- Henrique Moraes Ziller - Instituto de Fiscalização e Controle – IFC

Agradeço o convite. Nós viemos para cá de terno e gravata e sentamos para falar, mas quem está fazendo o controle social são vocês. Vocês estão de parabéns e nossa expectativa é continuar ajudando a fazer o trabalho maravilhoso que fazem. Que a gente possa mudar esse país para legar aos nossos filhos algo melhor do que temos tido, mais justo e menos desigual.

- Jorge Sanchez - AMARRIBO - Amigos Associados de Ribeirão Bonito

Quero agradecer a CGU e a participação de todos e dizer que a AMARRIBO está a disposição no www.amarribo.org.br para palestras, visitas. Acredito que o sonho não acabou, que podemos fazer um país um pouco mais digno e com pouco menos de

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



diferenças sociais e corrupção. E, oxalá, conseguirmos criar em todos os municípios brasileiros uma organização que ajude a complementar o controle social.

• **Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania – IDC**

Agradeço. Queria dizer que a cidadania e o controle social estão intimamente ligados e fechar com uma frase do Bernardo Touro na qual nos fala que a democracia é como o amor, ninguém pode nos dar, ninguém pode nos decretar, a gente só pode viver e construir essa democracia. Então, é isso que estamos fazendo aqui, construindo essa prática do controle social, a partir da soma positiva desses relatos e experiências que aqui ouvimos. Muito obrigada!

Após a finalização do **Painel 1 - Mobilização e Capacitação para o Controle Social** foi exibido um vídeo de 30' sobre a proposta de Emenda Constitucional que inclui o direito humano à alimentação na Constituição Federal. O vídeo faz parte de uma campanha do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e do Governo Federal.

:: VÍDEO

Exibição do vídeo da campanha a favor da PEC do Direito Humano à Alimentação

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 2 – Transparência e acesso à informação como instrumentos do controle social

(1ª sessão)

Mediadora: Isabela Moreira Corrêa
Secretária: Flávia Maia

“Panorama da transparência e do acesso à informação no Brasil”

Marcelo Stopanovski Ribeiro
Controladoria-Geral da União

Ribeiro iniciou sua apresentação informando que seu objetivo era o de traçar um panorama, um histórico recente da questão da transparência e do acesso à informação, principalmente no âmbito federal do nosso país.

Informou que dedica seus estudos à informação e, citando a fala do ministro da Controladoria que disse “o que adianta se conversar sobre controle social, sobre a idéia de uma atividade aonde a sociedade vai se organizar para fiscalizar se não há informações para isso, não há acesso e não é transparente e inteligível” afirmou que a informação passa a ser um elemento fundamental dentro da discussão sobre controle social.

Para o palestrante, informação é tudo que permeia nossa realidade e, informou que para alguns autores não existe diferença entre a realidade e a informação. Apresentou o símbolo da informação e afirmou que a mesma só é um relacionamento, pois não existe informação de um lado só, é um processo de comunicação e sem ela não conseguimos ir para frente, desde o ponto de vista da imprensa, até o ponto de vista da sociedade como um todo, organizada ou não.

Pontuou que dentro do próprio governo o fluxo de informação melhora a gestão e que temos dificuldade de gestão na administração pública por falta de informação, falta de capacidade de decisão porque não conseguimos processar informações, integrar sistemas. Deste modo, haverá cada vez mais impactos na gestão advindos da organização da informação.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Apresentou uma linha de tempo de 5 anos onde estão os avanços conquistados como Portal da Transparência, relatórios de auditoria internet, aprimoramento do SICAF, chegando a dois elementos fundamentais que vão surgir nas discussões que a LC n.º 131 (Lei Capiberibe) que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações por todos os entes governamentais de todas as esferas e o projeto de lei de acesso a informação que seria um paradigma a ser atingido, uma mudança real de acesso a informação.

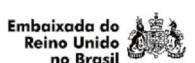
Para Ribeiro, dentro do ponto de visto do acesso a informação e de transparência, o portal é realmente um momento especial na história recente e existe uma vontade em tornar a informação transparente porque em algum momento alguém pensou em desligar o portal, pois sua existência gera uma série de problemas para a administração pública, uma vez que o gestor a todo tempo é questionado. Então transparência é realmente uma excelente ferramenta para organização de uma gestão, pois permite o controle social. As páginas de transparência complementam o portal da transparência, fazendo com que detalhes que estão publicados no portal sejam explicados.

Outro elemento fundamental para Ribeiro são os Relatórios de auditoria publicados na internet, pois é um impacto forte para fiscalizações municipais. Antes se fazia esse trabalho de auditoria, mas ficava guardado e em alguns momentos com caráter sigiloso e com essa ferramenta todos podem verificar se a situação foi modificada, se foi adotada alguma providência para alterar a situação.

Informou que hoje os portais estão bem difundidos no país, a CGU disponibiliza todos os códigos de acesso para os municípios desenvolverem seus portais e que há um sistema que está sendo alimentado, o portal dos convênios que vai permitir fortes cruzamentos de informação, prestação de contas automáticas dos convênios para tornar a questão das Organizações Não-Governamentais – ONG mais transparente que na verdade é o objetivo de qualquer ONG séria.

Pontuou que, desde o início da crise financeira, essa discussão acerca de transparência ficou mais forte no setor privado, pois ficou claro essa necessidade de transparências das informações para acionistas e isto é uma tendência dentro da discussão.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Ribeiro informou que o Ministro está sendo chamado a muitos locais para discutir nosso sistema e dizer o que o Brasil está fazendo em relação à corrupção e ao controle do gasto público.

Finalizou sua apresentação citando a Lei Capiberibe e disse que há necessidade de que a obrigatoriedade da transparência não seja apenas federal, mas também ligada aos Estados e aos municípios e informou que há prazos de implantação de portais de transparências ou qualquer que seja a solução que o Estado ou município arranjam para isso, mas eles terão de fazer uma prestação de contas clara em tempo oportuno. Citou ainda a criação da lei de acesso a informação e afirmou que a informação é a matéria-prima tanto para o controle social quanto para a tomada de decisão nas organizações públicas.

.....

"O papel da informação para o exercício do controle social"

*Cláudio Weber Abramo
Transparéncia Brasil*

O tema do acesso à informação foi sempre muito caro para a Transparéncia Brasil e que sempre tive uma atuação forte, inclusive por suas iniciativas que foram baseadas primordialmente na coleta, análise e disseminação da informação dos atos da administração pública.

Observou que a Lei Capiberibe prevê como punição para o seu não cumprimento que a Secretaria do Tesouro não repasse o recurso dos convênios e, já existem outros dispositivos de acesso à informação que previam a mesma punição. Então, muitas vezes, promulgar um regulamento não é suficiente para se conseguir o efeito pretendido.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Informou que em 1998 foi promulgada uma lei que obrigava todos os entes federados a dirigir ao Tribunal de Contas da União - TCU informações de suas ações detalhadas a respeito da sua execução orçamentária e o TCU era responsabilizado por publicar essas informações, mas foi criada uma norma interna que definia que o TCU iria apenas disponibilizar um espaço onde iriam ser lançadas essas informações pelos próprios entes federados.

Abramo afirmou que o problema da indisponibilidade dos órgãos para fornecer informações é um problema sério no Brasil e que há Estados que de fato estão tentando alterar essa realidade. Citou o município de São Paulo que está fazendo um trabalho notório que iniciou esse processo de divulgação de informações.

Citou um projeto desenvolvido pela Transparência Brasil para verificar o retorno de pedidos de acesso à informação a Assembléias Legislativas do país. Verificou-se que poucas respondem e, em muitas não se consegue contato.

Finalizou sua apresentação pontuando que há uma séria dificuldade do Ministério Público em atender as demandas das comunidades e que a própria estrutura do MP permite que seu trabalho não seja monitorado, pois não responde administrativamente a nenhuma outra instância e não apresenta relatórios de suas atividades e não se sabe ao certo quais as demandas e como estão sendo tratadas.

.....

"O acesso à informação como direito fundamental e as experiências de outros países"

Paula Martins
Artigo 19

Paula Martins iniciou sua apresentação afirmando que a informação é o oxigênio da democracia e que o direito à informação é um direito humano, englobando o direito de buscar, receber e divulgar informações e idéias, sendo um direito fundamental do qual depende o exercício de outros direitos. Afirmou que o

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Artigo 19 trabalha a informação pública dentro de uma perspectiva de liberdade de expressão.

O caráter fundamental do direito à informação é que ele é um direito que tem função em si próprio, mas também é um direito instrumental, pois é útil e dá acesso a outros direitos. E explicou que essa concepção é resultado de uma construção em cima de normas e documentos legais em âmbito internacional que têm mais de duzentos anos.

Citou Tratados Internacionais, Constituições e Leis Nacionais para demonstrar que o direito à informação é um direito protegido pela ONU e por outras instâncias. E informou que hoje, temos mais de 80 países no mundo que têm leis de acesso à informação, e isso demonstra a utilidade e a importância desse direito e indica que temos inúmeras experiências interessantes que podemos usar para criar um sistema próprio de acesso à informação.

Exemplificou o sistema adotado pelo México, onde existe um órgão central responsável pelos pedidos de informação pública, através de um site que tem um prazo para dar a resposta e a pessoa não precisa se identificar e nem justificar porque se quer a informação.

Com relação ao Brasil, informou que o direito do acesso à informação é garantido no próprio texto constitucional como um direito fundamental, porém indica que o mesmo seria regulamentado por lei específica. Existem apenas projetos de lei, o que se tem hoje é uma lei de confidencialidade que define apenas as exceções a esse direito e que está sendo questionada no STF por ser considerada anticonstitucional.

Afirmou que, apesar de haver uma busca por uma legislação específica, nem as que já estão disponíveis são postas em prática e, que se não existe um envolvimento real da população e uma intenção dos gestores públicos de fazer valer essa norma, ela acaba virando letra morta. Por isso é importante que nos envolvamos desde já nas discussões sobre a redação do projeto de lei.

Pontuou ainda, que o direito do acesso à informação tem dois vieses que são a obrigação do Estado de divulgar informações de relevante interesse público e o direito do cidadão de pedir informações que já não estejam divulgadas. Deste modo, uma coisa não elimina a outra.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Para Martins, a informação aprimora a gestão pública, tornando sua atuação mais eficiente e sua política mais eficaz, legitimando e/ou consolidando a legitimidade dessa gestão. Do ponto de vista dos indivíduos, a informação é útil para as decisões cotidianas, para o monitoramento da atuação do Estado, promovendo a participação nos processos de decisão. Já para sociedade civil organizada, ela é uma ferramenta de trabalho, viabilizando o planejamento, definindo objetivos e metas

Finalizou sua apresentação convidando todos a participarem da campanha pela Lei de acesso à informação pública que tem como princípios a máxima abertura, promoção de um governo aberto, procedimentos que facilitem o acesso, custos não impeditivos, reuniões abertas entre outros.

:::::::

:: DEBATE

- **Marcelo Stopanovisk Ribeiro – Controladoria Geral da União**

Perguntas

1. *O Portal da Transparéncia é um ícone de transparéncia, permitindo aos cidadãos o acompanhamento dos recursos públicos. Essa matéria não deveria ser obrigatória, principalmente para os municípios?*
2. *Disponibilizar tanta informação não pode ser um problema? Como solucionar?*
3. *Temos levantado a discussão sobre setor público, porém sabemos que ele se nega a fornecer tantas informações. Como podemos mudar o cenário?*

Resposta

Quanto a questão dos municípios terem portais de transparéncia, isso é um processo, uma tendência e muitos municípios não tem condições de terem esses portais, não tem estrutura para processar as informações. A Lei Capiberibe coloca que os municípios tem 1 ano para se adequarem ao sistema, os que tem entre 50 e 100 mil

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



habitantes tem 2 anos e os com menos de 50 mil tem 4 anos. Isso se deve exatamente à consciência de que quanto menor o número de habitantes, mais difícil é ter recurso e condições de prestar essas informações de maneira oportuna e em tempo real.

Em relação à divulgação dos salários dos servidores públicos, lembro que o Presidente Lula esteve na Finlândia e conversaram sobre isso com a presidente desse país que achou muito estranho ter sigilo fiscal para funcionário público no Brasil porque lá, quando o servidor público toma posse, o seu imposto de renda é publicado na internet para todo mundo ver. Então, é praticamente um ônus de ser um servidor público ter as suas questões financeiras monitoradas pela sociedade, isso leva a uma consideração de segurança, privacidade? Leva sim, mas várias profissões têm seus ônus. Então você assume algumas coisas quando toma posse como servidor público e, uma delas é ser monitorado quanto a sua evolução financeira. Essa discussão deve passar por outro lado, o lado de que o patrimônio público é de todos nós e eu quero saber quem está recebendo isso e quero fiscalizar. Então não cabe alegar uma questão de sigilo e privacidade porque faz parte do ônus do profissional do servidor público que você assumiu.

E quanto à prestação de informações sem capacitação, a CGU desenvolve o programa "Olho Vivo no Dinheiro Público", "Programa de fortalecimento da gestão pública" e toda uma série de cursos à distância exatamente por entender que temos que traduzir as informações, pois transparência é diferente de publicidade. Transparência é um compromisso de transformar a informação em algo inteligível para a sociedade. Na CGU falamos em linguagem cidadã.

- **Cláudio Abramo – Transparência Brasil**

Perguntas

1. *Em meu município, desde junho de 2008 a prefeitura não repassa os relatórios contábeis da Secretaria de Educação para o Conselho do FUNDEB que não tem como analisar qualquer conta. O que se pode fazer para que a lei seja cumprida?*
2. *Em sua opinião, qual o maior problema dos portais de transparência dos Estados e municípios?*

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



3. *O senhor levantou diversos problemas na administração pública no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público. Além das atitudes mencionadas pelo senhor, quais outros projetos a Transparência Brasil possui para superar esse problema?*
4. *Quais as duas Assembléias Legislativas que forneceram as informações sobre os gastos com os Deputados Estaduais?*

Respostas

Com relação à primeira pergunta, se o município não divulga os dados do FUNDEB vocês podem procurar a CGU, por exemplo. É obrigação dela auditar essas contas.

O que se pode fazer para aprimorar os portais? Usá-los. A melhor maneira de se contribuir com esse tipo de iniciativa é usar porque informação que não é usada, não é informação, é dado. Informação só existe em fluxo.

No total, seis Assembléias Legislativas informaram. Duas por carta e quatro que fomos atrás. Não me lembro quais foram, mas está publico em nosso sítio na internet.

Não vou falar sobre o que faz a Transparência Brasil porque não vai dar tempo, mas tudo o que nós fazemos está publicado. Então a forma mais simples, e essa é uma das razões pelas quais não faço o marketing da Transparência Brasil, tudo está publicado em nossos domínios na internet.

- **Paula Martins – Artigo 19**

Perguntas

1. *As Leis orgânicas municipais contêm artigos que contemplam direitos de acesso à informação. A organização Artigo 19 tem observado isso nas leis orgânicas?*
2. *Gostaria de saber como obter gratuidade no acesso à informação, considerando que muitas vezes o Estado costuma cobrar pelas cópias das certidões solicitadas.*

Respostas

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Sobre as Leis orgânicas, sim. A grande maioria das leis que a gente conseguiu levantar naquele projeto do marco do acesso, todas elas tinham um artigo e as Constituições, com exceções de duas ou três, também tem um artigo que fale do direto de acesso à informação pública. Em geral, eles são muito parecidos com relação a essas normas.

Sobre a gratuidade, o que a gente entende como princípio é que sempre que informação for demandada para uso de interesse social ou quando a pessoa não tiver condições de pagar os custos relativos ao pedido de informação, eles não devem ser cobrados. Um dos princípios de uma legislação de acesso que indiquei em minha apresentação é exatamente o de que os custos nunca podem ser impeditivos. Então, a pessoa não pode ter cerceado o seu direito em razões dos custos que o Estado impõe a essa prática. Como não há uma legislação específica detalhando esses procedimentos, o que se pode fazer é questionar essa prática perante as autoridades administrativas e no Judiciário.

Para finalizar, um comentário geral. A gente tem normas, vamos tentar conseguir uma legislação para tentar dirimir essas dúvidas ou contradições do sistema atual. Mas o mais importante é: vamos demandar informação e não vamos deixar barato quando essa informação não é fornecida. O que aconteceu com vários de nossos parceiros foi que muitas vezes é solicitada a informação e a resposta não é enviada. Então, o papel das organizações como ministério público e das instituições que solicitam a informação é que tentem entrar pela via judicial. Houve alguns casos que com a ameaça do mandado de segurança a informação foi fornecida. A idéia do marco do acesso parece um pouco legalista, mas a idéia é que vocês possam usar a legislação que já existe para fundamentar o pedido de acesso e que a pessoa que o receba perceba que é um direito, ou seja, existe uma obrigação.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 2 – Transparência e acesso à informação como instrumentos do controle social

(2ª sessão)

Mediadora: Roberta Ribeiro

Secretário: Fúlvio Fonseca

"O direito de acesso à informação pública"

Ivana Moreira

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI

Ivana Moreira iniciou sua apresentação informando que a ABRAJI atua em duas frentes prioritárias que são a formação e aperfeiçoamento para jornalistas e a defesa da liberdade de expressão e do direito de acesso à informação pública. Iniciou a apresentação de uma experiência desenvolvida pela ABRAJI desde 2007, o Mapa de Acesso que é um estudo sobre direito de acesso a informações públicas no Brasil.

O estudo teve como objetivos medir o grau de acesso a informações públicas no Brasil, verificar a aceitação da legislação em vigor como argumento e identificar os principais obstáculos ainda existentes.

Explicou a metodologia do estudo que foi desenvolvido em três etapas e contou com colaboradores em todos os Estados. Foram enviados questionários às assessorias oficiais de órgãos, onde eram solicitadas informações que deveriam ser de domínio público. O nome do projeto não era citado inicialmente e era estabelecido um prazo limite para as assessorias responderem.

Na segunda etapa, caso não houvesse resposta, era enviada uma carta com a mesma solicitação, porém citando o marco legal pelo qual ele deveria receber aquela informação (Constituição Federal, Lei de Improbidade Administrativa e Declaração Universal de Direitos Humanos).

Na terceira fase, não conseguindo obter retorno, mesmo informando que é um direito legal, a ABRAJI posicionou-se enviando uma carta registrada, explicando que era um pedido para o Projeto Mapa de Acesso.

Informou que a primeira edição foi realizada em 2007, testou a transparência no âmbito dos governos estaduais e estabeleceu contato com 120 órgãos. Como

Apoio:



Realização:



84

resultado deste estudo apontou que todos os Estados da região Norte forneceram algum tipo de informação; Sudeste foi a região menos transparente; nenhum órgão do RJ, ES, MT e MA respondeu; MG e MS foram os Estados mais acessíveis: quatro dos cinco órgãos contatados forneceram informações.

Já na segunda experiência realizada em 2008, o estudo avaliou a transparência dos Poderes Executivo e Legislativo das 26 capitais estaduais. As informações foram solicitadas às câmaras e prefeituras municipais. Nesta experiência 52 órgãos foram contatados; 86,5% não forneceram nenhum tipo de informação, nem responderam e-mails e cartas; dos quatro órgãos que forneceram alguma informação, três o fizeram de forma incompleta.

Já na última edição realizada em 2009, o estudo avaliou a transparência na esfera federal e as informações foram solicitadas para: Presidência da República, Câmara, Senado, STF e STJ. Neste estudo, 20% responderam de forma completa; 20% responderam de forma incompleta; 60% não responderam. Quanto às respostas fornecidas, apenas o STF respondeu de forma completa; a Presidência respondeu de forma incompleta; Câmara, Senado e STJ ignoraram a solicitação.

Ivana Moreira informou que nas edições do estudo, na maioria dos casos, não houve justificativa, apenas ignoraram o pedido ou protelaram a resposta *ad infinitum*.

Finalizou sua apresentação, falando sobre casos recentes de pedido de acesso à informação e afirmou que a situação é a mesma, a solicitação é ignorada ou protelada.

.....

Apoio:



Realização:



"A Informação Pública e o Monitoramento da Gestão Municipal"

Thereza Lobo
Movimento Rio Como Vamos

Iniciou sua apresentação explicando o que é o Movimento Rio Como Vamos, definido o mesmo como apartidário que teve como inspiração outros movimentos como o Bogotá Como Vamos, sendo fundado por pessoas físicas e tendo como parceiros empresas do setor privado, pois não poderia ter parcerias e financiamento do setor público, pois perderia toda capacidade de falar desse setor.

Informou que o movimento tem como objetivo principal o estímulo à boa governança e qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro e para isso tem duas grandes vertentes: coleta, sistematização e disseminação de informação sobre a cidade do Rio de Janeiro (Sistema de Indicadores e Pesquisa de Percepção); acompanhamento das políticas públicas; estímulo a uma cultura política de participação e debate.

Thereza Lobo indicou que o movimento tem projetos permanentes divididos em duas grandes linhas, "Sistema de Indicadores" e "Pesquisa de Percepção". Já a atuação do movimento se dá em três grandes linhas: técnica, comunicação e articulação.

Na linha técnica é produzida informação sobre a cidade de forma territorializada (5 Áreas de planejamento e 33 Regiões Administrativas), através de um mix de instrumentos de conhecimento como o diálogo entre percepções e indicadores, e a matriz Insumo/Produto de informações para o acompanhamento de metas públicas (PPA, LOA);

Na linha de comunicação é elaborado um plano de "tradução" dos indicadores para jornalistas visando sua expansão para mídias tradicionais e alternativas. São ações ainda a promoção de espaços de comunicação não oficiais nas comunidades e universidades e o desenvolvimento do site que atualmente possui média de 8 mil acessos mensais.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Na linha de atuação de articulação, Thereza Lobo informou que é feita uma aproximação com comunidades para difusão do conhecimento e monitoramento e que inicialmente foi desenvolvida na Comunidade da Maré um piloto no qual foram coletados dados comparativos com a cidade e outras áreas e que a metodologia dessa experiência foi disponibilizada para bairros da cidade.

Finalizou sua apresentação afirmando que o Rio Como Vamos tem como desafios fazer chegar “recados e mensagens” da cidade aos poderes públicos, transformar metas anuais de prestação de serviços em rotina de planejamento público, assim como garantir a trajetória informação, conhecimento, ação para que haja uma relação efetiva com o Legislativo.

:::::::

“A importância da ASAJAN no acesso à Informação Pública”

*Fábio Henrique Carvalho Oliva
Associação dos Amigos de Januária - ASAJAN*

Oliva iniciou sua apresentação com uma explanação acerca dos marcos legais do acesso à informação pública. Citou a Constituição Mineira que prevê punição para o servidor público que desrespeitar o direito de acesso à informação e disse que em suas pesquisas não encontrou referências acerca deste direito na Constituição Paulista.

Apresentou a experiência prática da ASAJAN de acesso à informação e afirmou que a mesma pode ser replicada em qualquer município do Brasil e que seu sucesso depende da dimensão do município ou a disposição das autoridades. Explicou que ao solicitar as informações para gestores é informado que o mesmo está sendo enviando com cópia ao Ministério Público - MP. Explica que é importante que não se blefe, o documento de solicitação de informação deve ser enviado ao MP. Expirado o

Apoio:



Realização:



prazo, e não havendo resposta, informa-se ao MP. E, caso não haja retorno do MP, a corregedoria do MP ou o Conselho Nacional do MP devem ser acionados.

Afirmou que esse acesso à informação deu à comunidade de Januária uma maior consciência política e agora a população tem extremo cuidado em saber quem é o vice-prefeito da chapa e quem é o presidente da Câmara. Pontuou que a imprensa é uma aliada importante, pois não há coisa que os prefeitos mais temem do que serem expostos na mídia, concluindo que não há combate à corrupção sem o apoio da imprensa séria.

Oliva finalizou sua fala apresentando uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que decidiu pela não obrigatoriedade de apresentação da Prestação de Contas do Prefeito concomitante ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal. Afirmou que esta é manobra para evitar que estas contas sejam analisadas antes do fim do prazo de responsabilidade criminal, uma vez que o parecer do Tribunal de Contas chega a levar 8 anos e afirmou que já é difícil fazer controle social sem informações, imagine com decisões judiciais que negam esse direito.

:::::::

:: DEBATE

- **Ivana Moreira - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI**

Perguntas

1. *Como a ABRAJI supera as restrições de acesso?*
2. *A ABRAJI disponibiliza cursos para formação de jornalismo investigativo?*

Respostas

Temos cursos diferentes, on-line e presenciais e vocês podem se informar sobre os mesmos, no site da ABRAJI.

Manipulação das notícias na imprensa. A classe dominante acha que manipulamos tudo e distorcemos as notícias. Todos acham que distorcemos para favorecer uma classe, então temos um problema de entendimento. Os veículos de

Apoio:



Realização:



88

imprensa são empresas que vendem informação e um veículo que não consegue ter credibilidade. Então não podemos acusar os veículos dessa forma, pois caso eles não tivessem credibilidade os jornais não sobreviveriam.

Há critérios jornalísticos, então editamos matérias que afetam a vida da sociedade, as informações que interessam. É muito diferente comparar o que o Estadão faz com o que jornal de cidade pequena de interior faz porque o nível de independência deles é diferente, pois muitas vezes os jornais pequenos dependem da publicidade legal para sobreviver. Então, é claro que a independência jornalística dele fica comprometida.

- **Thereza Lobo - Movimento Rio Como Vamos**

Pergunta

1. *O mediador organizou as perguntas direcionadas à palestrante em três blocos sobre as temáticas de Financiamento do Rio Como Vamos, Acompanhamento do PPA e Acompanhamento das contas públicas.*

Resposta

Quanto à questão do financiamento, basicamente são pessoas físicas, empresas privadas e, evidentemente, parcerias não financeiras.

A pesquisa de percepção é feita com o Ibope. Para atualização dos indicadores que é feita anualmente, contratamos pessoas.

A questão do planejamento estratégico não é discussão na Câmara de Vereadores, é um instrumental operacional de gestão. Não existe uma lei que obriga a existência e discussão do Planejamento estratégico. Mas o Rio Como Vamos não está interessado se é lei ou não, mas está interessado em saber que documento é esse e o que vai acontecer com esse documento e, principalmente como se compatibiliza o Planejamento Plurianual, o Planejamento estratégico, o Plano Diretor e a Lei de Orçamento que vem por aí para monitorar e verificar se há coerência. Já estamos compatibilizando o PPA com o Plano Diretor e agora no final do mês a primeira matéria sobre o PPA, aonde já vai se apontar que na área da educação as metas apontadas deixam muito a desejar.

Como lidamos com as informações da Assistência Social? Essa é uma das áreas mais difíceis de obter informações. É tudo fragmentado, não indicadores que

Apoio:



Realização:



89

sejam consensuais. Criamos um grupo técnico de especialistas na área para discutir que tipo de indicadores pode-se traçar na assistência social para que a gente saia dessa inércia do poder público que não consegue definir indicadores e, portanto, muito menos as metas.

A questão sobre a prestação de contas, nessa legislação que exige um plano de metas anual, até 90 dias depois de iniciado o ano fiscal, há uma exigência também da prestação de contas ao final daquele ano. A Lei de Responsabilidade Fiscal, nesse ponto não pegou. Não se vê prestação de contas exigida.

A Presidente da Rio Como Vamos chama-se Rosiska Darcy de Oliveira, é uma escritora e feminista de renome no país.

- **Fábio Oliva - Associação dos Amigos de Januária – ASAJAN**

Pergunta

1. *Como as novas mídias poderiam ser utilizadas para informação e para expressão da cidadania?*

Resposta

Falei em Recife que todas as formas de mídia valem, desde a tecnologia da fofoca até a que temos em Januária, a “bike som”, que é a bicicleta cargueiro com uma bateria e uma caixa de som na frente ou “jegue som” com o caixa de som em uma carroça. Pode ser o boletim xerocado. Enfim, todas as formas de mídias são válidas.

O Arimatéia sugere que façamos um movimento contra o juiz que declarou inconstitucional a apresentação da prestação de contas simultaneamente à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas. É tudo que eu quero.

Falou-se da necessidade de uma nova economia, a que está aí força o ser humano à sobrevivência e nisto ele não exerce seus direitos. Como fica a cidadania neste contexto de força de transformação? É aquela história de comer e sentir fome. Você só come porque se não morria e você só sente fome porque come. Então, se você deixar que as necessidades do dia-a-dia, o embalo da economia e a sua necessidade de trabalhar e de ganhar lhe impeçam de exercer outros direitos, você se torna um autômato. E todos nós podemos encontrar um pouquinho de tempo que seja em

benefício da sociedade, em benefício da coletividade. A pessoa mais ocupada do mundo sempre encontrará uma brecha no seu tempo. O importante é participar, nem que seja com o mínimo possível. Ou seja, até fornecendo só informações e ficando na retaguarda.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 3 – O controle social na área de saúde

Mediador: Fábio Félix Cunha da Silva - CGU
Secretaria: Ângela Leite - CGU

"Os conselhos de saúde no Brasil"

Prof^a Dra. Maria Valéria Correia
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Em sua apresentação a Professora Maria Valéria contextualizou o Controle Social na Área de Saúde no Brasil, discutindo os aspectos legais do Conselho, seu papel e desafios para sua atuação e efetivação.

Para Maria Valéria, “o controle social é a capacidade que setores progressistas organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública, colocando as ações e os gastos do Estado na direção dos interesses da coletividade”, sendo fruto da democratização do Estado brasileiro.

Analizando o contexto no qual surgiu o controle social na área de saúde, a professora apontou como fatos desencadeadores para o estabelecimento do controle social nessa área as lutas pela redemocratização do país nas décadas de 60 e 70, o movimento da reforma sanitária e a realização da VIII Conferência de Saúde no ano de 1986 que inaugura a democratização na área de saúde.

Discutiu, ainda, o arcabouço legal que regulamenta os espaços de controle social como a Constituição de 1988 que em seu artigo 198 define a participação da comunidade como diretriz para o SUS, a Lei 8.142/90 que dispõe sobre as instâncias colegiadas para participação da comunidade na gestão do SUS como Conferências e Conselhos e comenta também a Resolução do CNS nº 33/92 e 333/2003 que dão diretrizes acerca da criação, estruturação e funcionamento dos conselhos de saúde.

Maria Valéria define os conselhos como espaços de participação da sociedade nas políticas públicas, instrumentos de controle social, sendo espaços democráticos de interlocução entre o Estado e a Sociedade no planejamento e execução das ações de políticas públicas.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



92

Para a mesma, os Conselhos são espaços contraditórios e defende que os movimentos sociais precisam ter independência em relação aos gestores, assim como os conselhos que, se atrelados ao executivo, ficam limitados.

Como desafios para o controle social, Maria Valéria citou a construção da autonomia e independência dos Conselhos e dos Movimentos Sociais; articulação permanente entre os Conselhos; articulação dos segmentos que defendem os interesses coletivos; criação e fortalecimento dos espaços alternativos de controle social envolvendo o conjunto da sociedade; resistência aos processos de privatização da saúde pública; luta pela regulamentação da EC 29; luta pela desprecarização do trabalho em Saúde e defesa intransigente da saúde pública, com acesso universal e de qualidade, conforme o conquistado com o SUS.

Dentre estes desafios, apontou como principais a conquista da autonomia, a independência dos conselhos e uma articulação permanente, finalizando sua apresentação convidando a todos que busquem conhecer mais e que transformem esse conhecimento em ação para a defesa e conquista de direitos.

:::::::

"O fortalecimento dos conselhos de saúde para o controle social"

*Jovita Rosa e Maria do Socorro
Conselho Nacional de Saúde – CNS*

As representantes do CNS iniciaram sua apresentação citando avanços para o controle social como a Reforma Sanitária; a Constituição Federal de 1988; as Leis 8.080/1990 e 8.142/1990, resultados de intensa pressão popular. Afirmaram que o SUS foi concebido no seio da sociedade, mas que há desconhecimento quanto aos mecanismos de controle social da saúde como, por exemplo, o sistema nacional de auditoria.

Apoio:



Realização:



Sobre a Agenda Política 2009, pontuaram que é difícil para um país como o Brasil dar uma unidade na ação dos Conselhos estaduais e municipais e que o ponto forte dessa agenda é a relação público-privada dentro do SUS, pois a saúde tem o maior orçamento da união e o mercado mais emergente, daí a necessidade de observar o que a lei determina sobre a aplicação do orçamento para área privada que hoje chega a receber 70% do recurso, porém a lei define que esta aplicação seja complementar.

As conselheiras pontuaram outros aspectos acerca da saúde pública, como o desconhecimento da sociedade acerca do SUS e a necessidade de se discutir a legitimidade do conselho, uma vez que este não é um ato discricionário do gestor. Afirmaram que é preciso pensar em uma formação que dê conta de fazer crítica ao modelo de atenção, fortalecendo o controle social.

Afirmaram que há desafios a serem superados como a universalidade, integralidade, equidade; descentralização e regionalização; controle social na relação público-privado no SUS; fundações Estatais de Direito Privado, aliança Pró-SUS; quadrilátero: Educação Permanente para o Controle Social e a Articulação entre o Controle Social, o Controles Internos e Externos.

.....

"A experiência do Observatório Social de Maringá no acompanhamento e controle de licitações e contratos na área de saúde"

*Décio Rui Pialarissi
Sociedade Eticamente Responsável – SER*

Pialarissi iniciou sua apresentação afirmando que na área da saúde há muita indignação e pouca ação. Mostrou através de manchetes de revistas e jornais que há muitas denúncias, mas que é necessário que a população seja sensibilizada acerca de seu papel dentro do controle social da política de saúde e mostrou o trabalho

Apoio:

Realização:

94

desenvolvido pelo Observatório Social de Maringá - OSM e como esse trabalho afetou a política de saúde na cidade.

O palestrante informou que OSM tem como objetivo incentivar a participação popular na vida política da cidade e para isso desenvolve ações voltadas para cidadania fiscal, trabalhando a importância dos tributos e transparência dos gastos públicos e ações de sensibilização para o futuro e ação no presente.

O Observatório promoveu uma série de ações como concursos de monografia, curtas metragens e redações e incentivou a participação da sociedade nos processos licitatórios como, por exemplo, de medicamentos, onde houve uma economia de 52% com acompanhamento do OSM.

Afirmou que hoje o OSM trabalha em parceria com a prefeitura e que o foco não é caçar prefeitos, mas trabalhar em tempo real com eles para que seja efetivada uma mudança de cultura. Assim os termos de referência são elaborados em conjunto (Observatório e Prefeitura). Houve uma reestruturação dos almoxarifados e a implantação de um sistema de controle de estoque informatizado, otimizando a utilização de todo material adquirido pela prefeitura.

Pialirissi afirmou que é preciso assumir um compromisso com a sociedade de transparência e que o Observatório segue uma filosofia educativa. Finalizou sua apresentação afirmando que é necessário adotar um modelo simples de controle social que seja replicável e sustentável e para isso é preciso união de pessoas de instâncias que possuam poder de coercitividade para auxiliar nas intervenções.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



"O papel da mídia no controle das políticas de saúde"

*Luiz Ribeiro
Jornal Estado de Minas*

Ribeiro iniciou sua apresentação definindo o jornalismo como "a atividade profissional que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Como segmento da comunicação de massa exerce a função de informar, explicar e orientar a população".

Chamou a atenção quanto à cobertura da mídia na área da saúde e disse que o destaque maior é para assuntos relacionados à corrupção. A mídia sempre dá destaque às denúncias de corrupção. Para o mesmo "essa cobertura é útil para a sociedade, por alertar as autoridades e estimular a fiscalização e aplicação correta dos recursos. Mas o destaque não deve ser de forma sensacionalista, pois isso pode contribuir para uma descrença pública nas instituições democrática".

Ribeiro pontuou que a mídia deve ser uma aliada dos órgãos de controle, contribuindo com a divulgação das ações dos conselhos municipais de saúde, com a divulgação sobre a função desses órgãos formados por representante da comunidade.

Em seguida Luiz Ribeiro exibiu um vídeo de 4 minutos e 5 segundos filmado na Cidade de Mirabela/MG, onde foram entrevistados cidadãos sobre o Conselho Municipal de Saúde da sua cidade.

:: DEBATE

• Jovita Rosa e Maria do Socorro Sousa – Conselho Nacional de Saúde

1. *O CNS em tido alguma iniciativa de proteção ao profissional de saúde?*
2. *O que o Conselho tem pensado para capacitação de conselheiros de saúde indígenas e como pautar para a Secretaria de Saúde Indígena?*

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Resposta – Jovita Rosa

No caso da saúde do trabalhador, tem atribuições que são do SUS e outras que são do MTE ou da Previdência. Uma iniciativa importante são os CEREST. São cerca de 170 em todo o Brasil, mas é pouco.

Sobre a saúde indígena, tem sido pauta permanente. Há a questão do subsistema de saúde indígena e há a questão do movimento indígena, respeitando-se sua autonomia e independência. Existe um subsistema que foi escolha do próprio segmento, mas talvez esse sistema não tenha condições de atender essa população.

O controle social é fraco nas pequenas cidades. Mas é preciso lembrar que as pequenas cidades são 70% da composição do país

Resposta – Maria do Socorro Sousa

Enquanto a gente não tiver uma autonomia de ação não dá pra trabalhar direito. A gente defende concurso público e plano de cargos e salários para o SUS garantir uma aposentadoria.

- Décio Rui Pialarissi – SER – Sociedade Eticamente Responsável**

- 1. Ao analisar os processos licitatórios leva-se em consideração a necessidade e a oportunidade?*
- 2. Como conseguiram verificar a qualidade?*

Resposta

Não. Nós temos um foco.

Os perdedores das licitações são convidados a recepcionar a entrega das mercadorias para verificar a qualidade do material.

Seguimos três filosofias fundamentais: não pode haver vinculação partidária; não colocar em evidência uma pessoa; sempre trabalhar com resultados práticos e mensuráveis.

Amanhã teremos uma palestra de como montar um observatório. São mais de 30 funcionando ou em implantação.

Observatório e prefeitura estão próximos nesse sentido, mas não pode haver mistura. O compromisso que temos com os prefeitos é que todas as informações sejam divulgadas a todos.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



- Luiz Ribeiro – Jornal Estado de Minas

1. *Como fazer a pauta da mídia?*

Resposta

Infelizmente no Brasil o que vende é notícia ruim. Na Alemanha há uma concepção diferente. Não só pensando em si mesmo, em vender produto, mas no coletivo. Acho que o caminho é esse.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 4 – O controle social na área da educação

Mediador: Petrônio Bezerra Lima

Secretário: Fúlvio Fonseca

"O controle social na área da educação"

*Alice Andrés Ribeiro
Movimento Todos Pela Educação*

A expositora inicia a fala apresentando o objetivo do "Todos Pela Educação" que é a sociedade civil realizar o controle social da educação pública, principalmente a educação básica. No panorama da educação básica no país, a universalização do acesso à educação básica melhorou muito, mas ainda não é suficiente. Essa universalização de acesso corresponde a 97,5% de crianças de 07 a 14 anos, conforme dados do PNAD/IBGE/2007. Esse percentual de 2,5% que estão fora da escola corresponde a 660.000 crianças, onde mais de 400.000 são negras.

Um dos maiores desafios na educação hoje é a alfabetização, com ênfase na alfabetização infantil. Ainda não se sabe quantas crianças sabem ler. Os dados de aprendizado apresentados mostram que as crianças, à medida que avançam nas séries, não avançam no nível de conhecimento correspondente. Quase 50% dos alunos de 19 anos ainda não concluíram o Ensino Médio.

Outra questão é a diferença de infra-estrutura na educação básica no país. A falta de energia elétrica e de saneamento básico comprometem o nível de educação no país, isso é condição pra aprender. Os dados demonstram a disparidade entre a área rural e urbana: sem água – 4,4% zona rural e 0,4% zona urbana; sem energia – 28,9% zona rural e 0,2% zona urbana; sem saneamento – 15,8% zona rural e 0,3% zona urbana; sem internet - 98,98% zona rural e 62,16% zona urbana.

No que diz respeito à formação dos professores, é necessário fazer uma mudança nas condições existentes, aumentando o nível de qualificação dos mesmos e tornando a carreira mais atrativa.

Apesar desses dados, mais de 70% dos pais estão satisfeitos com a qualidade da educação. Isso se deve ao fato dos pais associarem que os filhos estando na escola,

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



99

estão tendo direito à educação. Temos então um cenário desafiador e os pais que deveriam ser os maiores interessados em ter uma educação de qualidade para os filhos, acham a educação boa.

Uma outra questão é que a educação ainda não é uma prioridade para os brasileiros porque poucas pessoas fazem a relação entre a educação e as outras políticas que são consideradas prioridades como saúde, emprego, segurança. Por causa desse cenário que se formou o movimento "Todos Pela Educação".

Lançada no dia 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, a campanha "Todos pela Educação", surgiu do anseio de um grupo formado pela sociedade civil, da iniciativa privada, de educadores e de gestores públicos com o objetivo de efetivar o direito de todas as crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil.

O "Todos pela Educação" é uma organização social que é 100% financiada pela iniciativa privada; é servidora, que complementa e intensifica trabalhos de organizações sociais, empresas, veículos de comunicação e gestões públicas; e pressupõe a participação de todos, pois a educação de qualidade deve ser uma causa de cada um dos brasileiros. A organização atua nos focos da oferta e da demanda por educação de qualidade. No que tange a demanda é o controle social e na oferta é feito um trabalho institucional com os governos para que possam influenciar na construção dessa educação de qualidade. O "Todos pela Educação" criou cinco metas que refletem uma realidade de educação de qualidade para todos: toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado a sua série; todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; investimento em Educação ampliado e bem gerido.

A organização tem como estratégias de fomento ao controle social da educação: o entendimento sobre a situação da educação; o conhecimento sobre os direitos e deveres educacionais; a demanda pela educação de qualidade; a cobrança de ações dos gestores públicos; pensar na educação na hora de votar; o apoio aos projetos que incentivem o aprendizado; o alinhamento do investimento social privado; e a fiscalização dos investimentos na educação.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



100

"O controle social da FUNDEB"

Carlos Vinícius Nassif
Receita Federal do Brasil

O FUNDEB é o coração do financiamento da Educação Básica brasileira. Substituiu o Fundef, possibilitou a incorporação de mais crianças, ampliou a educação básica: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Quilombola, para pessoas com deficiência, Ensino Médio, Educação Profissionalizante.

O FUNDEB é custeado com recurso de base tributária. As bases legais são: a Emenda Constitucional 53 de 19/12/2006, Lei 11.494/2007 de 20/06/2007, Decreto 6.253 de 13/11/2007, e Leis e Decretos estaduais ou municipais.

O FUNDEB faz o repasse para os estados por alunos. Nos anos de 2007, 2008 e 2009 os menores valores estaduais por alunos foram respectivamente: R\$ 946,29, R\$1.132,34 e R\$1.221,41.

Foram levantados alguns problemas do FUNDEB. A lei do FUNDEB estabelece que ele deve ter um Conselho Gestor de acompanhamento e controle social responsável por verificar e acompanhar se esta verba está chegando à Educação, se 60% do fundo é destinado ao pagamento dos professores, se os 40% restantes são aplicados na manutenção da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece. As reuniões dos conselhos são esparsas (mensais ou bimestrais) e sem efetividade – os conselheiros se prestam a assinar documentos sem conhecê-los; os conselheiros trabalham em outras atividades e não tem tempo para se dedicar ao controle social; falta formação e capacitação.

O expositor traz algumas possibilidades de melhorias no controle social do FUNDEB: Conhecer como funciona o FUNDEB; conhecer os manuais e documentos à disposição, manual de Orientação e outros documentos; fazer proposta de alteração dos atos legais Municipais (Lei de criação do conselho FUNDEB no município, Decreto Municipal do Regimento Interno); não assinar documentos sem conhecê-los ou verificar se estão de acordo com o que é realizado na prática (e não só no papel); formar redes de apoio: promover reuniões com outros conselheiros de cidades vizinhas; envolver organizações e parceiros que possam colaborar; construir parcerias

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



101

estratégicas: áreas de informação, capacitação, comunicação e suporte financeiro. Por fim, de uma forma macro, vai acontecer no próximo ano a Conferência Nacional de Educação que está pensando em mudar as diretrizes da educação no Brasil de 2011 a 2020.

É necessário elaborar o Plano Nacional de Formação e Valorização de Conselheiros – com criticidade para o exercício da cidadania ativa. O educador também precisa ser formado em cidadania na academia para que possa retransmitir isso na Educação Básica. O professor precisa ter voz e vez nesse processo.

.....

"Observatório da Educação: participação e controle da sociedade civil nas políticas educacionais"

*Mariângella Graciano
Ação Educativa*

A expositora apresenta a "Ação Educativa", seu histórico, missão inicial, missão atual, a sua atuação e estratégias.

Uma das estratégias é o Observatório da Educação. Nasce em 2002 a partir da constatação da Ação Educativa do monopólio dos governos sobre o debate público sobre educação (temas e fontes de governos). Nasce com o pressuposto da educação como Direito Humano, portanto, universal, indivisível, interdependente, orientada para garantir a dignidade humana, exigível e justiciável.

O Observatório da Educação tem como objetivo geral "produzir e disseminar informações e opiniões consistentes e plurais, de modo a favorecer o controle e a capacidade de intervenção de atores da sociedade civil na definição e implementação de políticas educacionais". Tem como objetivos específicos: elaboração de informações e disseminação de análises sobre políticas educacionais em cooperação com redes de pesquisadores e outros agentes que detêm, ou podem produzir,

Apoio:



Realização:

102



**Controladoria-Geral
da União**



informações estratégicas; organização de dados e promoção de debates sobre conjuntura educacional e temas socialmente invisíveis – ex.: educação e racismo, educação escolar indígena, educação de pessoas com deficiência, e pessoas encarceradas; intensificar e intervir na difusão de informações e opiniões sobre educação nos meios de comunicação.

Para alcançar esses objetivos são adotadas algumas linhas de ação. A primeira é a pluralização do debate público sobre educação através da sensibilização e do envolvimento dos atores sociais considerados estratégicos: representantes da comunidade escolar – mães, pais, estudantes e educadores, - pesquisadores da área, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos humanos em geral, e sobre os direitos educativos em particular, profissionais da comunicação, profissionais do Direito/sistema de justiça.

Para isso foram realizadas algumas atividades como debates sobre os desafios da conjuntura que tem o objetivo de dar visibilidade a temas, segmentos ou enfoques socialmente invisíveis; ou pluralizar o debate sobre temas tratados de maneira unilateral no espaço público. Abertos à participação da sociedade em geral, esses debates buscam promover o diálogo entre diferentes atores envolvidos – gestores, profissionais da educação e da comunicação, comunidade escolar, pesquisadores, – são transmitidos ao vivo pela internet, com interpretação em Libras, e ocorrem três vezes ao ano.

Uma outra forma de atuação é a constituição de grupo de colaboradores, prioritariamente vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa, que aceitem disponibilizar sua produção de conhecimento no contexto de debate público. Constatação: a produção científica do campo educacional pouco tem colaborado nas disputas de sentido e orientação da educação pública. O saber produzido nas universidades fica restrito ao meio especializado, enquanto os meios de comunicação são alimentados por análises e informações marcadas por interesses privados. Uma estratégia a isso foi constituir um banco de fontes sobre os temas: Ciclos e progressão continuada, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação Indígena, Ensino Médio, Ensino Religioso, Financiamento, Gênero, Educação e

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



103

Relações Raciais e conta com a participação de profissionais da educação dispostos a participar do debate público.

Uma outra linha de ação é a busca de intervenção sistemática na cobertura jornalística educacional. Para isso é produzido quinzenalmente o Boletim Ação na Mídia com comentários sobre a cobertura educacional baseados em clipping que abrange 75 jornais e 4 revistas semanais. São realizadas oficinas para jornalistas anualmente com o desafio de, além dos profissionais dos veículos de abrangência nacional, atingir a cobertura local e dos bairros e assim potencializar a possibilidade do controle social.

A última linha de ação é a produção de informação que tem como público prioritário: organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos educativos em geral, ou de segmentos específicos da população; organizações de direitos humanos; educadoras/es vinculados a redes públicas de ensino; pesquisadoras/es do campo e jornalistas. Tem como produtos os Boletins "Desafios da Conjuntura", "Em questão" e "Observatório da Educação".

Um exemplo de atuação do Ação Educativa apresentado foi um resultado desse trabalho com a mídia. Foi constatada a ausência da voz docente nas matérias sobre educação. Isso em função de leis restritivas no funcionalismo público que existem em 19 estados e pela culpabilização dos docentes pelos problemas da educação. Como estratégia para esse problema o Ação Educativa iniciou a campanha "Fala Educador! Fala Educadora!" com os objetivos de derrubada das "leis do silêncio", da disseminação de informação, da sensibilização de atores – prioritariamente jornalistas e estímulo à voz docente.

Foram apresentados como desafios: acompanhamento sistemático da atuação dos conselhos de educação (nacional, estadual SP e municipal SP); acompanhamento sistemático do Legislativo (nacional, estadual SP e municipal SP); observações indicam necessidade de sociedade conhecer e questionar o papel do legislativo na educação; atuar com outras organizações pelo direito de acesso à informação pública.

.....

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



104

"O papel da mídia no controle das políticas de educação"

Fábio Oliva
Folha do Norte

O grande desafio da imprensa em pautar a Educação são as fontes. As pessoas fazem as denúncias, mas não querem ter seus nomes revelados, não assinam as declarações.

No meio docente há uma cultura de falta nas salas de aula porque os professores não toleram mais dar aula. Alguns porque esgotaram suas possibilidades de recursos outros por desvios de caráter. Foram apontados problemas como: salas multiseriadas, superlotação nas salas, alunos com deficiências em salas de aula com professores despreparados para isso, a proibição da reprovação dos alunos.

Algumas problemáticas da região Norte foram trazidas: numa comunidade indígena Chacriabás, as crianças não vão à escola porque não tinham chinelo. Os pais matriculam seus filhos em horários alternados porque tem apenas um material escolar; as crianças têm uma má alimentação e geralmente só fazem a primeira refeição na escola, sendo que a merenda escolar também é de péssima qualidade.

Um caso emblemático divulgado pela mídia foi de um prefeito que comprou 450kg de bacalhau para a merenda escolar. O prefeito foi preso, posteriormente solto, e responde ao processo até hoje. Quando tentou a reeleição não venceu.

Outra problemática levantada foi da falta de incentivo e capacitação aos professores e a sobrecarga de trabalho. Apesar do FUNDEF destinar uma cota para a melhoria dos salários dos professores, esse dinheiro nunca chega ao professor, ou chega de forma injusta.

A imprensa tem denunciado esses casos, mas é muito difícil vencer a lei da mordaça que prevalece no funcionalismo público, as professoras têm medo de denunciar e falar com a mídia. Mesmo as professoras efetivas são funcionárias municipais e podem ser deslocadas da área urbana para áreas rurais muito distantes e sem estrutura física nenhuma. A região Norte tem municípios com distâncias de mais de 420 quilômetros entre a área urbana e a rural sem estrada adequadas, o que

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



105

dificulta a distribuição da merenda, a cobertura da imprensa às denúncias nessas regiões e a chegada de professores de qualidade.

A educação hoje é desestimulante, o que não incentiva o aluno a estudar. O material didático às vezes não chega, mesmo estando na prestação de contas. Os professores precisam encontrar outros mecanismos e meios de educar.

O problema dos conselhos é a questão dos prazos de gestão dos conselheiros. Mesmo treinando e capacitando os conselheiros, dois anos depois todos saem. Os municípios não cedem funcionários para serem secretários dos conselhos. Os conselhos não têm sede nem local para se reunir. Na maioria dos conselhos do Norte as pessoas levam as atas às casas dos conselheiros só para serem assinadas.

O governo investe menos na educação do que no sistema penitenciário, pois cada aluno custa por ano R\$1.200,00 e cada preso custa por mês R\$1.800,00. Ou seja, a questão é de política pública, de mentalidade e raciocínio.

Exibição de vídeo sobre uma licitação para compra de material escolar no município de Januária que tem 4.500 alunos na rede municipal e um dos itens da licitação era a compra de 6000 apagadores de quadros, sendo que na Secretaria já havia 2.000. O vídeo mostra a importância do papel da imprensa na defesa da educação.

.....

:: DEBATE

- Alice Andrés – Movimento Todos Pela Educação

Pergunta

1. Qual a relação entre o baixo índice de reprovação e as contratações temporárias?

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Resposta

Primeiro, existem lugares em que é proibido reprovar alunos. Então, depende da forma como os professores são contratados. Mas a questão dos professores é central. É importantíssimo que os professores se vejam e sejam reconhecidos como a principal categoria profissional do país.

- **Carlos Nacif – Receita Federal do Brasil**

Depois de tantas experiências tão ricas, acho que nós não sairemos desse fórum do mesmo jeito. Cada um de vocês tem a missão de por em prática o controle social. Trabalho com educação há muitos anos. Acho que a educação é um local fantástico de trabalhar. Esse valor por ano, cerca de 100 reais por mês, o problema não é esse valor: é que ele não chega onde deve chegar. Se esse dinheiro chegasse para valorização do educador teríamos uma educação de qualidade.

- **Mariângela Graciano – Ação Educativa**

O que a gente tem observado no Observatório é um momento de desqualificação da imagem pública dos professores. Significa que ele tem abdicado do papel intelectual e, de fato, que estímulo ele tem? Como alguém pode falar sobre exercício da cidadania se a própria cidadania está comprometida? É preciso a valorização e a responsabilização para que os professores trabalhem de forma cidadã.

[Perguntas por email]

- **Fábio Oliva – Folha do Norte**

Pergunta: Porque a grande mídia não investiga os desvios de finalidade do FUNDEB?

O foco não é sempre os desvios de recurso. É importante dizer que a grande mídia também está submetida à verba pública. Não podemos perder de vista que certas emissoras estão atreladas ao governo, ao “bolso” do governo. Volta e meia quando algumas reportagens são feitas é porque essas emissoras foram contrariadas em algum aspecto. É bastante complexo. Mas as questões locais só se resolvem na

Apoio:



Realização:



**Controladoria-Geral
da União**



imprensa local. Essa é a relação da grande mídia e com as relações de poder e com as formas de combate à corrupção.

- **Alice Andrés – Movimento Todos Pela Educação**

Pergunta: Como o Todos Pela Educação percebe a atuação da família no processo de melhoria da educação? (Élvia)

Para o movimento Todos Pela Educação, a família tem um papel central no processo de melhoria da educação: é ela quem deve se preocupar com a matrícula das crianças na escola, com a freqüência diária às aulas, com a realização dos deveres de casa e estudos, além de muitas outras ações, que podem ser vistas no site do Todos Pela Educação:

<http://www.todospelaeducacao.org.br/FacaSuaParte.aspx?action=2&pID=2>

Pergunta: Como criticar o nível de aprendizado se força-se o aluno a “passar de ano” para diminuir a distorção idade-série? Ficar reprovado já traumatizou alguém? (Nilberto Nilson)

Sem dúvida o aluno que não aprende o conteúdo adequado para a série precisa de uma atenção especial por parte da escola e dos gestores educacionais. É exatamente isso o que é proposto no conceito da “progressão continuada”: que se identifique as maiores dificuldades de aprendizado do aluno, e que ele possa se dedicar a elas, com apoio da escola, fora dos horários de aula regulares, podendo assim acompanhar sua turma. Se esse conceito fosse aplicado corretamente seria, em minha opinião, maravilhoso: pois, assim, o aluno não se desmotivaria ainda mais com a escola.

Entretanto, a progressão continuada acabou por virar, em muitos lugares, uma aprovação automática. Essa é uma distorção perversa da idéia inicial, pois não só não assegura o aprendizado do aluno, como permite que os alunos sequer sejam seriamente avaliados. Na minha opinião, são essas distorções que devem ser revistas. Sabe-se que alunos reprovados têm maior chance de evadir. Além disso, em um sistema educacional fraco, repetir o ano definitivamente pode não assegurar o aprendizado dos alunos.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



108

Pergunta: Como oferecer uma educação de qualidade para crianças sem qualidade de vida? Adianta colocar recursos na escola se a panela da casa do aluno está vazia? (Flávio)

A educação de qualidade é um direito de cada criança e jovem. Ela também é um dos elementos principais para que essas crianças se desenvolvam, tenham melhor saúde, melhor possibilidade de encontrar bons trabalhos. Assim, nos casos das crianças em situação adversa, uma escola de qualidade é ainda mais importante – pois vai garantir não só o direito ao aprendizado, mas também o acesso a uma alimentação diária, ao convívio social.

Pergunta: Como o Todos Pela Educação entende a Educação Inclusiva à criança com deficiência, uma vez que observa-se nesse segmento uma inserção e não a inclusão, já que não há profissionais qualificados? (Ronildes)

O Todos Pela Educação defende a garantia do direito de cada criança e jovem a uma educação de qualidade. Por isso, também no caso da Educação Inclusiva, defende que é necessário que existam profissionais qualificados e infra-estrutura adequada, que permita que esses alunos desenvolvam ao máximo o seu potencial.

Pergunta: Se a Educação Infantil é a base educacional, porque é onde ocorre o menor investimento? (Mariana)

Acredito que, por muito tempo, a Educação Infantil ficou “dividida” entre as pastas da Educação e da Assistência Social, e não era claro qual o impacto dessa fase no aprendizado e desenvolvimento futuro das crianças. Atualmente, sabe-se que quanto mais cedo o investimento é feito, maior retorno ele tem – por isso, é mais que justificado um foco maior na Educação Infantil.

Sem dúvida, é preciso que haja maior cobrança da população para com os governos, para que seja aumentado o investimento – e melhorada a gestão – na Educação Infantil.

Comentário: Parabéns! Sua explanação, com certeza, trouxe mais vontade de participar no controle social. Você consegue mobilizar através de suas palavras. (Patrícia)

Muito obrigada pelo seu comentário. Com certeza quanto mais pessoas se envolverem com a causa da educação, mais resultados positivos conseguiremos!

Apoio:



Realização:



109

Pergunta: Como são traçados os objetivos para aumentar a inclusão de crianças e jovens de 4 a 17 anos no sistema de ensino? E quais as propostas para elevar a qualidade da educação no Brasil? Como está o cenário nacional acerca de propostas nestes sentidos? (Daniel)

O Todos Pela Educação recomenda que os governos tenham foco especial nas faixas etárias de 4 a 6 anos, e de 15 a 17 anos, em seus esforços para aumentar o acesso à educação básica. Crianças e jovens da área rural do país também devem receber uma atenção especial nesse sentido - já que esses grupos são os que estão em situação mais desafiadora no que tange à universalização do acesso à Educação Básica.

O Todos Pela Educação é uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é co-responsável e se mobiliza, em sua área de atuação, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de qualidade. A atuação do movimento inclui o monitoramento da Educação, por meio do acompanhamento de suas 5 Metas e da divulgação de pesquisas, dados e informações relacionadas ao tema, a maior e melhor inserção da Educação na mídia, a articulação, o fomento ao debate e a mobilização da sociedade.

O 'De Olho nas Metas', primeiro relatório de acompanhamento das 5 Metas do Todos Pela Educação mostrou que, embora os indicadores educacionais tenham melhorado de uma forma geral entre 2005 e 2007, essa melhora não foi suficiente para que todas as metas intermediárias propostas fossem atingidas. Isso significa que, nesse ritmo, as metas propostas para 2022 para o Todos Pela Educação não serão atingidas.

Pergunta: A educação de qualidade não viria com a escola de tempo integral com espaço dedicado às artes em geral, ao esporte, leitura e boas práticas de cidadania? (Arnaldo)

Sem dúvida a ampliação do turno impacta na qualidade do aprendizado dos alunos, e as atividades mencionadas são necessárias e enriquecedoras. Entretanto, uma educação de qualidade envolve muitos e complexos elementos, como a existência de professores motivados e qualificados, um currículo claro, atual e sólido, diretores atuantes, famílias comprometidas com a educação dos filhos – dentre muitos outros fatores.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Pergunta: Dentre as metas do movimento, existe algum indicador de qualidade que sugira ao MEC uma atualização da matriz curricular incluindo algumas disciplinas que envolvam áreas do conhecimento para formação política e social dos estudantes de nível médio? (Adail)

As metas do Todos Pela Educação são focadas em acesso, alfabetização, qualidade do aprendizado, conclusão e financiamento/gestão da educação. Por isso, não há metas voltadas para a inclusão de disciplinas.

Pergunta: No próximo ano de 2010 será realizado o CONAE. O Todos Pela Educação tem participado de conferências para contribuição com propostas para os eixos do CONAE? (Vera)

Sim, o Todos Pela Educação conta com 5 delegados, que têm participado nas conferências municipais, intermunicipais e estaduais do CONAE.

Pergunta: Qual a sua opinião a respeito da escola em período integral? (Suely)

Muitos estudos já demonstram a ampliação do turno escolar pode impactar de forma positiva no aprendizado dos alunos. Entretanto, é preciso sempre "ficar de olho" na formação dos professores, na qualidade do aprendizado oferecido, na infraestrutura da escola, para que esse impacto seja maximizado.

- Carlos Nacif – Receita Federal do Brasil

Pergunta: Quanto às reuniões do Conselho do Fundeb não é necessário iniciar a mudança a partir do modelo de regimento interno proposto pelo site oficial? E quando acontecerá a capacitação para os conselheiros proposta na Lei do Fundeb aprovada em 2007? (Sonia)

Sua proposta de alteração do modelo de regimento interno é válida. Penso que uma articulação junto às entidades representativas, especialmente junto à dos professores e junto a entidade dos servidores técnicos administrativos da educação, poderia ser encaminhado uma proposta de mudança do modelo. Penso na verdade que as reuniões deveriam ser ao menos semanais, incluindo reuniões externas com fiscalização da aplicação dos recursos na compra de material, nas atividades de manutenção de que trata o art. 70 da LDB, no acompanhamento da qualidade do transporte escolar e outras. Quanto à capacitação prevista no art. 30 que compete ao Ministério da Educação esta formação, penso que o FNDE não tem "pernas" para

Apoio:



Realização:



prover a capacitação em massa. Sequer há um plano nacional para esta capacitação e formação dos conselheiros. Isto urge e é uma área importante para a luta e uma batalha a ser travada junto ao poder público para garantir esta formação. Vamos a luta ! Articulemo-nos !

Pergunta: Como ter conselheiros com dedicação exclusiva se precisam trabalhar para se sustentar?

Patrícia, este é um desafio que deveremos enfrentar e lutar pela sua implantação. A Lei 11.494/2007 em seu art. 24, parágrafo 8º. diz que a atividade do conselheiro é de “relevante interesse social” e também que esta atividade não é remunerada. Penso que todo conselheiro do Fundeb (ou pelo menos 50% dos membros dele) deveriam ter dedicação exclusiva. Assim os professores atuariam exclusivamente para o controle social do Fundo e continuariam a ser remunerado pela sua profissão de professor, também para o representante dos servidores técnicos administrativos. Quanto aos pais de estudantes e os próprios estudantes, penso que a Lei poderia dispor sobre beneficiar as empresas ou organizações que tivessem um representante dos Pais no Conselho. Sou também contra a remuneração dos membros. Veja o exemplo do Conselho Tutelar: há uma disputa para entrar lá, não por causa da função tão importante para a criança e o adolescente, mas porque é um “emprego” e não penso que as pessoas deveriam se candidatar a esta função tão importante porque seriam pagas e teriam um “emprego”. Penso que o governo, sim, deveria dotar de condições para que as pessoas que lá prestam este relevante papel: relevante interesse social, possa garantir junto as empresas pagadoras e aos “patrões” destes conselheiros um tipo de resarcimento. Abraço e vamos a luta !

Pergunta: A experiência do Conselho do Fundeb de Fortaleza que se reúne uma vez por semana (trabalho em câmaras) nos mostra a grande dificuldade que é a análise das prestações de contas do município, devido ao enorme volume de material. Como um conselho que se reúne bimestralmente consegue atingir seus objetivos de controle social em seu município? (Carlos Eduardo)

Realmente os conselhos de fundeb que se reúnem bimestralmente, na minha opinião, não funcionam. Não há como funcionar. Infelizmente os conselheiros neste modelo de atuação se prestam apenas a serem assinadores malucos de documentos. É

Apoio:



Realização:



humanamente impossível analisar com os cuidados devidos uma prestação de contas nestes parcos momentos bimestrais. Veja também que um dos pilares que é a formação dos conselheiros também não é realizada a contento. Talvez aí em Fortaleza haja bons exemplos, porém, esta não é uma realidade brasileira. Outro pilar é a descontinuidade da função de conselheiro que muda a cada 2 anos. Penso que o correto seria mandatos de 3 anos com renovação de um terço ou metade a cada período para garantir a memória e a continuidade dos trabalhos. Há um caminho longo a percorre. Vamos a Luta!

Pergunta: Como fica a acessibilidade da pessoa portadora deficiência á educação? As instituições escolares estão prontas para receber-las? Como estão sendo aplicados os recursos nesta finalidade?(Walter)

60%, pelo menos, dos recursos do Fundeb devem ser aplicados com remuneração dos educadores, 40% (ou menos, dependendo do percentual anterior) devem ser aplicados com a manutenção e desenvolvimento da educação conforme artigo 70 da LDB. Significa dizer que a acessibilidade pode ser contemplada neste percentual último acima e as escolas devem se preparar para a integração, uma vez que a inclusão é uma diretriz nacional e portanto devemos também lutar por este direito.

Pergunta: A Lei 11.494/2007 prevê a possibilidade do Conselho do Fundeb ser integrado como câmara do Conselho Municipal de Educação em municípios que o tem. No entanto, o CACS/FUNDEB “parece” não reconhecer os C.M.E. quando o Fundeb o integra como câmara, pois não concebem, por exemplo, que o mandato dos conselheiros seja de 3 (três) anos. Parece que mesmo sendo câmara integrada, o FUNDEB deve funcionar com regras próprias, pois é terminativo. O que fazer? É melhor a existência dos dois conselhos (Educação e Fundeb) funcionando separadamente? Os CME devem “seguir” as regras do “Fundeb” para não serem considerados irregulares? Gostaria de saber sua opinião, orientação. (Solange)

Realmente no art. 37 da Lei 11.494/2007 é facultado o CACS Fundeb integrar o CME e para tanto seguem-se as regras do artigo 24. Nesta hipótese a câmara do CME é o conselho Fundeb que tem “autonomia” para fazer o acompanhamento e controle sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb. Penso que não

há uma maneira melhor se atuar como câmara ou se constituir como um conselho gestor específico. Se houver condições harmônicas de integração do CME com a câmara do FUNDEB, bom. Senão se o conselho do Fundeb se constituir independente, bom também. O importante é que funcione. Em ambas as possibilidades o importante é que o Controle Social seja feito, que os recursos sejam realmente aplicados na educação conforme os demais dispositivos legais. Há ainda um caminho longo a percorrer para a efetivação do controle social do fundeb em ambos os casos. Vamos a Luta !

Pergunta: Qual o órgão que tem o poder de obrigar os Estados e Municípios a aplicar na educação 25% de todos os impostos arrecadados, quando o tribunal de contas é conivente com essa prática e o ministério público engaveta o processo de denúncia? O conselho nacional de educação pode fazer algo? (Maridilva)

A constituição federal de 88 obriga que os municípios apliquem 25% de suas receitas na Educação (art. 212). As contas municipais são aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado ou, quando houver, do município. A obrigação é portanto constitucional e o gestor (Prefeito Municipal e Secretários se coniventes) podem responder (sujeição a processo penal) pelo desvio de verba. Lembro que as denúncias para serem mais eficazes devem ser carreadas de provas, o que muitas vezes não é fácil, mas também não é impossível. A Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza várias consultas como as transferências constitucionais por município. Outros sites também disponibilizam consultas importantes como o da Transparência Brasil. Se for o caso procure reunir provas para demonstrar as autoridades competentes incluindo o ministério público. Se não houver resposta faça como o Oliva de Januária: Encaminhe cópia ao órgão corregedor do Ministério Público e acompanhe.

Pergunta: Peço o seguinte norte: 1) Como agir quando uma vez solicitado a capacitação, esbarra-se na burocracia das agendas; 2) O manual disponível no site do FNDE está desatualizado, só tem disponível o de 2008.(Claudete)

Penso que as agendas governamentais sérias têm no processo de capacitação e formação continuada um de seus pilares. Para uma boa atuação de qualquer conselheiro gestor de políticas públicas é fundamental sua preparação. Neste sentido toda administração pública pode (e deve) prover cursos de capacitação para

conselheiros, uma vez que a motivação está plenamente satisfeita (os atos administrativos precisam ser motivados). A burocracia e os entraves são realmente desestimulantes, porém para pessoas lutadoras e persistentes a perseverança é o melhor caminho. Vá em frente, procure reforços em outras instâncias também como os sindicatos de servidores públicos, de professores e outros que possam ajudar. Também a mídia pode ajudar com exposições de matérias a respeito. Quanto ao Manual disponível no site do FNDE ele ajuda sim. As atualizações legais você pode acompanhar pelo mesmo site que publica os atos relativos ao FUNDEB.

Pergunta: Qual a pena para desvios do Fundeb? O dinheiro do Fundeb pode ser usado para pagamento de funcionário público que não são professores? (Vanderlei)

O desvio de recursos do Fundeb para aplicação em outras áreas pode levar os gestores públicos a penalização que varia de multa, destituição da função pública e até a detenção, todos estão sujeitos ao processo penal. Dependerá da gravidade, da situação, dos fatos que chegarem às instâncias para apuração, bem como das provas disponíveis.

Os 60% (mínimo) da totalidade dos recursos do Fundeb devem ser para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública. Os profissionais da educação são os seguintes: professores, direção ou administração escolar; planejamento; inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Os demais 40% (ou menos dependendo do percentual anterior) podem ser para pagamento dos demais trabalhadores da educação básica (técnicos, administrativos, operacionais, manutenção e limpeza) todos trabalhando na área da educação. Os demais servidores públicos de outras áreas não podem ser custeados com recursos do Fundeb. (Fonte: Manual de Orientação 2008 – Fundeb – site do FNDE).

Vamos a Luta e Avante !

Pergunta: O Fundeb é um instrumento legal para o financiamento da educação. No município do Rio de Janeiro, o ganho do Fundeb vem sendo contabilizado no cálculo dos 25% da MDE. Como coibir esta prática e fazer com que a prefeitura gaste de fato o percentual mínimo de 25% na Educação.(Priscilla)

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Sua questão é bastante interessante. Li em alguma reportagem que o Tribunal de Contas do Estado (ou do Município, não me lembro) do Rio de Janeiro, formulou um parecer que exclui os ganhos relativos às aplicações do Fundeb para o cálculo dos percentual mínimo definido de 60% para remuneração dos profissionais da educação professores, direção ou administração escolar; planejamento; inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Ora, isto é uma jogada técnica que infelizmente está validada, até decisão contrária pelo TCM Rio de Janeiro. Estou convencido que o fortalecimento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é fundamental para coibir práticas como esta, além da força que a sociedade civil organizada tem quando é esclarecida de uma causa e luta por ela.

Vamos a luta !

Pergunta: Poderia clarificar se com o recurso do Fundeb pode ser pago Ticket?
(Evanilda)

Se entendi a pergunta o Ticket (alimentação) não pode ser considerado para parcela dos 60% como remuneração do professor. Veja manual do Fundeb, disponível no site FNDE. Abraço e Avante!

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Painel 5 – O controle social do Bolsa Família

Mediator: Fábio Félix Cunha da Silva – CGU
Secretaria: Ângela Leite

"A Atuação dos Conselhos de Controle Social do Programa Bolsa Família: um Estudo de Caso"

*Mario Vinicius Claussen Spinelli
Controladoria-Geral da União*

Relato de uma pesquisa, estudo de caso, realizada com os Conselhos de Controle Social do Bolsa Família. A apresentação teve o objetivo de debater sobre a participação popular, especificamente os Conselhos do Bolsa Família, e o desempenho institucional, examinando se de fato a participação nos conselhos pode ser capaz de aprimorar a gestão dos recursos públicos. A pesquisa teve uma amostra de 177 municípios abaixo de 20.000 habitantes. Foi feita uma comparação entre a atuação dos Conselhos de controle do Bolsa Família e o desempenho do Programa nestes municípios buscando uma possível relação. Problemas identificados: Conselhos instituídos apenas como uma obrigação legal; e Assimetria informacional entre o conselheiro público (que tem mais informação e tem acesso a decisões do gestor) e o conselheiro indicado pela sociedade civil. Condicionantes que interferem na plena atuação do conselho: o fato do conselho estar subordinado à prefeitura; a tradição participativa da sociedade local; elementos como renda, educação, acesso à informação. Variáveis analisadas na pesquisa: capacidade de gestão do município na Assistência Social; renda, educação e desigualdade; capital social; localização geográfica; atuação dos partidos políticos.

Conclusões:

Atuação dos Conselhos: Grande variação no grau de funcionamento dos Conselhos de Controle Social do Programa Bolsa Família (enquanto existem municípios que sequer os instituíram “de fato”, há casos em que os conselhos desempenham de forma satisfatória suas atribuições em todos os itens avaliados); Em 58% dos casos (103), os conselhos apresentaram desempenho situado em uma faixa intermediária, que variou de baixo a moderado. Apenas 39 conselhos, 22% da amostra, apresentaram

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



desempenho considerado alto e, em 35 municípios, 20% da amostra, os conselhos tiveram desempenho considerado muito baixo, sendo que desses, em 9 localidades (5%, da amostra), os conselhos sequer haviam sido instituídos. Associação significativa entre a atuação dos Conselhos locais e o desempenho dos municípios na gestão do Programa Bolsa Família. Ou seja, em média, onde os conselhos municipais funcionam melhor a gestão do programa apresenta menos impropriedades.

Capacidade de Gestão: Qualquer que seja a capacidade de gestão na área de assistência social, a associação entre a atuação dos Conselhos locais e a regularidade no gerenciamento municipal do Programa Bolsa Família manteve-se em níveis representativos.

Capital social: Em média, nos municípios com maior taxa de votos válidos, a influência do conselho sobre a gestão da política demonstrou-se mais relevante. Menor capital social representa menor capacidade de interferência nos rumos da Política.

Renda: Em média, nos municípios com maiores níveis de renda, a influência do conselho sobre a gestão do Programa Bolsa Família é mais relevante. A Renda é condição não apenas para melhoria do desempenho institucional e do funcionamento dos conselhos, mas também do grau de interferência.

Educação: Em média, nos municípios com maiores níveis de educação, a influência do conselho sobre a gestão do Programa Bolsa Família é mais relevante. A Educação é condição não apenas para melhoria do desempenho institucional e do funcionamento dos conselhos, mas também do grau de interferência.

Desigualdade: À medida que a desigualdade de renda aumenta, o conselho é menos capaz de influenciar a gestão do Programa Bolsa Família. Desigualdade é sinônimo de forte entrave ao capital social.

Conclusões finais

- Funcionamento dos conselhos: longe do ideal (mais da metade dos conselhos tiveram atuação classificada como baixa ou muito baixa).
- Contudo, onde os conselhos atuam de forma mais efetiva, há uma associação significativa entre a sua atuação e o desempenho dos municípios na gestão do Programa Bolsa Família, mesmo ao se controlar uma série de diferentes fatores de

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



ordem estrutural, humana, sócio-econômica e política, que, em tese, poderiam se constituir em hipóteses rivais.

- Nos municípios com maiores indicadores de capital social, humano e econômico, os conselhos, além de atuarem de forma mais efetiva, possuíam uma maior capacidade de interferir nos rumos da política pública estudada.

Embora ainda haja uma enorme distância entre o potencial que os conselhos locais de políticas públicas possuem e a atividade que essas instâncias têm, de fato, desempenhado, observou-se, com base no caso estudado, que a inserção, no cenário político nacional, dos conselhos locais de políticas foi uma importante medida para uma melhor aplicação dos recursos descentralizados, na medida em que tais instâncias possuem potencial para serem, de fato, instrumentos da democracia participativa e podem atuar na prevenção e combate à corrupção.

.....

“Uma gestão ativa de controle social”

*Maria Inês Damasceno da Silva e Daicelma da Silva Fernandes
Conselho Municipal de Controle Social do
Programa Bolsa Família de Boa Vista/RR*

Mesa com presença de duas integrantes, a Maria Inês, presidente do Conselho Municipal e a Daicelma, conselheira e beneficiária do programa.

O Conselho Municipal de Controle Social de Boa Vista foi instituído em 2006, e participou do prêmio de Gestões Inovadoras do Ministério de Desenvolvimento Social, sendo premiado na categoria controle social. Segundo Clarisse Machado – líder da Comissão técnica do Ministério de Desenvolvimento Social, o projeto de Controle Social mostra, na prática, o binômio eficiência-eficácia junto às famílias necessitadas de Boa Vista. “São famílias que têm problemas de toda sorte e que vêm suas dificuldades amenizadas pelas ações do Conselho”, disse, depois de manter contato

Apoio:

Realização:

119

pessoal com várias dessas famílias. Para ela, a experiência vivida em Boa Vista deve servir de exemplo para outros municípios brasileiros.

O Conselho Municipal de Controle Social de Boa Vista tem caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador junto ao Programa Bolsa Família, conforme Lei Municipal nº. 809/2005. Composto por sete representantes do poder público (Secretarias Municipais de Saúde; Educação e Cultura; Desenvolvimento Social e Trabalho; Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas; Planejamento, Finanças e Economia; Gestão Participativa e Cidadania), sete representantes da sociedade civil (Pastoral da Criança; Associação dos Povos Indígenas de Roraima; Conselho Municipal de Saúde (usuário); Federação do Comércio de Roraima; Associação de Pais e Mestres; Conselho Tutelar; Beneficiários do Programa) e por uma Comissão de Beneficiários que entendem e atendem o convite de se somar às ações dos Conselheiros.

Dos representantes do poder público, três atuam efetivamente, duas esporadicamente e duas por muita insistência. Dos representantes da sociedade civil, quatro atuam efetivamente, duas esporadicamente e uma não atua.

Inicialmente, o Conselho exerceu sua prática através de plantões diários revezados por duplas compostas por um representante do poder público e outro da sociedade civil com o objetivo de atender a população, com legitimidade, representatividade, efetividade e eficácia. Posteriormente, o plantão passou a contar com a presença de um conselheiro acompanhado de um membro da diretoria. A gestão do Conselho teve como princípios: Transversalidade e Intersetorialidade; Transparência e Diálogo; e Continuidade e Permanência. Tinha como objetivos: Fiscalizar a formação do capital social na direção de um projeto transformador para o desenvolvimento de programas complementares de inclusão social; Criar a Rede de Controle Social para potencializar os resultados vinculados à implementação das ações do PBF; Mobilizar a confiança da população para o exercício dos direitos e deveres junto ao PBF; Criar instrumentos e mecanismos que efetivem a rede de controle social para o enfrentamento das realidades (é sobre este objetivo que o Conselho está trabalhando atualmente).

No atendimento, é a realidade do fato que orienta o encaminhamento dado pelo Conselho. A meta do conselho era reunir em um ano as Instâncias de Controle

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



120

Social em Rede, tendo como desafio o enfrentamento dos problemas apresentados no dia-a-dia do público alvo.

Atualmente, os princípios da prática participativa do conselho são: Emancipação e Democracia; Tolerância e Respeito: a ação educativa deve promover a reflexão crítica, fortalecer a autonomia, garantir a liberdade de expressão, empoderar os envolvidos para a participação nas decisões políticas, promover o reconhecimento da pluralidade e da diversidade, seja no meio natural ou social (econômico e cultural). Os objetivos são: Identificar o controle social como forma de realocação de prioridades, fiscalização dos gastos públicos e instrumento para potencializar os resultados das políticas públicas; Relacionar as diversas modalidades de participação social, as instâncias institucionalizadas em âmbito municipal, bem como as suas finalidades e formas de funcionamento; Definir formas democráticas e dialógicas nas trocas realizadas entre os atores do processo; Compreender a realidade do público alvo em seus múltiplos sentidos; Abranger a complexidade real dos problemas sociais, com vistas ao seu enfrentamento; Trabalhar para a formação de uma nova consciência sobre a importância do controle social. E a nova meta é reduzir em 30% o número de beneficiários do PBF até 2012, emancipando-os pela educação, informação e capacitação para o mercado, com programas complementares.

A Rede de controle social é formada pelos seguintes atores: Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Tutelar de Boa Vista; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Assistência Social; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública Estadual; Tribunal Estadual de Contas; e a Sociedade Civil Organizada.

Os principais problemas são: a falta de capacitação continuada dos conselheiros; a dependência quanto às condições administrativas, financeiras e técnicas; ausência de esquemas próprios de divulgação e comunicação com a sociedade – a visibilidade e transparência do Conselho; apesar da Lei determinar o caráter deliberativo do Conselho, em geral denota um caráter eminentemente consultivo; na dificuldade e resistência do poder público em permitir a publicização do Estado; na falta de transparência e socialização de informações fundamentais para que os Conselhos exerçam o controle social; na interferência do poder público na indicação

dos representantes e na sensibilização dos atores da sociedade civil; rotatividade de conselheiros; falta de comprometimento, de perfil do indicado, ou medo de perder o emprego, isso dificulta a seqüência das ações.

Os principais avanços e desafios: em relação à autonomia, o Conselho conquistou a infra-estrutura (espaço físico equipado e secretaria executiva) e implementou uma estratégia de articulação e integração. Porém, falta dotação orçamentária e condições de funcionamento autônomo. Em relação à visibilidade, o conselho tem convites para participação em conferências, palestras e ações de mobilização da sociedade. Mas, faltam agendas comuns e fóruns mais amplos, que contribuam para superar a setorização e a fragmentação das políticas públicas. Na articulação, ampliaram os números de denúncias; houve a identificação de famílias em situação de risco social e convites das lideranças para ministrar palestras. Entretanto, falta capacitação e disponibilidade de conselheiros para acompanhar a execução de muitas ações necessárias. Quanto à legitimidade, houve reconhecimento de outros atores sociais quanto à execução do controle social e a busca da sociedade para orientações, solução de problemas e encaminhamentos. Porém, precisa-se mudar a forma de indicação dos representantes, principalmente do Poder Público e aprovar o PL do Conselho.

O maior desafio é potencializar a efetivação da Rede e organizar o primeiro encontro da Rede de Controle Social.

Caminhos apontados: envolvimento do poder público como agente de reinserção, inclusão social e promoção social; políticas públicas pontuais, inclusivas e regionalizadas e não só preventivas; conscientização do papel da sociedade nesse processo de reeducação e inclusão social.

A Daiselma falou de sua experiência enquanto conselheira do Bolsa Família. Relatou o desafio que foi no início, mas disse também da satisfação de ser conselheira, pois a partir disso passou a conhecer seus direitos e cobrar das famílias o exercício.

.....

Apoio:



Realização:



"A sociedade no acompanhamento da gestão pública"

Franco Bernardes
Ministério do Desenvolvimento Social

O palestrante iniciou a fala explicitando a diferença do cadastro único e o Programa Bolsa Família.

Logo em seguida, direcionou a fala ao controle social. De acordo com Franco, o Controle Social pode ser exercido através da intervenção e/ou prevenção. A intervenção é mais atinente ao processo de fiscalização e atua na diminuição do dano ou prevenção de novos danos. Na prevenção há maior interatividade e participação dos atores na solução dos problemas e melhor capacidade de evitar que os "danos" ocorram.

Os objetivos do Controle Social do Programa Bolsa Família são: Acompanhar a gestão e apoio à fiscalização do PBF; Favorecer a participação da sociedade civil no acompanhamento do PBF; Ampliar a transparência das ações locais de gestão do PBF.

O Conselho é permanente, autônomo, paritário e intersetorial.

Na concepção do Programa Bolsa Família, cada localidade resolve que tipo de institucionalidade quer dar à instância do controle social, se constitui um conselho próprio, como no caso de Boa Vista, ou se o conselho de controle do PBF vai estar designado a outro conselho já existente. No país, 56% das instâncias de controle social do Bolsa Família estão designados aos Conselhos Municipais de Assistência Social, 39% constituíram conselhos próprios e 5% estão designados a outros conselhos.

Os conselhos devem atuar para: agir preventivamente e conjuntamente para evitar e solucionar irregularidades; Comunicar e divulgar as regras do PBF; Acompanhar a oferta e acesso aos serviços relacionados ao cumprimento das condicionalidades (educação e saúde e combate ao trabalho infantil); Repercutir as condicionalidades (beneficiários e gestão); Avaliar a aplicação dos recursos repassados pelo MDS por meio do Índice de Gestão Descentralizada - IGD; e acompanhar a atuação do agente local (Caixa Econômica, lotérica, correspondentes bancários).

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



123

A efetividade das instâncias de controle social depende da articulação, interlocução com beneficiários/sociedade, institucionalização, infra-estrutura e capacitação dos conselheiros.

Algumas questões foram lançadas sobre as instâncias de controle social e a fiscalização do PBF: o Cadastro Único e o PBF estão chegando a quem é elegível? As famílias estão cientes dos seus direitos e compromissos? Há oferta de serviços na área de saúde e educação que permitam o cumprimento das condicionalidades pelas famílias? Há ações para as famílias em situação de vulnerabilidades para a geração de oportunidades sociais, econômicas e culturais? Foi apontada a necessidade de averiguação e encaminhamento das denúncias de irregularidades e articulação com a Rede Pública de Fiscalização.

Sobre agenda de fortalecimento institucional das instâncias de controle social foi lançado um questionário sobre a estrutura e funcionamento dessas instâncias de controle social. O decreto de regulamentação da MP 462/09 transforma o índice de gestão descentralizada em recurso obrigatório e prevê que as instâncias de controle social analisarão a prestação de contas desse recurso. Está sendo regulamentada a garantia que parte do recurso do IGD seja disponível para o fortalecimento da instância de controle social. Em relação à ampliação do acesso à informação está sendo desenvolvido um sistema de relacionamento com as instâncias de controle social para 2010 e é preciso disponibilizar as informações dos Indicadores Sociais do Cadastro Único e do Sistema de Condisionalidades por meio da central de sistemas. Em 2010 haverá uma capacitação presencial e a distância em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social.

Finalizando, o expositor faz algumas provocações: Estímulo ao controle social do controle social, uso da tecnologia da informação, da tecnologia da fofoca, da imprensa, das redes e fóruns; O fortalecimento institucional através do compartilhamento de espaços (Ex: Casa de Conselhos); Consolidação e permanência do controle social; Permeabilidade social; Ampliação dos espaços de participação direta dos beneficiários: estratégias de vocalização dos interesses dos beneficiários, audiências públicas, seminários de escuta; Qualificação dos conselhos e conselheiros para dialogar com o poder público (autonomização).

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



124

Existe um observatório de boas práticas na gestão do PBF. O palestrante propõe que a CGU faça algo similar para as práticas que foram apresentadas no Seminário.

:::::::

:: DEBATE

- **Mário Vinicius Claussen Spinelli – Assessor Especial da CGU**

Pergunta

1. *Na sua pesquisa o que foi considerado conselho atuante, ou seja, quais os componentes foram considerados ou atribuições exercidas pelo Conselho do Bolsa Família? (Priscila)*
2. *Como você chegou aos 177 municípios? Quais os critérios de escolha dos municípios para a pesquisa? (Magda Gonçalves)*

Resposta

Com relação à atuação dos conselhos, desenvolvemos um indicador e como tínhamos uma base que já estava estabelecida que era o relatório de fiscalização da equipe de campo da CGU, tínhamos que trabalhar com os dados já disponibilizados. E o fiscal da CGU quando examina atuação do conselho verifica alguns aspectos que vão desde a parte da formalização do conselho. Então este foi um dos aspectos considerados, se o conselho estava adequadamente constituído, se era paritário, avaliamos também a periodicidade das reuniões realizadas. Na parte da atuação, avaliamos se o conselho avaliava o controle das condicionalidades, se os conselheiros eram capacitados, se tinham acesso às informações. Em resumo, eram os dados que os fiscais da CGU registravam em um questionário padronizado quando vão fiscalizar a atuação dos conselhos.

Com relação à seleção dos municípios utilizamos os municípios sorteados em três edições do processo de sorteio. Por que especificamente três? Porque nestes o questionário utilizado estava padronizado, então poderíamos comparar

Apoio:



Realização:



**Controladoria-Geral
da União**



125

adequadamente os dados em cada um deles. Nas outras edições havia uma ou outra mudança que impedia que a comparação fosse feita de forma efetiva.

- **Maria Inês Damaceno da Silva – Conselho Municipal de Controle Social do PBF de Boa Vista/RR**

Pergunta

1. *Hoje quais são as iniciativas para a geração de renda no incentivo à emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família? Como o Conselho atua nesse sentido? (Rita de Cássia)*
2. *Quantas pessoas conseguiram se desligar do Programa e alcançaram autonomia econômica? (Maria Paula Aparecida)*

Resposta

Em relação à pergunta, temos muita dificuldade de termos em mãos dados da gestão e esse é um dado que a gente insistiu antes de vir para cá e até o momento de eu sair de lá, não me foi concedido e, como muitas outras informações, são difíceis de obter. Nós só temos um Programa complementar que se chama Doce Maria e a base de inclusão nele não é ser beneficiário, é estar cadastrado no CADÚnico que são famílias de até 3 salários mínimos. Então, na verdade vou ficar sem respostas, mas vou insistir muito mais para que eu tenha essas informações para passar para quem solicitou.

Há uma pergunta que gostaria muito de responder, a questão do IGD: o que pode e o que não pode. Como vocês viram o município é pobre com uma população muito pobre. Na verdade, programas de transferência de renda são fundamentais para que famílias possam se manter dentro de um padrão de vida possível. Temos duas áreas de livre comércio no Estado, mas nenhuma está de fato implementada como elemento de construção de vida. A grande maioria trabalha de "bico" se não for servidor público. O nosso comércio é escasso, pequeno, é complicado. Hoje a gente conseguiu grandes progressos no sentido da educação, temos uma sociedade bem mais instruída e a tendência é melhorar.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



126

Quanto a essa questão do IGD, tivemos que remetê-lo porque não tínhamos condições para o programa acontecer, pois não tínhamos nada. Então os primeiros repasses foram para resolver essa situação, o prédio era um espaço improvisado. Hoje a secretaria está em condições viáveis de atendimento, por isso a improvisação da lona de atendimento. Era necessário construir um espaço digno para que pudéssemos atender o beneficiário. A nossa prioridade hoje é que esse dinheiro seja aplicado em programas complementares, assim teremos um número muito significativo de pessoas que saíram das condições em que se encontram hoje.

Incentivamos a constituição de associações de trabalho, temos outro projeto que iremos apresentar que é o de transformar associações de bairro em associações que podem concorrer em licitações e para isso estamos vendo os meios legais. Então quando houver uma obra de asfaltamento, temos profissionais diversos para que possamos contemplar a participação das associações de bairro. Estamos estudando essa possibilidade, mas é um desafio realmente mudar a qualidade de vida e a condição socioeconômica dessas famílias.

- **Franco Bernardes – Ministério do Desenvolvimento Social**

Pergunta

1. *Se o cadastro único trabalha a questão do salário, do recurso financeiro como patamar para atendimento por que é oferecida aos municípios uma determinada cota e por que não são todas atendidas? (Roseli)*
2. *Se grande parte da população depende do Bolsa Família, o que tem sido feito para que isso diminua com o tempo?(PNI)*

Resposta

O nosso desafio maior está exatamente onde as pessoas mais precisam, falo especificamente do controle social e política social, então nesses estudos vimos que o controle funciona bem nos municípios onde os indicadores estão melhores e onde estão piores o controle social funciona mal. Temos um desafio, o foco é a vulnerabilidade, são os que mais precisam.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



O cadastro único é uma referência, mas você tem um patamar de renda para o cadastro único que vai servir para a gestão pública de políticas sociais e você tem um patamar de inclusão no bolsa família. Então, para estar no bolsa família hoje, a família precisa ter uma renda per capita de até R\$140,00, esse é o critério. Bem, e por que essa linha de corte? Em primeiro lugar, foi em função das estimativas orçamentárias e dos estudos de pobreza em relação a isso. Acabamos de fazer um mapa junto com o IBGE, aliás um remapeamento da pobreza no Brasil, porque a gente está expandido o programa que deve estar até o final do ano em 12 milhões de famílias beneficiárias e ano que vem devemos chegar perto dos 13 milhões. Esse processo de expansão, vem ao encontro das demandas locais reveladas pelo cadastro único, pois muitas vezes o Censo do IBGE não aponta de modo tão imediato a situação. Trabalhamos com os dados oficiais do IBGE, mas obviamente o cadastro tem um dado de realidade que nos permite ajustar essas estimativas, quando você percebe que tem mais famílias e muitas delas cadastradas com o perfil do Bolsa Família, mas que não são atendidas.

Tento responder a segunda pergunta, por quê as cotas? São em função exatamente dessas estimativas, ou seja, qual a minha estimativa no país de uma população com renda abaixo de R\$140,00? Então nossas estimativas estão dando cerca de 13 milhões de famílias. E quanto cabe a cada município? Precisamos territorializar essas estimativas e daí gerar essas cotas. A gente precisa ter princípios claramente estabelecidos para repercutir na gestão local, estadual e federal.

Quanto à questão do que se faz para diminuir o número de pessoas atendidas pelo Programa, o Bolsa Família trabalha em três dimensões: o alívio imediato da pobreza por meio da transferência de renda; a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza com as condicionalidades de educação e saúde para que filho de pobre não continue sendo pobre no futuro e; na terceira dimensão trabalhamos na ampliação da capacidade de melhoria das famílias em todos os aspectos de vulnerabilidade. Temos uma forte parceira com o Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, na alfabetização de jovens e adultos beneficiários do Bolsa Família. Outro exemplo é o Programa Próximo Passo, no campo da geração de emprego e renda, fizemos uma parceria com o Ministério do Trabalho específica para beneficiários do Bolsa Família no sentido da qualificação e do incentivo profissional. A gente tem um déficit de mão de obra,

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



128

especialmente na área da construção civil e turismo e fizemos uma parceria para qualificação profissional de cerca de 300 mil beneficiários e com o compromisso das empresas de inserção mínima de 30%. Esse Programa está restrito a capitais e regiões metropolitanas por conta dos investimentos do PAC.

[Perguntas por e-mail]

- **Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania – IDC**

Pergunta 1 - Boa Vista tem Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional? E o de Desenvolvimento Rural Sustentável? (Aldenora Pereira da Silva)

Aldenora, não tenho qualquer conhecimento sobre a existência desses dois conselhos no município. O de segurança existe em âmbito Estadual. Espero continuar nos correspondendo.

Pergunta 2 - Estamos em uma cidade do interior de Goiás “Jataí” gostaríamos de saber no que realmente podemos gastar a verba do IGD, e no que podemos fazer com essa verba para articular o conselho do controle social? (Ana Paula de Oliveira Gonçalves)

Ana, desde que seja para dar condições para o melhor desempenho do Programa no município, a gestão decide com o que gastar e, se estiver respaldada pelo conselho é melhor.

Tem a Portaria 148, de 27/04/2006 que dá instrução sobre esse desembolso no site do MDS, em INFORMES, se não me engano é o de nº 173, 19 de maio de 2009. Verifique.

Em caso de dúvida, entre em contato direto com a SENARC – Sec. Nacional de Renda e Cidadania, do MDS.

Pergunta 3 - Fale um pouco da sua experiência na formação da Rede de controle social. (Antonio Marques Moza)

A proposta da Rede tem o propósito tem o propósito de atender e colaborar com um atendimento ao indivíduo em suas necessidades de superação, e não só em

Apoio:



Realização:

um fato. Dou-te como exemplo uma situação: Uma beneficiária nos procurou para informar que o seu benefício foi bloqueado pelo não cumprimento da condicionalidade educação (filho, em idade escolar fora da escola), ela disse que a filha não queria mais ir à escola, pois tinha vergonha de sua gordura. Fomos fazer uma visita a esta família e verificamos que a jovem de 15 anos estava com mais de cem quilos e isso era motivo de "brincadeiras" entre os colegas, deixando-a constrangida. Reunimos toda a família e conversamos sobre o que eles podiam ajudar, propusemos que a cada dia um a acompanhasse em uma caminhada, não levassem para dentro de casa alimentos e guloseimas que fossem prejudiciais para ela, etc., tudo em nome do amor. Entramos em contato com o Conselho de Saúde e o conselheiro se dispôs a agendar uma consulta com a nutricionista e um endocrinologista. Entramos em contato com o Conselho de Educação, que nos informou que nesses caos a escola vai à casa do aluno, pois o mesmo está deficiente temporário. Solicitamos, via encaminhamento e relatório de visita domiciliar, que a gestão desbloqueasse o benefício, por se tratar de uma questão especial.

Neste momento estamos em fase de rever se as solicitações foram atendidas.

Nossa maior dificuldade é que os conselhos ainda não agem junto conosco. Eles somente orientam os caminhos, por isso o nosso passo seguinte é organizar o encontro da rede.

Pergunta 4 - O Conselho já manteve contato com a rede fiscalizadora do Programa Bolsa Família, que é constituída pela CGU-TCU-MPF-MPE, e com a Caixa Econômica Federal, para apoarem o Conselho na gestão do programa? (Carlos José Cavalcante de Lima)

Carlos, ainda não, o contato direto com esses órgão, creio que é realizado pela MDS/SENARC. A partir de sua sugestão vamos pensar de que maneira vamos fazer este contato.

Creio que neste Seminário, com esses entes presente, eles possam construir melhor esta ponte de acesso.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



130

Pergunta 5 - Parabéns pela palestra! Quais as principais dificuldades enfrentadas por vocês para fortalecer a rede de controle social, e em que a CGU em Roraima pode ajudar no trabalho de vocês? (Celso Duarte de Souza Júnior –CGU/RR)

Celso, agradecemos imensamente. Como a CGU/RR estava presente no evento, agora é mais fácil na cooperação neste fortalecimento. Assim que retornarmos e dispormos de um tempo é fundamental uma conversa mais estreita e pontual sobre esta ajuda.

Temos muitas dúvidas sobre os gastos propostos pela gestão do Programa com os valores do IGD.

Pergunta 6 - Meu Deus! Isso que é transparência. Estarrecido de conhecer esses números de pessoas que vivem à custa do governo. Entendo temeroso e porque não dizer lamentável. Trabalho! trabalho! Para esse povo. Poxa, quanto tempo levará, quanto, para alguém descobrir que é através do trabalho que o povo de RR encontrará o caminho da dignidade. A CGU precisa de um conselho para saber o que está acontecendo lá em Roraima? (Cirço José Ferreira)

Cirço, concordamos com você, mas temos que verificar que existem limitações e, programas como esse precisam existir. O que este Conselho pensa a este respeito é que esses benefício deveria ter tempo definido; que os municípios teriam que se comprometer, que após determinado período do beneficiamento desenvolver políticas e programas de promoção e emancipação dessa família; e que essa ação pontual fosse elemento de contribuição financeira para o município que assim o fizesse. É claro que como sonhar não custa nada, estamos neste sonho, mas também sabemos que isso depende da compreensão e esforços de muitos.

Pergunta 7 - Nas comunidades indígenas o Programa tem ajudado muito, mas tem seus efeitos colaterais-negativos. Não seriam muito mais importante investimentos em massa em ações e projetos estruturantes, associando auto-sustentabilidades; aldeia com terras produtivas, otimizando a força do trabalho e autonomia? (Fernando da Silva Souza)

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



131

Claro, isso é o ideal e, isso deveria ser da atuação da FUNAI e demais órgãos ligados a esses povos, mas o que vemos é índio indo para a cidade por várias razões, entre essas a falta de condições de vida na aldeia.

O que podemos fazer para mudar esta situação?

Pergunta 8 - Para fazer jus ao Programa é necessário preencher o Cadastro que exige documentação. Como garantir o Programa àquelas famílias que não tem nenhuma documentação, tais como populações indígenas? (Não falam português, possuem grande nº de filhos, estão concentradas em pequenas áreas) (Fernando da Silva Souza)

Fernando, aqui em Boa Vista a integração das comunidades indígenas se fez com a parceria da FUNASA e a gestão do Programa e a CAIXA, que foram ao encontro deles e com a ajuda dos TUXAUAS, foi feito os cadastros e a CAIXA estabeleceu uma forma de pagamento. A documentação foi a declaração da FUNASA. Quem estava no perfil estabelecido foi beneficiado. As Atualizações e inclusão de outras famílias são feitas nas comunidades, mas muitos tuxauas e índios procuram a sede do município.

Pergunta 9 - Você e seu grupo são exemplo que nos comove. "As palavras avisam, e os exemplos arrastam". Nas cidades pequeninas a proporção de pessoas que "deveria" participar do Bolsa Família talvez seja maior em relação à população total; entretanto o maior DESAFIO é formar a REDE por falta de atores que SE valorizem para a participação no CONSELHO. Além dos entraves no próprio governo (que considera seu "direito" de controlar tudo) há entraves na própria comunidade que, (em cidades pequenas) se vê reprimida pelo desconhecimento e, especialmente pelo fator de ACREDITAR que não lhe compete fazer. As cidades pequenas PRECISAM de uma maior participação do ESTADO para capacitação continuada. (Geralda Felix)

Geralda, muito obrigada, os resultados positivos nos comovem muito mais. Com certeza, você tem razão, mas o Estado também é a sociedade que o compõe, por isso creio que despertar e fortalecer a consciência para a importância do controle social, dentro da proposta de uma democracia participativa é de fundamental importância e dever de cada um de nós que já está neste estágio de consciência.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



132

Pergunta 10 - Tendo em vista o grande número de famílias que recebem o Bolsa Família, principalmente em regiões mais vulneráveis, gostaria de saber se a participação efetiva do Conselho conseguiu diminuir o número de famílias beneficiárias através de um trabalho para promoção, emancipação delas, ou se há pesquisa nestes casos? O programa tem sido só para atender o leque que a família seja protagonista de sua própria história, ou isso não consegue ser alcançado? (Ivani)

Ivanize, até o momento a ação do Conselho não alcançou o objetivo de contribuir para a diminuição de famílias beneficiárias, estamos na fase de orientar e defender os direitos desse público. O protagonismo da nossa prática ainda está em exercício para alcançar resultados de libertação dos repasses e atingir a inclusão no mercado, mas isso depende do comprometimento de outros atores.

Pergunta 11 - Especialmente o que tem sido feito na sua região para preparar o beneficiário para o mercado do trabalho? (João Jorge de Abreu)

João, a gestão do PBF de Boa Vista é de excelência no atendimento, cadastramento e no acompanhamento dessas famílias, justiça seja feita, mas com certeza precisa melhorar em muitos aspectos, principalmente em execução de programas complementares. Aqui é realizado o Programa "Doce Maria", mas esse não trabalha com os beneficiários, ele atende os cadastrados no CadÚnico que estão trabalhando como domésticas, o objetivo é capacitar-las para um estágio de governanta e prepará-las para um serviço de excelência nessa área. Muitas dessas são beneficiárias, mas não tenho informações de quantas atingiram o estágio de se libertar do Programa e terem autonomia no mercado.

Pergunta 12 - Como é isso um conselho participando dentro de outro conselho. Simplifique o funcionamento da Rede. (José Geraldo Faria)

José, nós temos um problema quando da elaboração da Lei que criou o Conselho, nela está previsto a participação de outros conselhos na estrutura do nosso, isso está criando muitos problemas. Por exemplo, o Conselho Tutelar não pode acompanhar a nossa dinâmica de plantões diários, então está fora dos plantões, ele só pode atuar como REDE. Encaminhamos um PL para alteração, mas estamos tendo

dificuldades de compreensão da Procuradoria do Município, eles não se sentem a vontade com a nossa intervenção.

Quanto ao funcionamento da REDE creio que a sua resposta já está contemplada nesta lista, do contrário nos solicite mais detalhes.

Estou buscando orientação junto a SENARC, na pessoa do Sr. Franco, que representou o MDS, como palestrante, para uma ajuda jurídica. Entregamos uma cópia do PL para ele.

Pergunta 13 – Quero parabenizar a palestrante por trazer a voz de uma beneficiária para esta plenária dando vida, discernimento e consciência de quem faz a transformação na ponta. O grande desafio do controle social é a construção do antagonismo comunitário. (Liliana de Mello Leite)

Liliana, só temos a agradecer e solicitar a sua colaboração para que possamos continuar este enfrentamento. Às vezes o exercício cansa e quando somados tudo é mais leve.

Pergunta 14 - A apresentação, dada a sua completude e abordagem, será disponibilizada aos participantes? (Luis Alberto)

Luisa, sim, fomos informadas que todas a apresentação estarão disponíveis no site da CGU. Conto com a sua ajuda.

Pergunta 15 - O Programa Bolsa Família contribui com a autonomia do sujeito? Se sim, como? Se não, por quê? (Maria Aparecida)

Aparecida, não deixamos de ser autônomos quando podemos comprar alguma coisa que nos seja útil e necessária naquele momento e, se este benefício nos favorece a isso, temos alguma autonomia. Mas se a relação de dependência é de ser um beneficiário, quando posso ser um trabalhador, de fato, isso não contribui para a autonomia do sujeito.

É a velha questão: Precisamos de políticas de Estado e não de Políticas de Governos, mas sem nos furtarmos de fazer controle social sobre uma e a outra.

Pergunta 16 - Como ficou definida a divisão entre o Conselho e o Cadastro Único? Qual o papel de cada um? (Maria Cristina Ramanelli)

Apoio:



Realização:



134

Cristina, o Cadastro Único do Governo Federal é a ferramenta que detém os dados e informações sobre as famílias, para que esse Governo possa direcioná-las para os seus diversos Programas e, para estar cadastrado é necessário que se obedeça a um perfil sócio-econômico exigido; hoje de até 3 salários mínimos.

O Papel do Conselho é dinamizar esse cadastro e ajudar na fiscalização da consistência dessa informações.

Pergunta 17 - Como é feita a dinâmica realizada com essa rede social de forma que as discussões sejam permanentes? (Mariana Finimundy)

Mariana, como apresentei, esse agora é o nosso novo desafio, o fortalecimento da REDE, e isso vai dar início com a realização do I Encontro e a construção de uma agenda comum.

Sua contribuição com idéias é importante para nós.

Pergunta 18 - Que argumentos corretos você tem para demonstrar que o PBF não é um programa puramente assistencialista, em Roraima? (Oswaldo Calzavone)

Oswaldo, temos o menor PIB do país, que se refere no contracheque do serviço público; um comércio que tem como concorrente dois países fronteiriços, Venezuela e Guiana, com mercadorias diversas, de fácil acesso, de baixo custo, além de ser de várias procedências cobiçadas, encarecendo o mercado local. Isso dificulta o crescimento do mercado e de empregos. Neste momento o PBF é um programa de assistência.

O ideal era reverter este repasse em favorecimento de política pública de capacitação e inclusão no mercado de trabalho, mas CADÊ O MERCADO?

Pergunta 19 - Entre os atores parceiros da Rede, não foi mencionada a Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa. Ainda assim o Conselho já buscou propor leis municipais/estaduais para promover inclusão social, melhoria na educação e, assim alcançar sua meta de redução de beneficiários do PBF? Se não, há motivo para isso? (Priscila – DF)

Priscila, entendemos que os Conselhos de Controle Social são instâncias que devem trabalhar junto com os parlamentares e o executivo, mas infelizmente esse não

Apoio:



Realização:



**Controladoria-Geral
da União**



é o pensamento desses entes federados. O que entendemos e tentamos trabalhar é desenvolver uma REDE fortemente comprometida para este enfrentamento e, a partir daí, também fazer pressão junto a esses, para que em conjunto elaborar projetos que traduzam a necessidade da sociedade.

Não sei se isso vai ser possível, mas sei que precisamos experimentar.

A inclusão desses atores na REDE é muito importante.

Pergunta 20 - Gostaria de saber se, inicialmente houve resistência ou algum tipo de dificuldades quanto à participação da população sobre assuntos relacionados ao PBF e CMAS? (Raquel Faria)

As resistências são inerentes ao ser humano, e lógico que aconteceu, principalmente quanto ao cumprimento das normas do PBF e as estratégias da gestão para favorecer o seu cumprimento, mas exclusivamente, por alguns imaginarem que os governos tem a obrigação de mantê-los. Ganhar por ganhar. É aí que o nosso trabalho deve ser eficaz e efetivo.

Se a população compreender que o melhor é ter condições e mercado de trabalho; portanto emprego; ela não se furtará a essa escolha.

As dificuldades são constantes quanto a compreensão do PBF.

Pergunta 21 - Gostaria que nos esclarecesse sobre a utilização do IGD para a construção da sede do PBF. Qual o amparo legal? (Sávia Maria Gomes F. Cezar)

Sávia, o IGD é devido pelo índice do cumprimento das condicionalidades (saúde e educação), portanto, fruto de um trabalho já executado pelo município, já foi prestado conta deste repasse. Se o município entender que para melhorar a condição de atendimento do Programa é necessário a construção de espaços, isso é uma decisão dele, em Boa vista somos consultados e decidimos juntos quanto a essa construção, o trabalho era realizado de forma improvisada e em local inapropriado. Além da construção do prédio concordamos que a compra de equipamentos de informática, móveis e veículos, eram necessários para o bom desempenho do Programa junto ao público alvo e, também aos servidores que atuam para que o PBF aconteça no

município. A auto-estima e as condições de trabalho são fundamentais. Aqui não se trata de privilégios ou abuso, mas de necessidade comprovada.

O certo ou errado não deve ser atribuído a QUEM, mas sim ao O QUÊ está certo ou errado.

Neste caso o certo é dar condições dignas para o trabalho e o que deveria ser feito foi fundamental para isso.

Pergunta 22 - A meta de reduzir os beneficiários do Bolsa Família é de grande importância, uma vez que ajuda as famílias a serem auto-sustentáveis, sem a dependência do Estado. Gostaria de saber quais as ações previstas para alcançar esta meta? (Vando Vieira)

Vando, primeiro é levar a informação, reunindo esse público e a sociedade organizada, isso pode ser feito com palestras, oficinas e também em encontros já existentes como os Fóruns já estabelecidos. Depois é convencer e incluir este público em programas de educação, como "O Brasil Alfabetizado", EJA, etc., observando que esta atuação também passa pela mudança e melhoria do ensino, do corpo docente e capacitação dos servidores da educação, para atingirmos a sua qualidade.

Com educação de qualidade o mercado se abre para este público. UTOPIA? mas claro que tem que ser!

Pergunta 23 - A gentileza de enviar o material, pois ainda não temos esse conselho no meu município. (Yara Leeoni – Guarujá-SP Secretaria de Assistência Social)

Yara, fomos informados que todo o material apresentado estará disponibilizado no site da CGU, mas mesmo assim enviarei em anexo.

Apoio:



Realização:



:: CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Mário Vinicius Claussen Spinelli – Assessor Especial da CGU**

É um enorme prazer participar desse encontro e dessa mesa.

- **Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania – IDC**

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para responder outras perguntas, mas não poderia sair daqui sem dizer que a gestão do programa em Boa Vista é uma gestão de excelência, o grupo que se constitui é extremamente qualificado por isso o programa funciona bem.

Gostaria de agradecer muito e me desculpar por alguns manifestos pessoais, mas eu entendi que eles são relevantes porque isso denota o custo que temos que pagar para construir os sonhos da gente.

Um bom dia e muito obrigada.

- **Franco Bernardes – Ministério do Desenvolvimento Social**

Eu só tenho a agradecer pelo aprendizado. Estava comentando com algumas pessoas da minha equipe que talvez até pela premência de refletir sobre essa apresentação de hoje, trouxe muitas questões de trabalho e obviamente a responsabilidade associada a isso que temos que assumir e, quando eu ouço esse relato de Boa Vista, isso nos dá energia a mais para tratar desse tema e na crença correta que é de efetivar esse espaço como espaço da sociedade civil que por sinal é o objetivo desse seminário que se está cumprido com muito sucesso.

Agradeço a todos pelo aprendizado e mais uma vez me colocar à disposição para respostas e dúvidas. Muito obrigado.

Apoio:



Realização:



Painel 6 – O controle social dos gastos públicos

Mediator: Mário Vinícius Claussen Spinelli – CGU
Secretário: Ângela Leite Menezes – CGU

"A formação de lideranças sociais para o monitoramento e controle do orçamento público"

Eliana Magalhães Graça
INESC

A expositora iniciou apresentando o INESC, uma organização não-governamental fundada em 1979 por uma exilada política, a Bizé, com o objetivo de batalhar pela anistia, pelo retorno dos exilados e pela liberdade dos presos políticos. Incluiu na sua pauta, a partir de 91, a questão orçamentária, porque esteve muito forte no processo da constituinte onde a cidadania conquistou muitos espaços, portanto a sociedade organizada tem que entender das finanças e orçamento. O INESC se colocou nesse trabalho de decodificar essa linguagem do orçamento para outras organizações sociais e para a sociedade com o objetivo político de interferir nas políticas.

Nesse sentido, o INESC inicia o processo e produz textos, manuais, pesquisas, análises e leva aos movimentos sociais discutindo uma estratégia política de interferir nesse processo. Isso significava dar mais poder aos movimentos e as organizações, na medida em que eles eram informados, objetivando, no fim de tudo, o processo democrático.

A partir de 2003 o INESC começa a trabalhar num processo mais dialógico nos processos de formação das lideranças sobre os orçamentos federais, estaduais e municipais. A metodologia de trabalho ia além de repassar a gramática do orçamento, era alicerçada na pedagogia dialógica de troca de saberes.

Um outro grande desafio é o compromisso político que o INESC tinha que ter com as lideranças e organizações, na medida que mexer no orçamento era mexer nas estruturas de poder. Assim, houve processos complicados de lideranças que passaram pelo processo de formação e solicitaram a peça orçamentária da aprovação dos

Apoio:



Realização:



**Controladoria-Geral
da União**



139

recursos dos seus municípios e isto foi motivo de muita disputa e até ameaças de morte.

Pra facilitar a transferência de conteúdo, o INESC elaborou a cartilha “Orçamento Público ao seu alcance”.

Outro ponto fundamental para o INESC é o controle social, entendido como um controle democrático. Para isso é preciso pensar formas em que o Controle Social tenha autonomia e independência. Pensando que o controle social não se resume aos conselhos, ele é exercido também de outras formas e estruturas sociais. São cidadãos e cidadãs que cada vez mais se empoderam e querem intervir, discutir, participar desse jogo político.

Por fim, a expositora relatou que o exercício desse controle social, nessa concepção mais ampla, só se efetiva na medida em que existem dados, transparência e informações disponíveis e compreensíveis; além de canais concretos de participação na gestão do estado.

.....

“A participação da sociedade no processo orçamentário público”

*Ana Nery
Fórum Brasil do Orçamento*

A expositora iniciou apresentando o Fórum Brasil do Orçamento que é uma articulação composta por 47 organizações da sociedade civil, não tem personalidade jurídica, é apartidária e vem atuando desde 2002 na defesa e garantia da aplicação dos recursos públicos nas políticas sociais através da análise, do monitoramento e da criação de mecanismo de democratização do orçamento público federal.

Os objetivos do fórum são: Atuar na formulação e controle do orçamento federal; Buscar a transparência, a clareza e a objetividade das informações

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



140

orçamentárias; defender e facilitar a ampla participação da população na definição e controle do orçamento público; e buscar a reformulação e democratização do processo orçamentário e de suas instâncias decisórias.

O Fórum atinge seus objetivos através de duas iniciativas: fazendo e propondo diretamente ou apoiando outras iniciativas (como exemplos: o apoio da Reforma Política e da criação do fórum nacional de participação do orçamento público).

Como iniciativa do Fórum, está sendo elaborada uma análise do projeto de lei orçamentária para 2010 com a intenção de colocar a importância da participação no processo, apresentar emendas para o orçamento, e apresentar o resultado deste documento num café da manhã no Congresso Nacional. Nestes estudos, uma preocupação do Fórum é identificar no orçamento qual o investimento do governo nesses processos de participação, fiscalização controle. Infelizmente isto ainda não é possível porque a estrutura que organiza o orçamento é de 64.

Outra iniciativa é o projeto de lei de exigência da mudança da lei de responsabilidade fiscal social que está tramitando no Congresso Nacional e exige também a inclusão de um capítulo designado “sistema público de monitoramento da gestão fiscal e social”. A apresentação de projeto se deu a partir da constatação que existe uma preocupação do governo em controlar a aplicação dos recursos a partir de uma perspectiva fiscal, mas não existe o mesmo envolvimento quando se tratava do cumprimento das questões sociais. Esse sistema de monitoramento tem como princípios o empoderamento social; o desenvolvimento sustentável; o combate as desigualdades sociais e regionais; a participação e controle social; e a transparência e clareza das informações.

Para o Fórum Brasil Orçamento, discutir a participação da sociedade civil implica em discutir o fortalecimento da democracia participativa. Esse movimento é urgente porque tem gente morrendo ou sendo criminalizado por querer exercer seu direito de participar. E quanto mais gente tiver nesse movimento, exercendo seu direito, menos riscos correremos.

As iniciativas de participação da sociedade ainda não foram colocadas em prática pelo governo como questões estruturantes. Isso exige formação e educação,

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



141

campanhas de participação, a discussão de um fundo de universalização do sistema de participação.

Para finalizar a palestrante expõe duas questões: o fortalecimento dos conselhos na perspectiva do cumprimento das suas atribuições em relação à execução orçamentária; e o aperfeiçoamento dos mecanismos de exigibilidade de funcionamento dos instrumentos de democracia participativa.

.....

"Implantação de processos de fiscalização dos gastos públicos pela sociedade: os Observatórios Sociais"

*Roni Enara
Instituto da Cidadania Fiscal*

O Instituto da Cidadania Fiscal é o órgão gestor da Rede de Observatórios Sociais.

Nasceu em função do movimento pela cidadania fiscal em Maringá, em 2002, a partir da indignação dos empresários e de representantes de vários segmentos com a alta carga tributária no Brasil e a baixa qualidade dos benefícios oferecidos à população. Além disso, Maringá foi assaltada em 2002, numa ação de corrupção do prefeito e o secretário da Fazenda que levaram 100 milhões de reais. Houve uma ação conjunta da Polícia Federal e a Receita Federal, como resultado, o secretário ficou preso 6 anos o prefeito foi cassado. Mas só retornaram 1.600.000 em forma de máquinas agrícolas. Com isso, percebeu-se que era preciso fazer algo mais. Precisava-se atuar preventivamente.

A missão do Movimento é despertar o espírito de cidadania fiscal pró-ativa, via a sociedade organizada, em cada cidadão, tornando-o atuante, na vigilância social em sua comunidade. A visão é toda a sociedade brasileira consciente de seus deveres e

Apoio:



Realização:



142

direitos como contribuintes e cidadãos praticando a vigilância social, podendo então assegurar a justiça social.

O objetivo geral é conscientizar a comunidade sobre a importância social dos tributos e para a construção da verdadeira justiça social e dotá-la de instrumentos capazes de assegurar a vigilância social da aplicação dos recursos públicos.

A partir dos resultados obtidos em Maringá, o Instituto de Cidadania Fiscal desenvolve um modelo padrão de Observatórios Sociais e tem consolidado a rede de Observatórios Sociais no território nacional.

A missão do Instituto de Cidadania Fiscal é estimular as cidades a criarem o seu próprio observatório social, dotando-as com uma metodologia padronizada e integrada em Rede.

O Instituto identifica municípios que têm interesse na instalação de Observatório Social; Capacita a equipe técnica e fornece suporte à gestão dos Observatórios locais; Monitora as ações dos Observatórios locais e emite certificado anual de validação; Elabora e distribui macro-indicadores; Formata programas e projetos; Padroniza as ações dos observatórios sociais; Faz gestão do software e mantém bancos de dados; Organiza eventos regionais e nacionais.

O Instituto tem um sistema de cadastro de monitoramento das licitações. O sistema registra todos os dados de cada edital. As empresas fornecedoras também são cadastradas, de forma que cada edital que é cadastrado, é enviado um email para todas as empresas daquele ramo de atividades, aumentando a concorrência, diminuindo o preço ou evitando qualquer tipo de fraude. O sistema possibilita ainda identificar irregularidades nos editais, como base de preços superfaturados, e corrigir esses erros. O Instituto tem ainda um sistema de agenda mensal ou semanal de licitações.

A expositora apresentou o cenário da rede de ICF de Observatórios Sociais no país, mostrando os municípios em que está funcionando, os que estão em fase de instalação e aqueles que ainda estão na sensibilização.

Através dos Observatórios Sociais, o ICF pode atuar: no monitoramento sistemático de todas as licitações do município e dos processos de desvio de recursos públicos; para a transparência na qualidade da aplicação dos recursos públicos; em

Apoio:



Realização:



tempo real, durante a vigência de cada gestão e no varejo das ações dos municípios; à frente do problema prevendo possíveis irregularidades; no dia-a-dia do município, em ações pontuais; em nível nacional com profundidade local.

Estas ações compõem o programa “Qualidade na aplicação dos recursos públicos”. O segundo programa, “Semeando a cidadania Fiscal” trabalha com a educação fiscal em parceria com as receitas federal e estaduais. O terceiro programa, “Dinamizando a cidadania fiscal” tem duas propostas: a potencialização dos conselhos municipais e capacitação de micro e pequenas empresas. No último programa, “Semana de prestação de contas quadrimestral”, na semana que o prefeito presta conta o Observatório Social também presta conta de suas ações e de seus recursos, além de convidar os representantes eleitos a apresentarem suas ações e contas realizadas.

Foram apresentados os primeiros resultados da rede de Observatórios Sociais: economia no primeiro quadrimestre de 2009 na Rede ICF de mais de 8 milhões!

Finalizando, foi exibido o hino da cidadania.

.....

::DEBATE

Eliana Magalhães Graça – Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC

Pergunta

- 1. A implantação efetiva do orçamento participativo seria uma ferramenta capaz de contribuir no melhor entendimento da população em relação ao orçamento todo? (Priscila)*

Resposta

A experiência que nós temos em vários municípios em orçamento participativo é bastante importante. Não vejo nenhum problema, inclusive da ampliação daquilo que

Apoio:



Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



seja discutido porque o orçamento participativo ficou restrito a algumas parcelas do orçamento público dos municípios e não abrangeu todas as questões pertinentes ao orçamento, mas é um processo de capacitação da própria comunidade envolvida no processo. Acho excelente e pode dar ótimos resultados, desde que tenha esse objetivo também, de estar ampliando e capacitando na discussão do orçamento.

Gostaria de dizer que gostei muito de estar aqui com vocês e parabenizar a CGU pela iniciativa e quero dizer que a Controladoria cumpre um papel não só com esse seminário, mas principalmente com o compromisso que ela demonstra publicamente com a questão da transparência. Isso deve ser colocado e, inclusive o site da CGU é um dos amigáveis que a gente tem, onde conseguimos obter boa parte das informações com as quais a gente trabalha. Agradecemos o convite. Gostaria de dizer que o INESC está à disposição para qualquer questão e quero parabenizar essa platéia maravilhosa. Boa tarde para todos.

Ana Nery – Fórum Brasil do Orçamento

Pergunta

- 1. Tenho dúvidas com relação á proposta de universalização ao sistema de participação. Como esse fundo funcionaria? Que receitas fariam parte do fundo e que iniciativas de participação esse fundo visariam apoiar?*
(Renata)

Resposta

Infelizmente eu não vou poder lhe responder porque eu também não sei como seria, mas uma questão que está posta é a de que precisamos fazer o debate de como é que a democracia participativa pode ter mais investimentos e ter recursos para assegurar o seu funcionamento. O que possa informar é que já existem articulações e organizações realizando esse debate, agora o “como” é uma discussão mais ampla e podemos utilizar esse espaço e outros para fazer esse debate e se aprofundar essa discussão.

Se a Eliana me permitir, gostaria de responder essa questão do orçamento participativo fazendo uma reflexão que iria trazer na minha fala sobre a comissão mista de orçamento. O que quero dizer é que o mecanismo, o instrumento por si só não

Apoio:



Realização:



145

quer dizer nada, depende muito da forma e de como ele vai ser colocado em prática. A comissão mista de orçamento agora está se dispondo a fazer orçamento chamado participativo. Esse é o terceiro ano consecutivo que é feito esse processo, onde são escolhidos estados onde fazem um evento, uma atividade para dizer à sociedade que está ouvindo e recolher suas sugestões. A questão é que não sabemos se as propostas da sociedade estão sendo incluídas e, caso sim se as mesmas são executadas.

Quero agradecer, lembrar da importância desse debate e fazer uma sugestão, pois muitas pessoas que estão aqui tem essa experiência de controle dos recursos públicos, precisamos chamar a atenção dessas pessoas. Então minha sugestão é a de que se promova outro debate desse tipo envolvendo os movimentos de mulheres, de negros e negras, os quilombolas, indígenas que são os movimentos que tem muito acúmulo dessa questão da mobilização e do controle social. No mais, gostaria de agradecer e colocar o FBO à disposição. Obrigada.

Roni Enara – Instituto de Cidadania Fiscal

Pergunta

- 1. Qual a possibilidade de o Instituto de cidadania fiscal realizar formação com a equipe técnica do Conselho Municipal de Educação e com os demais conselheiros? (Mariana)*

Resposta

Gostaria de dizer que o ICF está à disposição para todas as cidades que quiserem criar seus observatórios. Todo nosso trabalho é gratuito, começamos normalmente com uma palestra de sensibilização na cidade, disponibilizamos modelo de Estatuto, de ata de fundação, um site, a logomarca, contas de e-mail. Temos um sistema de comunicação em intranet que é um sistema novo e também um sistema informatizado de controle de licitações disponibilizado gratuitamente. A única questão é que solicitamos que sejam cobertas as despesas quando precisamos nos deslocar, mas nada é cobrado porque entendemos que é um trabalho que precisa ser estendido.

Fiquei muito feliz por estar aqui, por ver esse auditório tão cheio até agora e, principalmente, por encontrar novas experiências tão importantes, trabalhos tão valorosos nesses recantos do Brasil e saber que nós podemos estar juntos e ter

Apoio:



Realização:



146

*renovadas as esperanças por um Brasil melhor e tenho certeza que vamos conseguir.
Muito obrigada e boa tarde a todos.*

:: ENCERRAMENTO

- **Fábio Félix Cunha da Silva**

Durante o evento foi produzido um manifesto (Anexo IV) pelos participantes, é um dos produtos desse encontro. É um manifesto pela realização de um seminário ou de uma conferência sobre transparéncia, controle social e combate à corrupção. Quero chamar o Abdjalili Pereira Belchot Filho, que irá efetuar a entrega desse manifesto.

- **Abdjalili Pereira Belchot Filho**

Sou Coordenador de ONG na Bahia, estou muito grato por estar participando desse momento através da rede. Quero deixar uma frase com vocês de que o controle social é a participação de todo cidadão, independente de onde ele esteja alocado, trabalhando ou exercendo sua função, que nunca deixe que a corrupção faça parte da cultura de nosso país.

- **Fábio Félix Cunha da Silva**

É necessário agradecer a todos que contribuíram para a realização desse Seminário. Então agradecemos à Embaixada do Reino Unido no Brasil, ao Instituto de Fiscalização e Controle, à AMARRIBO e à AVANTE. Devemos também a realização desse Seminário a uma equipe de servidores que se desdobrou em muitos e fez de tudo para que pudéssemos ter esse evento durante esse fim de semana. Gostaria de chamar a equipe da GFOCO para receber nosso agradecimento.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Agradecemos também aos palestrantes, a todos que contribuíram conosco para a realização do seminário, a todos que vieram aqui e contribuíram com suas experiências e o resultado de um trabalho que é um desafio.

Agradecemos, em especial, aos servidores. Temos um representante em cada Estado de todas as regionais da CGU e muito do que fazemos em prevenção tem "cara" de quem está nos Estados, realizando o "Olho Vivo no Dinheiro Público", debates acadêmicos, e por isso, peço uma salva de palmas para quem está nos Estados.

E fica o agradecimento a todos os participantes, àqueles que saíram de suas casas não só um fim de semana, mas que dedicam muito de suas vidas para exercer a cidadania, trabalhar em favor do controle social e contribuir para um Brasil melhor.

Creio que o primeiro Seminário de Controle Social atendeu seus objetivos. Estamos muito felizes pelo que fizemos e muito esperançosos do que podemos conquistar.

Muito obrigado. Bom domingo e bom retorno às suas casas!

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



PARTE 3

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**

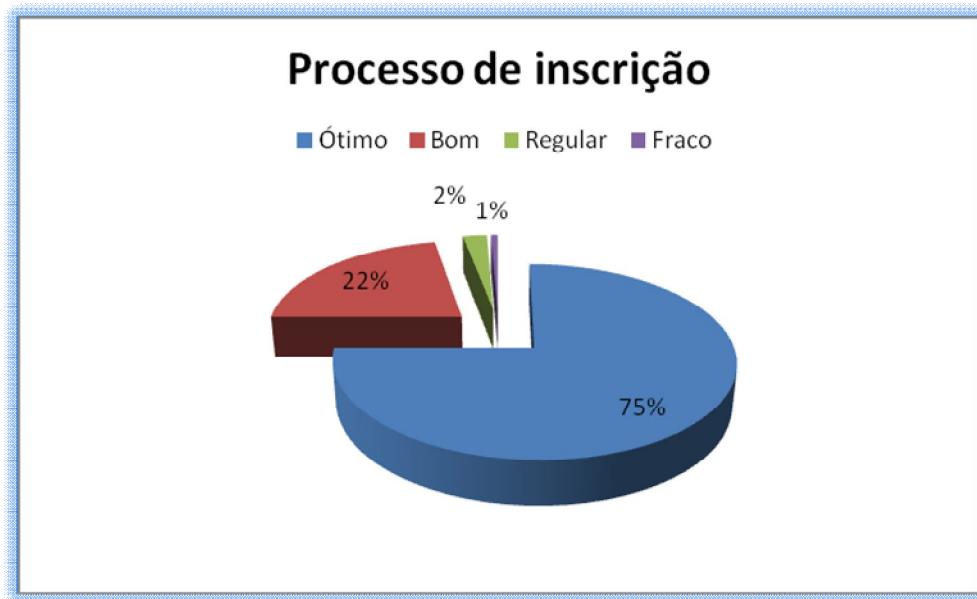


Os participantes avaliaram a realização do I Seminário Nacional de Controle Social positivamente. No total, 300 pessoas entregaram a Ficha de Avaliação (Anexo VI). Nela, havia de forma opcional, a identificação do avaliador a partir do nome e e-mail. Os itens avaliados foram: Processo de Inscrição; Credenciamento; *Coffee break*, Instalações físicas; Qualidade do material; Organização do evento; Suporte da equipe organizadora; Dinâmica da programação; Temas propostos; Palestrantes; e Atendimento aos objetivos do evento.

Os indicadores de avaliação – na ordem da melhor para a pior avaliação – foram: Ótimo; Bom; Regular; e Fraco.

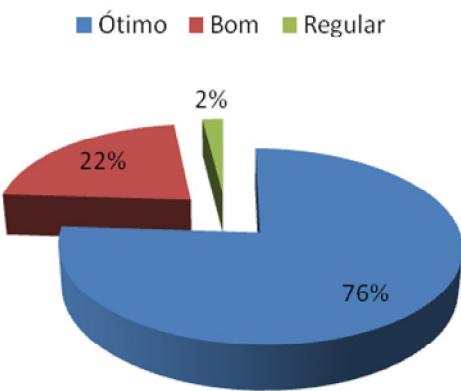
Os gráficos a seguir mostram a avaliação dos itens (perguntas fechadas).

Dos 300 participantes, 225 consideraram “ótimo” o processo de inscrição, sendo insignificante a quantidade de pessoas que avaliaram como “fraco”:



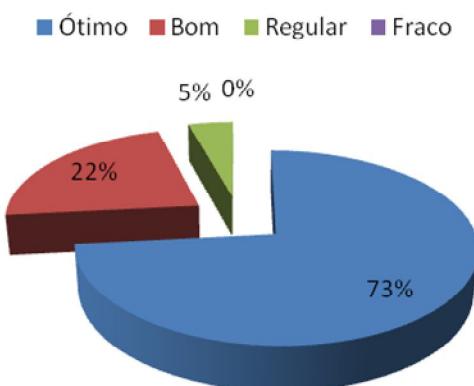
O credenciamento também foi avaliado em sua maioria como “ótimo”, obtendo para esse indicador 228 contagens. Apenas 6 pessoas consideram “regular” esse processo:

Credenciamento



A alimentação foi avaliada pelo item “coffee break”, que recebeu 220 indicações para ótimo e 13 para regular:

Coffee Break



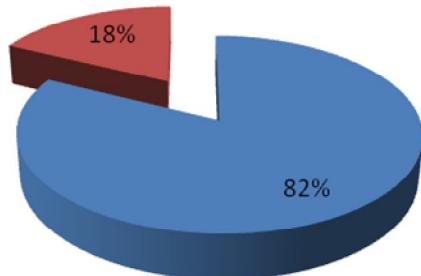
O item instalações físicas foi o que melhor foi avaliado, recebendo 247 indicações para “ótimo”, 53 para “bom” e nenhuma indicação para os indicadores “regular” e “fraco”:

Apoio:

Realização:

Instalações físicas

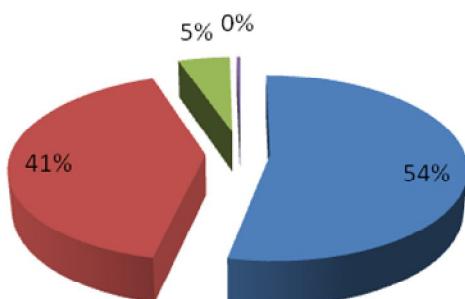
■ Ótimo ■ Bom



A avaliação da qualidade do material foi equilibrada entre os itens “ótimo” e “bom”, recebendo, respectivamente, 160 e 124 indicações. Apenas uma pessoa avaliou em “fraco”.

Qualidade do material

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Fraco



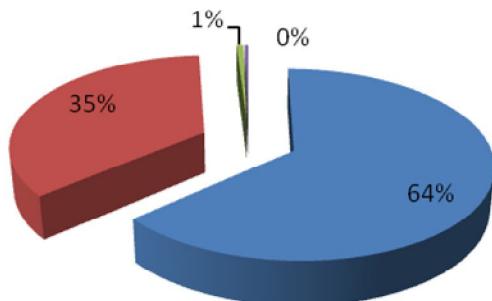
Sobre a organização do evento, 191 pessoas consideraram “ótimo” e 106, “bom”. Os indicadores de “regular” e “fraco” receberam indicações insignificantes:

Apoio:

Realização:

Organização do evento

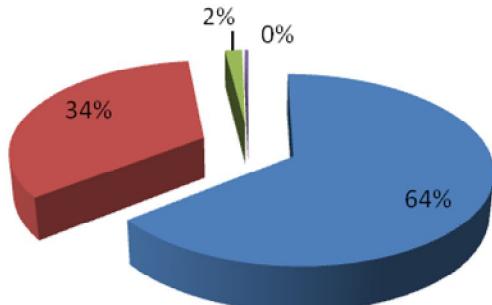
■ Ótimo ■ Bom ■ Fraco ■ Regular



Acerca do suporte oferecido pela equipe organizadora aos participantes, 193 pessoas avaliaram como “ótimo” e apenas 1 como “fraco”:

Suporte da equipe organizadora

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Fraco



A dinâmica da programação também obteve índices equilibrados para “ótimo” e “bom”, recebendo, respectivamente, 132 e 135 contagens. “Regular” recebeu 35 contagens.

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



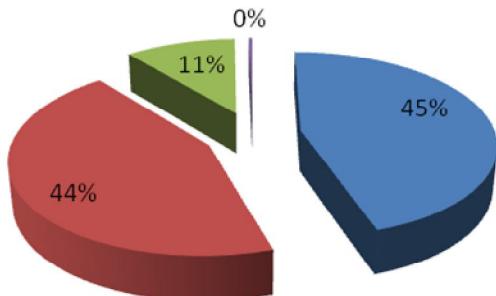
Realização:

Controladoria-Geral
da União



Dinâmica da programação

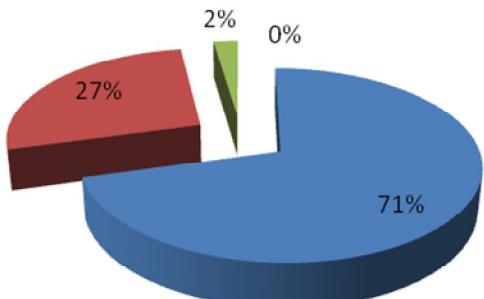
■ Bom ■ Ótimo ■ Regular ■ Fraco



A quinta melhor avaliação foi para o item Temas propostos, que recebeu 212 indicações para “ótimo”; 81, para “bom”; e 7 para “regular”:

Temas propostos

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Fraco



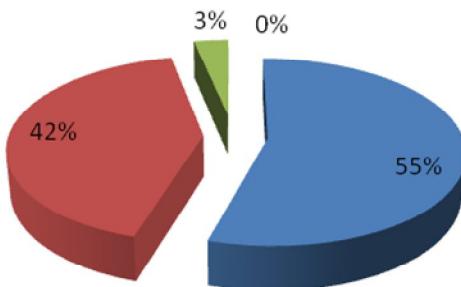
Os palestrantes também receberam avaliações positivas, variando entre “bom” (126 indicações) e “ótimo” (164 indicações). Apenas 10 pessoas consideraram esse item “regular” e não houve indicações para “fraco” no Seminário:

Apoio:

Realização:

Palestrantes

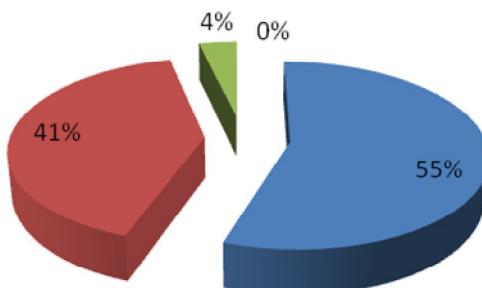
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Fraco



Quanto ao atendimento aos objetivos do Seminário, 166 pessoas avaliaram no nível máximo ("ótimo"); 123, opinaram com "bom"; 11 com "regular" e não houve indicação de "fraco".

Atendimento aos objetivos do evento

■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Fraco



Além desses itens foi solicitado aos avaliadores a atribuição de uma nota de zero (0) a dez (10) ao evento (como um todo). As notas variaram de 6,0 a 9,9. Este último recebeu 2 indicações; as notas 6,0 e 7,5 também somam duas indicações, tornando-se seus resultados percentualmente insignificantes. Contudo, somando-se os quantitativos de quem atribuiu notas entre 8,0 e 9,9, temos 257 avaliadores. Assim, a chega-se à média geral de 8,9.

Apoio:

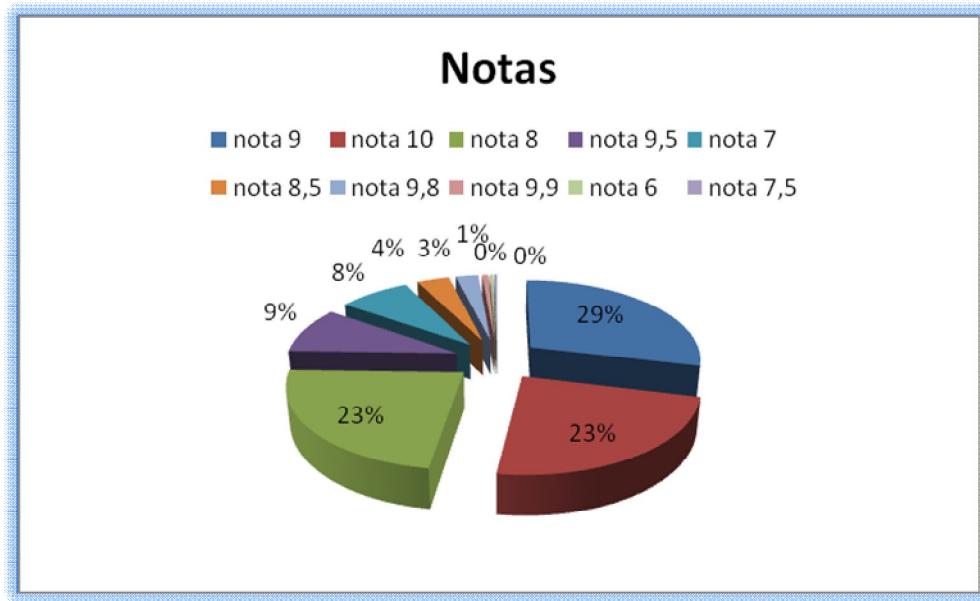


Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



O gráfico a seguir revela o percentual das notas atribuídas:



Possibilitou-se aos avaliadores tecerem considerações e sugestões sobre o I Seminário Nacional de Controle Social. As ideias foram agrupadas em itens que versavam sobre o mesmo tema, obtendo-se as 7 (sete) tabelas que seguem. Três ideias receberam 22 indicações: “Tornar o evento rotineiro / Realizar outros eventos dessa natureza” (Ver Tabela 5); “Responder todas as perguntas / Mais tempo para perguntas” (Ver Tabela 2); e a sugestão de temas a serem abordados (Ver Tabela 1).

Tabela 1 - Considerações/Sugestões relativas aos temas do evento

	Indicações
Temas repetitivos	5
Abordar a unificação dos órgãos de auditoria	1
Apresentar melhores práticas	1
Abordar mais:	
Educação	5
ONGs	2
Saúde	3
Ambiente	2
Papel do indivíduo no controle social/exemplo	1
Tecnologias de disseminação da informação	1
Defesa do consumidor	1
Reforma agrária	1
Criança e adolescente	1
Trabalho	1
Participação popular	1
Como mobilizar a população	1

Apoio:

Realização:

	Indicações
Casas de conselhos: agrupar fisicamente os conselhos	1
Jornalismo independente/blogs	1

Tabela 2 - Considerações/Sugestões relativas à dinâmica do evento e à participação

	Indicações
Responder todas as perguntas / Mais tempo para perguntas	22
Permitir pergunta/exposição oral e não por escrito	22
Diminuir: palestrantes por painel; tempo para exposições; painéis	18
Aumentar: tempo para os palestrantes; painéis	17
Fazer workshops paralelos aos painéis	4
Programação foi cansativa	4
Houve falhas no cumprimento do horário programado	4
Perguntas não foram devidamente respondidas	3
Apresentar cases (casos)/boas práticas	3
Melhorar condução dos painéis pelos mediadores	3
Criar "áreas/momentos" de debate entre os participantes com interesses comuns	2
Aumentar a duração do seminário/mais dias	2
Faltou envolvimento dos jovens	2
Encerrar mais cedo	2
Apresentação de trabalhos escritos previamente (pôsteres)	1
Começar mais cedo	1
Ter mais intervalos	1
"Mediadores não devem comentar"	1
Perguntas devem ser mantidas por escrito	1
Separar as perguntas por Estado para todos participarem	1

Tabela 3 - Considerações/Sugestões relativos aos palestrantes

	Indicações
"Alguns" palestrantes não corresponderam às expectativas/cansativos	8
Faltou o Ministério Público	4
Palestras deviam ser mais práticas/dinâmicas	4
Mais teoria	2
Faltou Conselho de Educação	2
Menos ONGs	2
Mais convidados acadêmicos	1
Convidar gestores de programas sociais entre os palestrantes	1
Palestrantes dominavam os assuntos	1
Palestrantes são dinâmicos	1
Faltou o Judiciário	1
Faltou a Receita Federal	1
Faltou o FNDE	1

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



	Indicações
Faltou conselheiros do FUNDEB	1
Faltou participação de prefeitos	1
Faltou a mídia	1
Convidar palestrantes dos conselhos de saúde indígena	1
Faltaram os Tribunais Estaduais/Municipais	1
Convidar MST, Movimentos Negro, feminista, hip-hop, GBLS	1
Envolver os três Poderes	1
Devia ter mais gente do governo para formar rede, reinvindicar	1
Palestra inicial foi de pouco impacto	1
Abordagens devem ser menos acadêmicas	1
Abordagem superficial	1

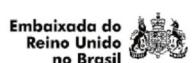
Tabela 4 - Considerações/Sugestões relativas aos materiais, alimentação e estrutura oferecida

	Indicações
Faltou material / distribuição inadequada do material	17
Dificuldade para visualizar os painéis/apresentações	6
Faltou serviço médico	5
Aumentar o número de inscrições	4
Faltou rede sem fio para a Internet	3
Facilitar hospedagem/almoço	3
Insatisfeito com o local do evento:	
Longe de alimentação de baixo custo	3
Local pouco amplo	1
Oferecer frutas	2
Satisfeito com o local do evento	2
Entregar o material logo antes de cada palestra	1
Oferecer material para deficientes visuais	1
Criar "comissão da audiência" para servir de interlocutor com a organização	1
Ar condicionado muito frio	1
Programação do evento não abria no site	1
Materiais estavam ilegíveis	1
Faltou comida e suco	1
Incluir almoço	1
[Alimentação] "Muito básico"	1

Tabela 5 - Considerações/Sugestões relativas ao pré e pós-evento

	Indicações
Tornar o evento rotineiro / Realizar outros eventos dessa natureza	22
Divulgar as planilhas/vídeos/apresentações/resumos no site da CGU/outro site ou no fim do evento	17

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



	Indicações
Fazer eventos/seminários semelhantes nos estados	12
Divulgar mais que o evento será realizado	5
Divulgar todas as perguntas e respostas no site da CGU	4
Apresentar formas de contato com os palestrantes (<i>email</i> , telefone...)	3
Criar rede (virtual) entre os participantes cadastrados	3
Que o seminário gere propostas formais de política pública	3
Realizar Conferência Nacional de Controle Social e Combate à Corrupção	2
Publicar um documento oficial do Seminário	1
Divulgar resultados do evento	1
Cursos para controle do FUNDEB	1
Divulgar com mais antecedência	1
Convidar conselhos municipais	1
Divulgar número de vagas	1

Tabela 6 - Considerações/Sugestões relativas ao credenciamento

	Indicações
Nome no crachá equivocado/inadequado	2
Fez a inscrição, mas não constava	1
Motorista que buscou hospedados na ENAP dirigiu perigosamente	1
Identificar o estado de origem dos participantes	1
Faltou informação sobre confirmação das inscrições, transporte, hospedagem	1
Aumentar o nome no crachá	1

Tabela 7 - Considerações/Sugestões relativas a assuntos diversos

	Indicações
Convidar livrarias especializadas	2
Bolsa ecológica para guarda o material	2
Foram feitos comentários pejorativos sobre Alagoas, aos desembargadores de Minas Gerais e sobre fraldões geriátricos	1
CGU deveria montar um "observatório de boas práticas"	1

Foram registradas na Ficha de Avaliação as seguintes congratulações:

- “O Seminário foi essencial para o esclarecimento do controle social e os organizadores estão de parabéns”;

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

Controladoria-Geral
da União



- “Sinto-me privilegiada pelo acesso a este evento, que, com absoluta certeza, muito contribuirá para minha formação e futura atuação” Lauriane de Freitas Rodrigues, estudante de Serviço Social, Jaíba-MG – lauriane.freitas@yahoo.com.br;
- “Vejo que a CGU está fazendo um papel não só de controle dos gastos públicos, mas um trabalho de cidadania para o povo brasileiro. Tenho plena convicção, que depois deste seminário, o controle social no interior deste país vai dar mais resultados...” Amarildo do Prado, prof-amarildo@pop.com.br;
- “Este seminário juntamente com outras ações da CGU são o combustível de que precisamos para levar avante o nosso trabalho, que é por fezes árido e frustrante”. Yara Cavini, ycavini@ig.com.br:

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



ANEXOS

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Anexo I – Programação



Sexta, 25/09

Manhã

- 8h: Credenciamento e Café de Boas-Vindas
9h: Abertura Solene
10h: Conferência de Abertura
Participação e Efetividade dos Conselhos de Políticas Públicas
(Prof. Dr. Leonardo Avritzer - UFMG)
Debates
12h: Almoço

Tarde

- 14h: Painel 1 - Mobilização e Capacitação para o Controle Social
Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: a Experiência da CGU no Estímulo ao Controle Social
(Fábio Félix Cunha da Silva - CGU)
Iniciativas e Experiências de Controle Social da Rede Cáritas
(Giseli Barreto - Cáritas Brasileira)
A Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade - ABRACCI
(Caio Magri - Instituto Ethos)
Participação e Controle Social no SUAS
(Márcia Maria Biondi Pinheiro - Conselho Nacional de Assistência Social)
- 16h: Coffee-break
16h30: Painel 1 - Mobilização e Capacitação para o Controle Social
O Projeto Adote um Município e as Caravanas da Cidadania
(Henrique Moraes Ziller - Instituto de Fiscalização e Controle - IFC)
A Experiência da Rede de Controle Social da Administração Pública Municipal
(Jorge Sanchez - AMARRIBO - Amigos Associados de Ribeirão Bonito)
A Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis
(Mauricio Brionizi Pereira - Movimento Nossa São Paulo)
A Formação e Qualificação de Conselheiros de Políticas Públicas
(Maria Celeste Pereira - Instituto Direito e Cidadania - IDC)
A Experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará no Estímulo ao Controle Social
(Ernesto Sabóia - TCM-CE)
Debates
19h: Coquetel

Sábado, 26/09

Manhã

- 9h: Painel 2 - Transparéncia e Acesso à Informação como Instrumentos do Controle Social
Panorama da Transparéncia e do Acesso à Informação no Brasil
(Marcelo Stopanovski Ribeiro - CGU)
O Papel da Informação para o Exercício do Controle Social
(Cláudio Weber Abramo - Transparéncia Brasil)
O Acesso à Informação como Direito Fundamental e as Experiências de Outros Países
(Paula Martins - Artigo 19)

10h30: Coffee-break

- 11h: Painel 2 - Transparéncia e Acesso à Informação como Instrumentos do Controle Social
O Direito de Acesso à Informação Pública
(Ivana Moreira - ABRAJ - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)
A Informação Pública e o Monitoramento da Gestão Municipal
(Thereza Lobo - Movimento Rio Como Vamos)
A Experiência da ASAJAN no Acesso à Informação Pública
(Fábio Henrique Carvalho Oliva - Associação dos Amigos de Januária - ASAJAN)
Debates
12h30: Almoço

Tarde

- 14h30: Painel 3: **O Controle Social na Área de Saúde**
Os Conselhos de Saúde no Brasil
(Prof. Dra. Maria Valéria Correia - UFAL)
O Fortalecimento dos Conselhos de Saúde para o Controle Social
(Jovita Rosa e Maria do Socorro Souza - Conselho Nacional de Saúde)
A Experiência do Observatório Social de Maringá no Acompanhamento e Controle de Licitações e Contratos na Área de Saúde
(Décio Rui Pilarissi - SER - Sociedade Eticamente Responsável)
O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde
(Luiz Ribeiro - Jornal Estado de Minas)
Debates
16h30: Coffee-break
17h: Painel 4: **O Controle Social na Área de Educação**
Como a Sociedade Pode Contribuir para a Efetivação do Direito à Educação
(Alice Andrés - Movimento Todos Pela Educação)

- O Controle Social do Fundeb**
(Carlos Nacif - Receita Federal do Brasil)
Observatório da Educação: Participação e Controle da Sociedade Civil nas Políticas Educacionais
(Mariângela Graciano - Ação Educativa)
O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Educação
(Fábio Oliva - Folha do Norte)
Debates
19h: Coquetel

Domingo, 27/09

Manhã

- 9h: Painel 5: **O Controle Social do Bolsa Família**
A Atuação dos Conselhos de Controle Social do Programa Bolsa Família: um Estudo de Caso
(Mário Vinícius Claussen Spinelli - CGU)
Uma Gestão Ativa do Controle Social do Programa Bolsa Família
(Maria Inês Damaceno da Silva - Conselho Municipal de Controle Social do PBF de Boa Vista/RR)

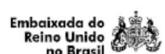
- O Controle Social do Programa Bolsa Família**
(Franco Bernardes - Ministério do Desenvolvimento Social)
Debates

- 10h30: Coffee-break
11h: Painel 6: **O Controle Social dos Gastos Públicos**
A Formação de Lideranças Sociais para o Monitoramento e Controle do Orçamento Público
(Eliana Magalhães Graça - Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC)
Implantação de Processos de Fiscalização dos Gastos Públicos pela Sociedade: Os Observatórios Sociais
(Roni Enara - Instituto da Cidadania Fiscal)
A Participação da Sociedade no Processo Orçamentário Público
(Ana Nery - Fórum Brasil do Orçamento)
Debates

12h30: Cerimônia de encerramento

Programação

Apoio:



Realização:

Controladoria-Geral da União



Apoio:



Realização:

Controladoria-Geral da União



Anexo II – Metodologia

O I Seminário Nacional de Controle Social aconteceu de 25 a 27 de setembro de 2009 e foi realizado em 5 (cinco) turnos: manhã e tarde na sexta-feira; manhã e tarde, no sábado; e manhã de domingo.

As discussões aconteceram a partir da Conferência de Abertura e 6(seis) painéis – que aglutinaram subtemas. Cada mesa foi coordenada por um mediador e um secretário designados pela Controladoria-Geral da União.

Os debates aconteceram ao término da Conferência de Abertura ou dos Painéis, mediante entrega de perguntas em formulário próprio (ver Anexo III). Em decorrência do volume de perguntas foi estabelecido que as perguntas não respondidas seriam encaminhadas aos palestrantes para providências de respostas por e-mail com cópia à CGU.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Anexo III – Formulário para perguntas

 I Seminário Nacional de Controle Social	FORMULÁRIO PARA PERGUNTA
Nome:	_____
Email:	_____
Palestrante:	_____
Pergunta:	_____

Apoio:



IIC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Anexo IV – Manifesto de Criação da ABRACCI

Manifesto da Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade

A corrupção é uma realidade tristemente presente na vida cotidiana dos brasileiros. Poucos são os dias em que os jornais não noticiam novas denúncias e investigações sobre atos de corrupção de políticos, funcionários e empresários, pelo país afora, na administração de recursos públicos ou como resultado da promiscuidade entre interesses públicos e privados. Esse problema não é somente brasileiro, e tem se agravado em muitos países do mundo. Muitas medidas são tomadas para coibir a corrupção mas o sentimento generalizado é de que a impunidade prevalece, pelo menos no Brasil.

Em acréscimo a isso, em nosso país a corrupção tende a ser considerada natural, como se fosse crônica e incurável, com a qual estamos obrigados a conviver, embora a maioria do povo brasileiro não aceite a corrupção e mesmo se revolte com o que vê e ouve. Mas, alimentada pela exemplaridade negativa de muitos dos responsáveis políticos do Brasil e do mundo, ela tende a se consolidar como uma cultura, fixando anti-valores e moldando comportamentos em todos os níveis e setores da sociedade brasileira.

É nessa cultura que se apóiam os atos de corrupção que é preciso eliminar da prática administrativa, política e empresarial e da vida cotidiana em nosso país, desde a prática individual de cidadãos isolados até as atuações organizadas de corporações e governos a qualquer nível. Torna-se por isso fundamental superá-la.

Os signatários deste Manifesto convidam portanto seus concidadãos a reagir, antes que a doença real da corrupção destrua nosso organismo social.

Para isso construíram a “**Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade**”, com o apoio da organização “**Transparéncia Internacional**”. Ela associa, em rede, pessoas, entidades e organizações da sociedade brasileira e está aberta à participação de todos que compartilhem seus pontos de vista.

A ABCCI, além de sua atuação específica, apoiará e reforçará todos os esforços de combate à corrupção e à impunidade desenvolvida pelos seus membros e pelos que lançarem iniciativas com esse objetivo.

Os signatários deste Manifesto declaram seu compromisso com a implementação da missão da Articulação, promovendo as mudanças necessárias em seu relacionamento com os temas da corrupção, da impunidade e da transparéncia, no desenvolvimento de atividades externas de monitoramento, capacitação, promoção legislativa e pesquisa, assim como internamente, pela ampla disponibilização de informações, prestações de contas e abertura quanto a dados, contratos, e projetos sob sua responsabilidade.

Primeiros signatários:

Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Instituto Ethos, Associação para o Desenvolvimento para Intercomunicação (ADI), Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Instituto Ágora, Amarribo, INESC, Ministério Público Democrático (MPD), Avina, Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), Voto Consciente, Artigo 19, Movimento Nossa São Paulo.

Signatários a partir do lançamento realizado no FSM 2009:

Entidades: Associação Filantrópica Magnificat; Sindicato dos Servidores de Educação; Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição; CEERT/SP; ONG

Apoio:



IFC
Instituto de
Fiscalização e
Controle



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



165

Moral; Movimento Permanente pela Ética- Natal-RN; Força Tarefa-Piauí; UEPe Ong Aracati ;Transparéncia Capixaba.

Adesão individual: Izabela do S. Santos (servidora pública) ; Miguel Marcio de Souza (estudante); Airlis dos S. Duarte(servidora publica); Luciana A. Nascimento (estudante); Sofia Gomes da Silva (servidora pública) José Carlos Ribeiro Machado; Maria Dineide Cunha Feio; Domingos Sávio Alves de Campos; Silvia Barbosa (professora)

Lançado no Fórum Social Mundial

Belém, 29 de janeiro de 2009.

Apoio:



Realização:

**Controladoria-Geral
da União**



Anexo V – Formulário para avaliação



FICHA DE AVALIAÇÃO

Prezado(a) participante, para a realização deste encontro, assim como sua presença, sua opinião é essencial ao aperfeiçoamento dos eventos da CGU. Por isso, solicitamos o preenchimento dessa ficha e sua devolução.

:: Dados de Identificação (opcional)

Nome: _____

Email: _____

:: Avaliação do Evento

	Ótimo	Bom	Regular	Fraco
Processo de Inscrição				
Credenciamento				
Coffee Break				
Instalações Físicas				
Qualidade do material				
Organização do Evento				
Suporte da Equipe Organizadora				
Dinâmica da Programação				
Temas Propostos				
Palestrantes				
Atendimento aos objetivos do Evento				

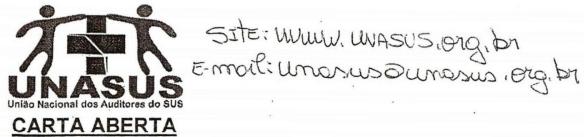
Atribua uma nota de zero (0) a dez (10) ao evento: _____

:: Considerações / Sugestões

Apoio:

Realização:

Anexo VI – Carta aberta “Ameaça de extinção do DENASUS – órgão de controle do SUS”



AMEAÇA DE EXTINÇÃO DO DENASUS - ÓRGÃO DE CONTROLE DO SUS

A União Nacional dos Auditores do SUS - UNASUS, representando os servidores que executam atividade de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, no Ministério da Saúde, componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, vem a público expor o que segue:

Há mais de 16 anos os técnicos do Ministério da Saúde vêm executando atividades de fiscalização e auditoria sem a devida credencial e a justa remuneração, correndo, consequentemente, todos os riscos inerentes à atividade.

O quantitativo de servidores do DENASUS vem sendo reduzido nos últimos anos com destaque para o período de 1997 a 2007. A redução é consequência da não realização de concurso público nos últimos 25 anos no Ministério da Saúde.

Com a redução do quadro avolumam-se auditorias sem o devido andamento. Em consequência disso, a situação agrava-se a cada dia, ficando difícil atender a demanda interna e externa e o cumprimento de metas.

Infelizmente, ao longo desses anos não houve por parte de nenhum ministro da Saúde o compromisso de tratar este assunto com a seriedade que merece nas demais pastas do Governo, visando à regulamentação da Carreira da Auditoria Federal de Saúde ou pelo menos, a criação do cargo de auditor em Saúde.

Em virtude de a categoria encontrar-se desmotivada e sem perspectiva, houve um sensível aumento no número de aposentadorias e num grau muito maior, o de demandas, fato esse que muito preocupa, podendo causar a descontinuidade das atividades de auditoria no âmbito federal. Se nada for feito em caráter de urgência urgentíssima, em curto prazo assistiremos o **FIM do DENASUS**, por absoluta insuficiência de Recursos Humanos, visto que hoje a média de idade desses servidores está em torno de 55 anos.

Após um trabalho árduo da categoria junto ao Congresso Nacional foi firmado em dezembro de 2008 um Termo de Acordo entre o governo para a criação do cargo de auditor, o qual na promessa do governo deveria ser enviado à Casa Civil e ao Congresso Nacional em Janeiro de 2009. Até a presente data continua estagnado no Ministério do Planejamento.

Isto posto, os servidores que exercem atividades de auditoria no DENASUS, representados por sua entidade, conscientes de serem instrumento de defesa da Saúde de milhões de brasileiros, vem a público denunciar a iminente extinção do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, caso o Poder Executivo não tome providências **imediatas** para a criação do Cargo de Auditor em Saúde e recompor, por meio de concurso público a força de trabalho.

A necessidade da regulamentação da carreira pleiteada está respaldada por meio de legislações, decisões, acórdãos, recomendações e textos referendados nas Conferências Nacionais de Saúde.

A UNASUS, CNTSS e CUT exigem do Governo o cumprimento do Termo de Acordo com a categoria.

BRASÍLIA, ~~SET~~ de 2009 - A DIREÇÃO DA UNASUS
SETEMBRE

FONES P/ CONTATO: SÉRGIO MAR MENDES - 061-9989-2884
Presidente da UNASUS - 061-35067327
YOUTA RESPA - 061-9979-2460
DIRETORA SOCIAL

Apoio:



Realização:

